



ACADEMIA MILITAR

A SEGURANÇA DOS RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS PARA AS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE NO QUADRO DA SADC

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria António Auneto Nhamutole

Orientador: Tenente-Coronel (Doutor) de Infantaria Luís Manuel Brás Bernardino

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015



ACADEMIA MILITAR

A SEGURANÇA DOS RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS PARA AS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE NO QUADRO DA SADC

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria António Auneto Nhamutole

Orientador: Tenente-Coronel (Doutor) de Infantaria Luís Manuel Brás Bernardino

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015

Dedicatória

Ao meu pai, Auneto Alexandre (in memoriam),
À minha mãe, Isaura António Cumbe pelo que hoje sou e, pelo que serei no futuro,
Aos meus Irmãos,
À Palmira Manhiça pelo amor, força, atenção e compreensão.

Agradecimentos

Pela ajuda, auxílio, colaboração e contributo prestados na realização deste Trabalho de Investigação Aplicada, é-me grato deixar algumas palavras, à guisa de agradecimentos, a todos quantos contribuíram pra sua elaboração.

As minhas primeiras palavras são destinadas ao Tenente-Coronel de Infantaria Luís Bernardino, por ter acreditado e aceite a orientação do presente estudo, pela disponibilidade, profissionalismo e atenção concedida durante a sua realização.

Aos meus Diretores de Curso Tenente-Coronel de Infantaria Estevão da Silva e, Major de Infantaria António Oliveira, pela sua disponibilidade e acompanhamento ao longo da realização de todo o trabalho.

À Embaixada da República de Moçambique, na pessoa do Excelentíssimo Adido de defesa Brigadeiro-General Celestino Anjas, pela disponibilidade em responder à entrevista e pelo apoio prestado, proporcionando, desta forma, informações e contactos úteis e fundamentais para a realização do trabalho.

À Academia Militar, pelo que nela aprendi. Aos docentes, oficiais, camaradas que me acompanharam desde o ano do Vestibular. As minhas palavras de reconhecimento são igualmente estendidas a todos os funcionários da Biblioteca, especialmente à D. Paula pela preciosa disponibilidade e permanente apoio.

À Igreja Assembleia de Deus da Amadora, a todos os irmãos em Cristo pelo amor e apoio espiritual prestado que sempre se revelou importante e me fortaleceu.

Ao Exmo. Brigadeiro-General Pedro Banguine, adido de Defesa de Moçambique em Angola, pela sua disponibilidade em responder de forma clara e objetiva às minhas solicitações, durante a fase das entrevistas e ainda pelos contactos fornecidos que em muito contribuíram para enriquecer este trabalho.

Ao Coronel Pedro Afonso, representante de Moçambique no Secretariado da SADC, no Botswana, pelo sua preciosa disponibilidade em me apoiar, respondendo de forma clara ao questionário e, facultando informação sobre a SADC.

À professora de português, Dra. Teresa Almeida, a quem agradeço a sua preciosa disponibilidade na revisão do texto.

À Professora Catedrática Dra. Teresa e Siva da Universidade Eduardo Mondlane, pelo seu apoio em responder a entrevista, informações e contactos que me facultou que foram muito úteis para a realização deste trabalho.

Ao Major de Infantaria Ricardo Cristo, pela sua disponibilidade em responder as entrevistas e, preciosa colaboração na leitura, correções e sugestões.

Aos meus amigos Wilmer Pinto e Eunice Catumbela pela forma como me apoiaram na elaboração, leitura e correções deste trabalho.

À Palmira Manhiça, pelo amor, companheirismo, ajuda, força, compreensão, e atenção que sempre me dispensou durante estes últimos anos da minha formação na Academia Militar.

A minha eterna gratidão à Deus, por tudo que tem feito por mim e pelo que irá fazer, tudo o que sou e o que tenho feito é pela sua graça, bondade e grande amor, pois, “...Pela graça de Deus sou o que sou; e a sua graça para comigo não foi vã...” (I Coríntios 15:10) e, “Posso todas as coisas naquele que me fortalece” (Colossenses 4:13).

Por último, porque os últimos são sempre os primeiros, quero agradecer à minha família, em especial à minha mãe e aos meus irmãos que sempre compreenderam as ausências e sempre me apoiaram neste percurso académico.

A todos o meu muito obrigado e bem-hajam...
António Auneto Nhamutole

Epígrafe

“Cada povo tem o direito e o dever de visionar um futuro que integra as suas aspirações e sonhos...”

(Banco de Moçambique, 2012)

Resumo

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, intitulado “*A segurança dos recursos naturais estratégicos em Moçambique: Desafios para as Forças Armadas de Defesa de Moçambique no quadro da SADC*”, tem como objetivo principal analisar o processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique, de forma a identificar os possíveis impactos e desafios para a Segurança Nacional e regional, e analisar ainda a forma como as Forças Armadas de Defesa de Moçambique poderão contribuir para garantir a exploração adequada dos recursos naturais estratégicos num clima de paz e segurança, contribuindo para o desenvolvimento sustentado de Moçambique.

Este estudo encontra-se dividido em duas partes fundamentais. Na primeira parte desenvolve-se a sustentação teórica, com base na análise documental sobre a situação de segurança em Moçambique e na SADC, Forças Armadas de Defesa de Moçambique, e o processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique. A segunda parte versa sobre a apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos através das 15 entrevistas realizadas com vista a identificar possíveis implicações do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique para a Segurança Nacional e regional e, possíveis formas das Forças Armadas de Defesa de Moçambique contribuir para a segurança em prol do processo de exploração dos recursos.

A análise documental e das entrevistas, permitiu constatar que existe um nexo entre o desenvolvimento e a segurança. Face a esta relação de interdependência, chegou-se à conclusão de que o processo de exploração dos recursos naturais energéticos em Moçambique, tanto poderá contribuir para impulsionar o desenvolvimento e o crescimento económico e social do país, como também, poderá causar instabilidade e pôr em causa a Segurança Nacional e regional. Deste modo, ao colocar em causa a segurança do país e da região, este processo, estará a interferir no cumprimento das missões das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, e nos seus contributos para o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Moçambique, SADC, Forças Armadas de Defesa de Moçambique, Recursos naturais e Segurança.

Abstract

The current Final Scientific Report of the Applied Research Work, with the title *“The Security of Strategic Natural Resources in Mozambique: Challenges to the Defense Armed Forces of Mozambique in SADC's officials”*, aims to analyze the exploitation process of energy and natural resources in Mozambique, in order to find all possibly effects and challenges to National and regional Security, and how Defense Armed Forces of Mozambique can help to ensure the exploitation of resources in a climate of peace and security, contributing to the sustainable development of Mozambique and SADC.

In its theoretical part, the present Research Work explores the security situation in Mozambique and in SADC, Defense Armed Forces of Mozambique and the exploitation process of energy and natural resources in Mozambique. About the field work, this consisted in collection of data from 15 interviews carried out to certain personalities connected to this theme to identify possible implications of the exploitation of natural resources and energy process in Mozambique for national security and regional, and possible ways of Defense Armed Forces of Mozambique contribute to the security in favor of the exploitation of resources process.

The document analysis and interviews allowed us to observe that there is a connection between development and security. Given this interdependent relationship, we came to the conclusion that the process of exploitation of natural and energy resources in Mozambique, both can boost economic and social growth of the country and the region, but also may cause instability and jeopardise national and regional security. Therefore, it will interfere with the accomplishment of the tasks of the Defense Armed Forces of Mozambique and, in their contributions to the country's development.

Keywords: Mozambique, SADC, Defense Armed Forces of Mozambique, Natural Resources and Security.

Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Epígrafe	v
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Índice Geral	viii
Índice de Figuras	xi
Índice de Quadros e Tabelas.....	xii
Lista de Apêndices e Anexos.....	xiii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xv
 Capítulo 1: Enquadramento do Trabalho de Investigação	1
1.1 - Introdução.....	1
1.2 - Contextualização da Investigação	1
1.3 - Importância, Justificação e Delimitação da Investigação	2
1.4 - Objetivo da Investigação	4
1.5 - Metodologia de Investigação Científica.....	4
 Capítulo 2: Enquadramento Teórico Conceptual	9
2.1 - Introdução.....	9
2.2 - Conceito de “Segurança”	10
2.3 - Conceito de “Defesa”	11
2.4 - Recursos Naturais Estratégicos	13
2.5 - A SADC e a Cooperação Regional para a Defesa e Segurança	13
2.5.1 - Cooperação Regional para a Defesa e Segurança	14
2.5.2 - Desafios e Ameaças à Segurança da Região da SADC	17
2.5.3 - Contributo da SADC para a Arquitetura de Paz e Segurança Africana.....	18
2.6 - Importância da Segurança Marítima para Moçambique e região da SADC	19

2.7 - As Forças Armadas de Defesa de Moçambique, Contributo para a Segurança Nacional e Regional	21
2.7.1 - Missões das FADM.....	22
2.7.2 - Contributo das FADM para a Segurança da SADC.....	23
2.7.3 - Instituições de Ensino e Formação Militares	24
 Capítulo 3: Exploração dos Recursos Naturais Energéticos de Moçambique.....	25
3.1 - Introdução.....	25
3.2 - Principais Projetos de Exploração do Carvão Mineral e do Gás Natural em Moçambique	25
3.3 - Importância dos Recursos para o Desenvolvimento Económico e Social de Moçambique e da SADC.....	27
3.4 - Impacto Social dos Projetos de Exploração do Carvão Mineral e Gás Natural em Moçambique	28
3.5 - Oportunidades e Desafios para as FADM em prol da Exploração dos Recursos Energéticos em Moçambique.....	29
 Capítulo 4: Metodologia e Procedimentos	31
4.1 - Introdução.....	31
4.2 - Métodos de Abordagem ao Problema	31
4.3 - Técnicas, Procedimentos e Meios	32
4.4 - Procedimentos de Recolha e Análise de Dados	33
4.5 - Locais de Pesquisa, Materiais e Instrumentos Utilizados	34
4.6 - Amostragem: Composição e Justificação	34
 Capítulo 5: Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados	36
5.1 - Introdução.....	36
5.2 - Apresentação e Análise das Entrevistas – Análise de Conteúdo	36
5.3 - Análise Quantitativa das Entrevistas - Frequência	45
5.4 - Análise e Discussão dos Resultados das Entrevistas.....	46
 Capítulo 6: Conclusões e Recomendações	52
6.1 - Introdução.....	52

6.2 - Verificação das Hipóteses e Respostas às Questões Derivadas	52
6.3 - Resposta à Questão Central	56
6.4 - Cumprimento de Objetivos e Limitações da Investigação	57
6.5 - Propostas de Investigações Futuras	58
Bibliografia.....	59
Glossário	65
Apêndices.....	Ap-1
Anexos.....	An-1

Índice de Figuras

Figura n.º 1 - Mapa Administrativo da República de Moçambique	xviii
Figura n.º 2 - Modelo Metodológico Utilizado (elaborado pelo autor).....	7
Figura n.º 3 - Modelo Estrutural Utilizado no Trabalho (elaborado pelo autor).....	8
Figura n.º 4 - <i>African Standby Force</i>	19
Figura n.º 5 - Apêndice B: Edifício do Secretariado da SADC – Gaberone, Botswana	Ap-4
Figura n.º 6 - Apêndice B: Principais Etapas da Criação da SADC.....	Ap-6
Figura n.º 7 - Apêndice C: Emblema e Bandeira da República de Moçambique	Ap-8
Figura n.º 8 - Apêndice D: Os 3 Ramos e o Emblema das FADM	Ap-9
Figura n.º 9 - Apêndice D: Edifício da AMSMM em Nampula.....	Ap-15
Figura n.º 10 - Apêndice D: Emblema do ISEDEF.....	Ap-16
Figura n.º 11 - Apêndice D: Edifício da ESFA em Boane, Maputo.....	Ap-16
Figura n.º 12 - Anexo B – Países Membros da SADC	An-3
Figura n.º 13 - Anexo D – Estrutura da SADC	An-4
Figura n.º 14 - Anexo D – A ASF e Integração das Forças Regionais.....	An-5
Figura n.º 15 - Anexo E – Estrutura do OPDS da SADC.....	An-6
Figura n.º 16 - Anexo F - Principais Frotas Navais e Preocupações de Segurança no Oceano Índico	An-7
Figura n.º 17 - Anexo G – Rede Ferro-Portuária e Corredores para a Exportação Carvão via Oceano Índico	An-8
Figura n.º 18 - Anexo H - Reservas Provadas de Gás Natural na Bacia do Rovuma.....	An-9
Figura n.º 19 - Anexo I - Concessões dos Hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma.....	An-10
Figura n.º 20 - Anexo J - Expetativas da População Sobre a Descoberta e Exploração dos Recursos e, sua Relação Com a Segurança e os Conflitos.....	An-11

Índice de Quadros e Tabelas

Quadro nº 1 - Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas	37
Quadro nº 2 - Análise Quantitativa das Respostas das Entrevistas	46
Quadro nº 3 - Apêndice F: Caracterização dos Entrevistados.....	19
Tabela nº 1 - Síntese dos Resultados da Questão 1A	38
Tabela nº 2 - Síntese dos Resultados das Questões 1B e 1C	39
Tabela nº 3 - Síntese dos Resultados das Questões 2A, 2B e 2C	39
Tabela nº 4 - Síntese dos Resultados das Questões 3A, 3B e 3C	40
Tabela nº 5 - Síntese dos Resultados das Questões 4A, 4B e 4C	41
Tabela nº 6 - Síntese dos Resultados das Questões 5A e 5B.....	42
Tabela nº 7 - Síntese dos Resultados da Questão 5C	43
Tabela nº 8 - Síntese dos Resultados da Questão 6A	43
Tabela nº 9 - Síntese dos Resultados das Questões 6B e 6C	44
Tabela nº 10 - Síntese dos Resultados das Questões 7A e 7B.....	44
Tabela nº 11 - Síntese dos Resultados das Questões 7C	45

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndices.....	Ap-1
Apêndice A - Conceitos Relacionados com a Defesa e Segurança	Ap-2
Apêndice B - Caraterização Histórica da SADC	Ap-4
Apêndice C - Breve Caraterização de Moçambique	Ap-8
Apêndice D - Caraterização das FADM.....	Ap-9
Apêndice E - Correio Eletrónico Enviado aos Entrevistados para Solicitar Entrevista	Ap-18
Apêndice F - Caraterização dos Entrevistados	Ap-19
Apêndice G - Inquérito por Entrevista	Ap-21
G.1 - Carta de Apresentação	Ap-22
G.2 - Guião da Entrevista ao Grupo I – Oficiais das FADM (Guião A).....	Ap-23
G.3 - Guião da Entrevista ao Grupo II – Oficiais das Forças Armadas Portuguesas (Guião B)	Ap-24
G.4 - Guião da Entrevista ao Grupo III – Entidades Civis (Guião C)	Ap-25
G.5 - Transcrições das Entrevistas	Ap-26
G.5.1 - Entrevista ao Adido de Defesa em Portugal - Brigadeiro-General Celestino Anjas.....	Ap-26
G.5.2 - Entrevista ao Adido de Defesa em Angola - Brigadeiro-General Pedro Banguine	Ap-27
G.5.3 - Entrevista ao Representante de Moçambique no Secretariado da SADC no Botswana - Coronel Pedro Afonso	Ap-29
G.5.4 - Entrevista ao Coronel Ricardo Timbe.....	Ap-33
G.5.5 - Entrevista ao Coronel Rodrigues Lapucheque.....	Ap-35
G.5.6 - Entrevista ao Coronel Virgílio Mairosse	Ap-38
G.5.7 - Entrevista ao Coronel Gonçalves Muiambo.....	Ap-40
G.5.8 - Entrevista ao Major Ricardo Cristo.....	Ap-43

G.5.9 - Entrevista ao Major Roberto Mariano	Ap-47
G.5.10 - Entrevista ao Tenente-Coronel Proença Garcia.....	Ap-50
G.5.11 - Entrevista ao Tenente-Coronel Víctor Cipriano.....	Ap-52
G.5.12 - Entrevista ao Coronel Batalha da Silva	Ap-54
G.5.13 - Entrevista à Embaixadora de Moçambique em Portugal – Fernanda Lichale.....	Ap-56
G.5.14 - Entrevista à Doutora Teresa Cruz e Silva	Ap-59
G.5.15 - Entrevista ao Doutor Alberto	Ap-60
Apêndice H - Sistemas de Forças e os Serviços de Segurança da República de Moçambique.....	Ap-63

Anexos.....An-1

Anexo A - Credencial do Gabinete do Adido de Defesa a Autorizar a Realização das Entrevistas e Recolha de Informação	An-2
Anexo B - Países Membros da SADC.....	An-3
Anexo C - Estrutura da SADC	An-4
Anexo D - A ASF e a Integração das Forças Regionais.....	An-5
Anexo E - Estrutura do OPDS da SADC	An-6
Anexo F - Principais Frotas Navais e Preocupações de Segurança no Oceano Índico	An-7
Anexo G - Rede Ferro-Portuária e Corredores para a Exportação do Carvão via Oceano Índico	An-8
Anexo H - Reservas Provadas de Gás Natural na Bacia do Rovuma.....	An-9
Anexo I - Concessões dos Hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma.....	An-10
Anexo J - Expetativas da População Sobre a Descoberta e Exploração dos Recursos e, sua Relação Com a Segurança e Conflitos	An-11

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AGP	Acordo Geral de Paz
AM	Academia Militar
AMSMM	Academia Militar Samora Moisés Machel
APA	American Psychological Association
APSA	Arquitetura de Paz e Segurança Africana
ASF	African Standby Force
CAS	Comando de Apoio de Serviços
CCMFADM	Comissão Conjunta Militar para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEI	Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Moçambique
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CIEDS	Comitê Interestatal de Defesa e Segurança
CM	Comité Ministerial
CMP	Comité Marítimo Permanente
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSC	Comissão Superior de Controlo
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DMA	Domínio Marítimo Africano
ECCAS	Comunidade Económica dos Estados da África Central
ENH	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
ELF	Estados da Linha da Frente
EME	Estado-Maior do Exército

EMG	Estado-Maior General
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FAM	Forças Armadas de Moçambique
FAP	Forças Armadas de Portugal
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
ISEDEF	Instituto Superior os Estudos de Defesa de Moçambique
ISPDC	Comité Inter-Estatal de Política e de Diplomacia (<i>Inter-State Politics and Diplomacy Committee</i>)
ISDSC	Comité Inter-estatal de Defesa e Segurança (<i>Inter-State Defence and Security Committee</i>)
ISRI	Instituto Superior das Relações Internacionais
LOPRM	Lei Orgânica da Polícia da República de Moçambique
MANU	<i>Mozambican African National Union</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MOU	<i>Memorandum of Understanding</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OPDS	Órgão da Política, Defesa e Segurança da SADC
ORA	Organizações Regionais Africanas
PRM	Polícia da República de Moçambique
PDSN	Política de Defesa e Segurança Nacional
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
REWC	Centro Regional de Alerta Prévio (<i>Regional Early Warning Centre</i>)
SADC	<i>Southern African Development Community</i>

SADCC	<i>Southern African Development Coordination Conference</i>
SARPCCO	Organização de Cooperação Regional dos Chefes de Polícia da África Austral (<i>Southern African Regional Police Chiefs Co-operation Organisation</i>)
SIPO	Plano Estratégico Indicativo do Órgão da SADC (<i>Strategic Indicative Plan for the Organ</i>)
SMO	Serviço Militar Obrigatório
SSF	<i>SADC Standby Force</i>
UA	União Africana
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UMA	União do Magrebe
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente
UR	Unidade de Registo



Figura n.º 1 - Mapa Administrativo da República de Moçambique.

Fonte: <http://www.africa-turismo.com/imagens/mapa-mocambique.jpg>

Capítulo 1

Enquadramento do Trabalho de Investigação

1.1 – Introdução

Segundo Manuela Sarmiento (2013, p. 2), o grau de mestre é “o comprovativo de um nível aprofundado de conhecimentos numa determinada área científica específica e da capacidade para a prática da investigação científica.” Assim, a elaboração do presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) visa desenvolver as competências e as capacidades de investigação, bem como aprofundar o nível de compreensão nos domínios da defesa e segurança e, mais especificamente, aferir os contributos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) para garantir a paz e Segurança Nacional e regional, no contexto do processo da exploração dos recursos naturais e energéticos de Moçambique, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do país.

Moçambique¹ localiza-se na costa oriental da África Austral, tem uma área de cerca de 799,380 km², está administrativamente dividido em 10 províncias, nomeadamente: Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado (Figura nº 1). Moçambique é considerado um país potencialmente rico em diversos recursos naturais, salientando-se o gás natural e o carvão mineral, cujo processo de exploração é o objeto de estudo deste TIA. Moçambique tem atualmente cerca de 24 milhões de habitantes, com um crescimento económico médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 8,1%, potenciado pelos investimentos estrangeiros e nacionais em projetos de infraestruturas, exploração do gás natural e do carvão mineral (Governo de Moçambique, 2014).

Neste capítulo faz-se o enquadramento da investigação, a justificação do tema, a definição dos objetivos geral e específicos, a apresentação da metodologia de investigação científica, da estrutura da investigação e dos vários capítulos que compõem este TIA.

1.2 - Contextualização da Investigação

De acordo com Adriano Moreira (2002, pp. 448-449) “sem segurança, não há desenvolvimento económico nem político (...) e, a relação entre a variável económica e a

¹ Consultar o Apêndice C - Breve Caracterização de Moçambique.

variável da segurança é essencial e determinante para assegurar um desenvolvimento sustentado.” Luís Bernardino (2008, p. 66), reforça este pensamento referindo que “atualmente, quer num contexto regional ou global, não é possível abordar a temática do desenvolvimento sustentado sem fazer prevalecer a segurança, pois não podemos evoluir social e economicamente se existir insegurança e conflitos regionais”. Na mesma linha de pensamento, Paulo Coelho (2011, p. 12) salienta que “só um ambiente democrático e seguro, tanto regional como doméstico, pode permitir o crescimento e desenvolvimento económicos (...) e, melhoria da qualidade de vida dos povos”.

Estas linhas de pensamento convergentes deixam-nos perante a noção de que existirá uma notória interdependência entre “segurança e desenvolvimento”, conducente à ideia de que “se a exploração dos recursos naturais e energéticos de Moçambique contribuir para o desenvolvimento social e económico do país, poderá também ter implicações para Segurança Nacional e regional.” Como referem Joseph Nye (2002); Luís Bernardino (2004) e Mendes Dias (2010), a posse, exploração e gestão dos recursos naturais e energéticos tanto podem ser fonte de riqueza e desenvolvimento, como também podem ser fonte de conflitos e de instabilidade. Face a esta realidade global, Emílio Zeca² (2013), salienta que os Estados detentores dos recursos, devem definir e implementar vias que irão garantir a segurança em prol da exploração desses recursos.

É nesta senda de pensamentos que se desenvolve este TIA, com vista a analisar as implicações que o processo de exploração de recursos naturais e energéticos em Moçambique poderá ter para a Segurança Nacional e regional e, refletir sobre a forma como as FADM poderão contribuir para garantir que este processo seja conduzido em ambiente de paz e segurança em prol do desenvolvimento sustentado do país e da região.

1.3 – Importância, Justificação e Delimitação da Investigação

De acordo com as alíneas a) e b) do Art.º 10º da Lei 17/97 de 01 de outubro e, os nºs 1 e 2 do Art.º 1º do Decreto-lei nº 41/2011 (Política de Defesa e Segurança e Estrutura Orgânica das FADM, respetivamente), as FADM estão incumbidas de defender os interesses vitais de Moçambique contra todas as formas de ameaça ou agressão, garantir a integridade territorial, a soberania, a liberdade dos cidadãos e a segurança dos meios de desenvolvimento da nação. Sendo os recursos naturais importantes para o desenvolvimento

² Emílio Jovando Zeca é investigador no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI) e, docente de Estudos da Paz e Conflitos no Instituto Superior das Relações Internacionais (ISRI) de Maputo (Zeca, 2014).

e crescimento económico e social de Moçambique, as FADM têm implicitamente a incumbência de os proteger e garantir a sua prospeção em segurança.

Desta forma, consideramos ser de extrema relevância abordar esta temática, como cidadão moçambicano e/ou como futuro oficial das FADM, com especial atenção para a segunda perspetiva, na medida em que poderá ser exigido às FADM um nível acrescido de empenhamento e de responsabilidade para garantir o cumprimento das suas missões de interesse nacional. Desta forma, procuramos refletir e estudar as formas como as FADM podem reforçar a sua missão de segurança no quadro da *Southern African Development Community* (SADC) e, contribuir para a consecução do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos de Moçambique em ambiente de paz e segurança.

Sendo um tema de grande abrangência, importa, limitar a abordagem do objeto de estudo em análise, porque a concretização dos objetivos de um trabalho de investigação, depende substancialmente da delimitação da abordagem. Pois, como refere Roberto Eco (2009, p. 39), “quanto mais se restringe o campo de investigação, melhor se trabalha e com maior segurança.” Reforçando o mesmo pensamento, M. Fortin (2009, p. 39) salienta ainda que “para que o estudo seja realizável, o domínio deverá ser delimitado”, devendo assim ser devidamente limitado e abjetivado.

Este TIA versa sobre o atual processo de exploração dos recursos naturais e energéticos (carvão mineral e gás natural) em Moçambique e pretende refletir sobre o seu impacto no país e na vida dos moçambicanos, sendo uma atividade que poderá impulsionar exponencialmente o desenvolvimento económico e social do país e da região. Tendo em vista o nexo existente entre o desenvolvimento e a segurança, procura-se identificar as possíveis implicações do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos para a Segurança Nacional e regional e, analisar a forma como as FADM poderão contribuir para consecução do processo de exploração dos recursos naturais em Moçambique num ambiente de paz e segurança contribuindo para o desenvolvimento do país.

Quanto à SADC, tem-se em conta, o facto de ser uma Organização Regional Africana (ORA), de integração económica dos países da África Austral, da qual Moçambique se constitui como um dos principais membros. Através desta organização, os países membros cooperam ainda em matérias de defesa e segurança com vista a garantir a segurança coletiva. Assim, quaisquer implicações para a segurança de Moçambique suscetíveis do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos também poderão refletir-se para a segurança da África Austral e do continente Africano.

1.4 – Objetivo da Investigação

O objetivo do estudo indica a principal intenção da investigação, ou seja, corresponde ao produto final que a investigação quer atingir (...) e, os objetivos específicos permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados finais” (Sousa & Baptista, 2011, p. 26). Na mesma linha de pensamento, Manuela Sarmiento (2013, p. 70) refere que “é fundamental esclarecer o que se quer investigar, assim como os objetivos que se pretendem atingir devem ser definidos com clareza e rigor”, portanto, importa definir claramente o objetivo da investigação.

Assim, o presente TIA tem como objetivo geral analisar o atual processo de exploração dos recursos minerais e energéticos de Moçambique, de forma a identificar os principais impactos e desafios que poderão surgir na Segurança Nacional e regional e, analisar a forma como as FADM, poderão contribuir para garantir a exploração dos recursos num clima de paz e segurança, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentado de Moçambique. Para explicar com maior detalhe o objetivo geral consideramos conveniente, compartimentá-lo nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar os principais desafios e ameaças à segurança da SADC e de Moçambique;
- Analisar as principais estratégias e linhas de ação em curso no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC, bem como aferir quais os contributos de Moçambique através das FADM;
- Analisar o processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique e, as possíveis implicações para a Segurança Nacional e regional;
- Propor possíveis formas das FADM contribuírem para garantir a exploração dos recursos energéticos num clima de paz e segurança.

1.5 – Metodologia de Investigação Científica

De acordo com Manuela Sarmiento (2013, pp. 4-7) a metodologia científica significa “o estudo do método aplicado à ciência”, sendo o método científico “o conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento”, em que este poderá ser completamente novo, desenvolvimento ou, resultar da reunião ou até melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes. Por sua vez, Marconi & Lakatos, (2003, p.83), definem “método” como sendo o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar um determinado objetivo.

De modo a tornar a nossa investigação exequível em termos científicos, o presente trabalho elaborou-se de acordo com as Normas de Execução Permanente (NEP) 520/2.^a Edição de 1 de junho de 2013. Particularmente, para as situações que não estivessem esclarecidas nestas normas, recorreu-se à norma *American Psychological Association* (APA), 6.^a Edição. De salientar ainda que foram utilizados autores de referência no contexto, tais como Marconi & Lakatos (2003), Sousa & Baptista (2011) Sarmento (2013), e Quivy e Campenhoudt (2013).

No que concerne ao método de abordagem³, desenvolveu-se este tema segundo o método científico hipotético-dedutivo, que segundo Quivy e Campenhoudt (2013, p. 144), se constrói partindo de “um postulado ou conceito postulado como modelo de interpretação do fenómeno estudado, que através de um trabalho lógico gera hipóteses, conceitos e indicadores para as quais se terão de procurar correspondentes no real para chegar-se aos factos científicos que se pretendem correlacionar e demonstrar”. Desta forma considerou-se este método científico adequado aos objetivos que se pretendem atingir com este TIA.

A abordagem científica à problemática em estudo neste trabalho foi definida em torno da seguinte Questão Central (QC)⁴: **“Quais as possíveis implicações do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos de Moçambique para as missões das FADM, no quadro da SADC?”**. Para responder cabalmente a esta QC, tornou-se necessário dar resposta a algumas Questões Derivadas (QD), decorrentes e complementares da QC, designadamente:

- QD1:** Quais são os principais desafios e ameaças à segurança na região da SADC e em Moçambique?
- QD2:** Que estratégias e linhas de ação são levadas a feito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC com vista a garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?
- QD3:** Que possíveis implicações poderá ter a exploração dos recursos naturais e energéticos na segurança de Moçambique e da SADC?
- QD4:** Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a contribuírem para a Segurança Nacional apoiando o processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique?

³ É denominado método de abordagem, que engloba o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e o dialético (Marconi & Lakatos, 2003, p 221).

⁴ Para Fortin (2009), Questão Central é “um enunciado interrogativo e não equivoco que especifica os conceitos-chave, a natureza da população que se quer estudar e sugere uma investigação empírica”.

Como recurso ao método científico utilizado para análise da problemática em apreço nesta investigação, procurou-se encontrar respostas às quatro questões formuladas emergindo desta forma quatro hipóteses⁵ (H):

- H1:** Os principais desafios que constituem ameaças para a defesa e segurança de Moçambique são transversais à região da SADC e, destacando-se entre vários, o crime organizado e transnacional, a corrupção, tráfico de drogas, branqueamento de capitais, tráfico de pessoas, proliferação e tráfico ilícito de armas ligeiras, imigração ilegal, pirataria marítima, pobreza, propagação de doenças pandémicas (HIV e SIDA, cólera, malária, entre outros), conflitos armados dentro do Estado, terrorismo, dissidências e clivagens internas.
- H2:** Entre várias estratégias definidas no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC destacam-se as seguintes: desenvolver e fortalecer a capacidade regional de arquitectura de paz e segurança, operacionalizar o Pacto de Defesa Mútua da SADC, e avaliar regular e continuamente a situação de segurança e os riscos e ameaças comuns à região. Com vista à concretização destes objetivos, são desenvolvidas as seguintes ações: criação e operacionalização da *SADC Standby Force* e realização dos exercícios conjuntos. Desta forma Moçambique através das FADM contribui com recursos, humanos, materiais e financeiros para a operacionalização da *SADC Standby Force*, integrando nos exercícios conjuntos e nas missões de apoio à paz ao nível regional, continental pela União Africana (UA) e internacional sob égide da Organização das Nações Unidas (ONU).
- H3:** A exploração dos recursos naturais em Moçambique poderá implicar mais segurança, impulsionando o desenvolvimento económico e social, bem como, a melhoria das condições de vida e bem-estar dos cidadãos. Por outro lado, este processo, poderá causar focos de conflito, instabilidade e tensões, se, houver conflito de interesses, má gestão e exclusão nos rendimentos resultantes da exploração dos recursos e, estes não se refletirem na vida das populações. Ao nível da região, poderá tornar a imigração ilegal massiva e descontrolada, propiciar a circulação de indivíduos associados a redes criminosas e que passarão a operar no país e na região.

⁵ Quivy & Camoenhoudt (2013, p. 137) afirmam que uma hipótese é uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada. A hipótese é uma resposta provisória à questão de investigação e aponta o caminho da procura, fornecendo o fio condutor da investigação e fornecendo os critérios para a recolha de dados que confrontarão as hipóteses com a realidade.

H4: As FADM devem dotar-se de capacidades operacionais, assentes na formação, no treino e na aquisição de equipamentos adequados e orientados para as novas formas de atuação, de modo a enfrentar as novas ameaças, tais como o terrorismo, pirataria marítima, crime organizado, entre outros, para que possam assim responder, eficazmente, as solicitações inerentes às suas missões. Devendo haver ação comum das FADM e das forças de segurança nacional para potenciarem os seus esforços e rentabilizarem os meios de que cada uma das forças dispõe. Ao nível da SADC é necessária uma melhor integração regional e ação conjunta das forças de segurança e militares de modo a colmatar as dificuldades e insuficiência de meios de cada Estado em fazer face às ameaças de forma isolada.

De acordo com Manuela Sarmento, (2013 p. 10), o processo de investigação tem três fases: fase exploratória, analítica e conclusiva. A Figura n.º 2 ilustra as três fases em que foi desenvolvido este TIA, refere as diversas etapas e ainda as tarefas que materializaram cada uma das fases.

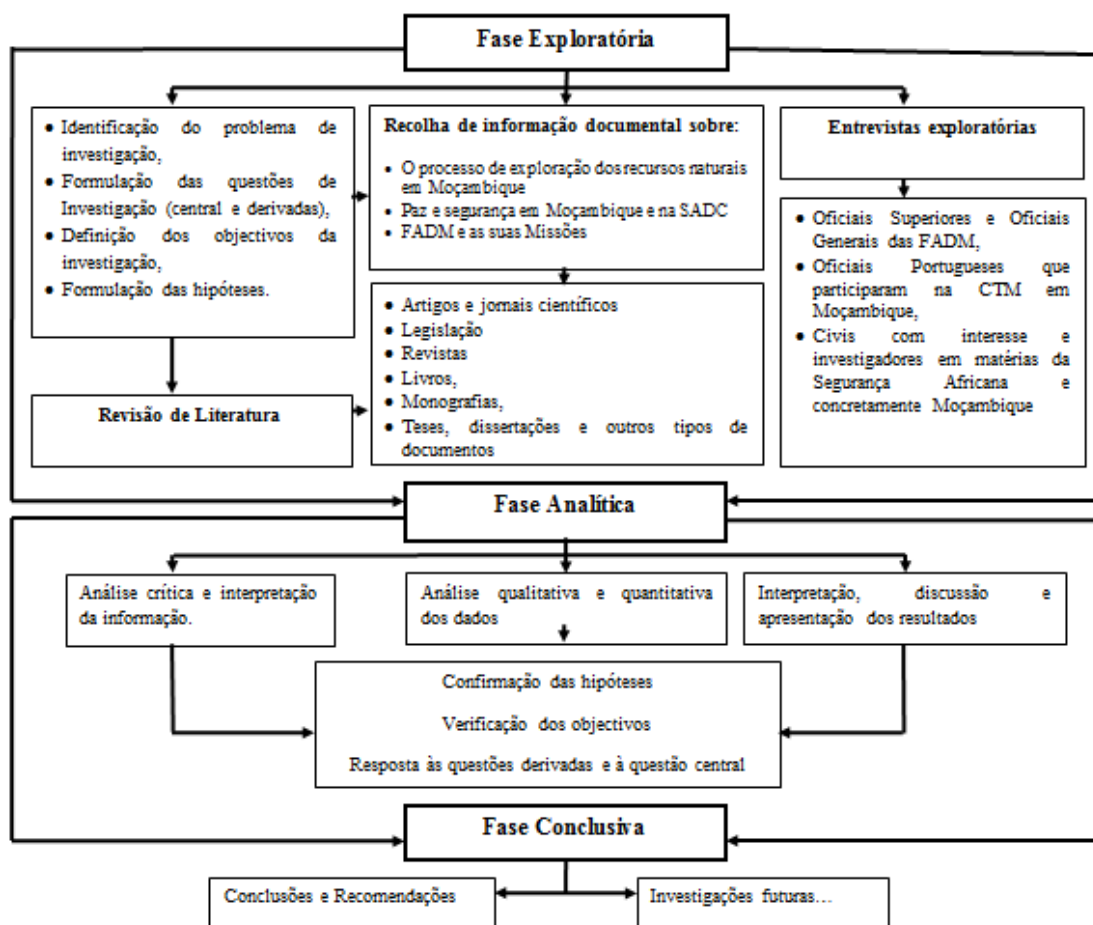


Figura n.º 2 – Modelo Metodológico Utilizado (elaborado pelo autor).

1.6 – Enunciado da Estrutura do Trabalho

O trabalho está dividido em duas partes uma teórica e outra prática, em que a parte teórica contempla os três primeiros capítulos da sustentação teórica e conceptual e, a parte prática inclui os três últimos capítulos do trabalho de campo. O primeiro capítulo da parte teórica é a Introdução e versa sobre o enquadramento da temática a estudar. Os capítulos dois e três correspondem à “Revisão da Literatura”, nos quais se faz uma abordagem conceptual das variáveis em estudo no contexto da defesa e segurança, analisa-se as FADM, a SADC e especialmente o processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique.

Na parte prática, o quarto capítulo é alusivo à “Metodologia e Procedimentos” no qual se procura dar uma solução lógica à problemática da investigação. O quinto capítulo corresponde à Apresentação, Análise e Discussão de Resultados, no qual se apresentam os principais dados obtidos através da metodologia aplicada na investigação. No sexto e último capítulo, referente às Conclusões faz-se a verificação das hipóteses, apresentam-se as respostas às QD e à QC levantadas no início da investigação, as recomendações para investigações futuras e, indicam-se algumas limitações/dificuldades encontradas na realização deste TIA.

Por último, apresentam-se as referências bibliográficas que contribuíram para a elaboração deste trabalho. A Figura n.º 3 ilustra, de forma sucinta, a estrutura geral do presente TIA.

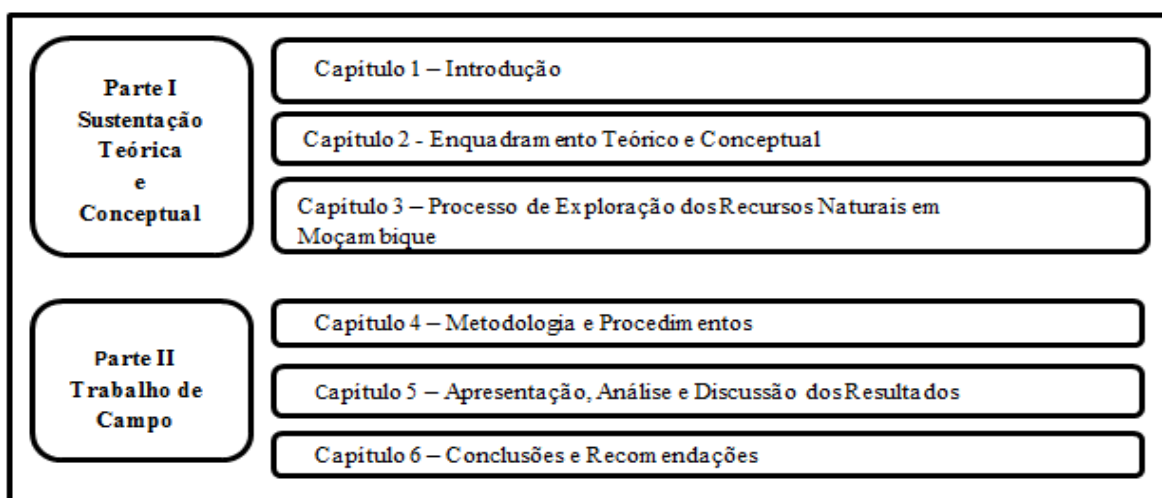


Figura n.º 3 – Modelo Estrutural Utilizado no Trabalho (elaborado pelo autor)

Capítulo 2

Enquadramento Teórico Conceptual

2.1 – Introdução

De forma a proporcionarmos uma linha de abordagem coerente e progressiva sobre o tema **“A segurança dos recursos naturais estratégicos em Moçambique: Desafios para as Forças Armadas de Defesa de Moçambique no quadro da SADC”** importa, antes de mais, alinhar alguns conceitos fundamentais para a compreensão do mesmo.

Diversos autores como Moreira (2002), Bernardino (2004), Garcia (2005), Coelho (2011), Da Fonseca (2011) e Pereira (2014), entre outros, partilham a ideia de que atualmente se vive num mundo imprevisível caracterizado pela incerteza e instabilidade, pelo alargamento do leque dos riscos e ameaças cada vez mais difusos e transnacionais. Como refere Luís Escorrega (2009, p. 8), esses riscos e ameaças “ (...) são de natureza anónima, cruzam diversas fronteiras e não se manifestam num simples evento, período de tempo ou ponto focal onde possam se concentrar as atenções e energias para os combater”, sendo importante incluir esta dimensão nos estudos securitários.

Perante esta realidade global, Moçambique não é exceção, principalmente no que se refere ao processo de exploração de recursos naturais envolvendo vários intervenientes ao nível nacional e internacional, desde empresas multinacionais, Estados às Organizações Internacionais. Esta evolução sistemática do paradigma securitário internacional tem-se refletido nos conceitos tradicionais de segurança e defesa que tendem a ganhar novas dimensões com vista a dar resposta aos desafios e ameaças inovadores no contexto global.

Neste capítulo, apresenta-se o enquadramento teórico e conceptual em relação à problemática da cooperação regional no quadro da Defesa e Segurança na SADC e à evolução e análise das FADM. De referir que no Apêndice A – Conceitos relacionados com a defesa e segurança, faz-se uma abordagem mais direcionada à alguns conceitos relacionados com a defesa e a segurança, designadamente, ameaça, risco e vulnerabilidade, que complementem os expostos neste capítulo.

2.2 – Conceito de “Segurança”

O conceito de segurança tem sido ao longo dos tempos alvo de várias interpretações e actualizações de diversos autores nas diversas perspetivas do domínio da história da Humanidade e das Relações Internacionais, procurando adequá-lo à realidade e incluir fatores que são condicionantes da segurança em cada período. Como refere Luís Tomé (2010, p. 34), à medida que as sociedades e as relações internacionais se transformam, o modo de pensar a segurança também evolui.

Segundo David (2001, p. 27), os Estados procuram, assim, a segurança entendida como a “ausência de ameaças militares e não militares, que possam pôr em causa os valores fundamentais que a comunidade quer promover, e que impliquem um risco de utilização da força”, contribuindo para centrar o estudo da problemática em questão.

Parafraseando Sequeira (2013, p. 56), a segurança é o anseio de todo o ser vivo, sempre foi e continua ser uma preocupação indissociável da existência humana que, ao longo do tempo foram-se auferindo novos conceitos em função do surgimento do novo paradigma de conflitualidade, novos riscos e ameaças multidimensionais e cada vez mais globalizados, seja pelas suas origens como pelas consequências.

Recorrendo à origem etimológica da palavra “**segurança**”, esta deriva do latim “secura”, ou “securitas “sem preocupações”. Segundo Luís Bernardino (2012, p. 41), “segurança”, refere-se ao propósito de se “ocupar de si mesmo” Ainda de acordo com Alves (2010), citado pelo mesmo autor, a “segurança” “refere-se ao estado ou situação individual ou colectivo, no qual se verifica a ausência de perigo, centrando a preocupação na pessoa e no ser humano. Verifica-se, deste modo, a confluência de todas estas definições no mesmo sentido.

Visto que o conceito de segurança é interdisciplinar, Moraes, Araújo e Leitão (2000, citados por Sequeira 2013, p. 57) fazem referência à doutrina tradicional do Direito Constitucional, a qual refere que o Estado contemporâneo distingue três fins dominantes: “a segurança, a justiça e o bem-estar social e económico dos cidadãos”. Desta forma, a segurança como fim do Estado dedica-se a três grandes objetivos: sendo o primeiro a garantia dos direitos dos cidadãos proporcionados pelas normas jurídicas; o segundo é a salvaguarda da ordem constitucional democrática contra perturbações graves de origem interna e, o terceiro, é a preservação da comunidade contra agressões e ameaças externas, no entanto, a distinção entre a dimensão interna e externa é cada vez mais duvidosa.

Neste trabalho falamos da segurança com base numa abordagem apresentada pela União Africana na Estratégia Marítima Integrada de África 2050, que engloba questões militares e não-militares, com ênfase colocada assim na segurança humana, vislumbrada através da salvaguarda dos direitos humanos, direitos económicos, o direito de livre participação popular no processo de tomada de decisões e outras questões de desenvolvimento, o direito à protecção contra qualquer ameaça, agressão ou ação criminosa, a erradicação da pobreza, da fome e de epidemias. Este conceito tem em vista a necessidade do fortalecimento da paz, e da estabilidade, como condições indispensáveis para o desenvolvimento sustentado na sociedade (UA, 2012).

Para o caso concreto de Moçambique, de acordo com o art.º 7.º da Lei 17/97 de 01 de outubro - Política de Defesa e Segurança Nacional de Moçambique (PDSN), a segurança divide-se em duas vertentes: Segurança do Estado e Segurança Interna.

O art.º 14.º da Política deDSN define “**Segurança do Estado**” como sendo a atividade desenvolvida pelo Estado tendente a assegurar o respeito da Constituição, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional, ao funcionamento dos órgãos de soberania e demais instituições da normalidade constitucional e à proteção dos interesses vitais da sociedade. Essas atividades de acordo com art.º 14.º da mesma lei, são asseguradas pelo Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE), organismo incumbido da recolha, produção e análise de informações úteis à segurança do Estado.

A “**Segurança Interna**” por sua vez, segundo os art.ºs 11.º e 12.º da PDSN, consiste na atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública, proteger as pessoas e bens, prevenir a criminalidade, contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições, o exercício de direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela Constituição da República. A ordem, a segurança e a tranquilidade públicas são asseguradas pela Polícia da República de Moçambique (PRM) e demais instituições criadas por lei e da sociedade em geral.

2.3 – Conceito de “Defesa”

O conceito da “**Defesa**” está intrinsecamente ligado à segurança, enquanto conjunto de medidas ou ações praticadas pelo indivíduo ou sociedade politicamente organizada, com vista a garantir a segurança. Assim, considera-se a “**Defesa Nacional**” uma das funções essenciais do Estado que está relacionada com a sua existência e sobrevivência. A Defesa

Nacional é genericamente entendida como o conjunto das atividades necessárias para garantir que o país tenha segurança (Rodrigues 2013, p. 7).

Por outro lado, o General Loureiro dos Santos (2000, citado por Sequeira 2013, p. 58) define a Defesa Nacional, como o “conjunto de medidas ou ações, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural, que adequadamente coordenadas, integradas e desenvolvidas global e setorialmente, permitem reforçar as potencialidades do Estado ou país e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-los aptos a enfrentar todo o tipo de ameaças que direta ou indirectamente possam pôr em causa a Segurança Nacional”, ou seja “o conjunto de medidas que contribuem para alcançar a Segurança”.

De acordo com Luís Bernardino (2012, p.45) apesar dos problemas de defesa e segurança serem caracterizados de forma diversificada e por “ (...) diferentes homens, instituições, atitudes e protagonista, o objetivo principal continua a permanecer evidente, isto é, assegurar o bem-estar social e as atribuições basilares do Estado de Direito⁶”.

Para este trabalho, considera-se o conceito de defesa apresentado no art.º 7.º da Lei 17/97 de 01 de outubro da PDSN, o qual refere que **Defesa Nacional** é “ a atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos, que visa assegurar a Independência e a Unidade Nacional, preservar a soberania, a integridade e a inviolabilidade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada”. Segundo o art.º 8.º da lei supra, a sua componente militar é assegurada pelas FADM e a não militar pelos demais órgãos do Estado.

Como vimos, ambos os conceitos explanados “defesa e segurança” concorrem para um fim comum: “assegurar a Independência e a Unidade Nacional, preservar a soberania, a integridade territorial e a inviolabilidade do país, garantir o funcionamento normal das instituições, a segurança e proteção, dos interesses vitais da sociedade”, o que revela a importância destes conceitos para o Estado e para a sociedade.

O sistema de forças⁷ da República de Moçambique que em colaboração com os cidadãos moçambicanos, é responsável pela defesa e segurança do país, é constituído pelas FADM, pela PRM e pelos Serviços de Segurança (SISE e Serviço Nacional Penitenciário), instituídos pela lei como os principais responsáveis pela segurança e defesa do país.

⁶ De acordo com o art.º 3º da Constituição da República de Moçambique: A República de Moçambique é um Estado de Direito (sujeita-se ao respeito da hierarquia das normas, da separação dos poderes e dos direitos fundamentais) baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem.

⁷ Ver o Apêndice H – Sistemas de Forças e os Serviços de Segurança da República de Moçambique.

2.4 - Recursos Naturais Estratégicos

Segundo Ana Pereira (2006, citada por Sequeira 2010, p. 102), os recursos naturais são bens suscetíveis de aproveitamento económico ou de utilização pela humanidade que, por princípio, não são produzíveis pela ação humana. A importância dos recursos naturais é de acordo com a sua escassez, necessidade e distribuição, podendo ser classificados em críticos, essenciais e estratégicos (IAEM, 1993, p. 36).

Do outro lado, Mendes Dias (2005, p. 246) salienta que os recursos naturais podem ser considerados recursos estratégicos, quando são objeto do interesse e da competitividade entre actores ou ainda, se forem essenciais para a manutenção do sistema económico, seja dum país ou duma empresa. Neste tipo de recursos, empregam-se recursos humanos, financeiros e materiais em larga escala, com vista a pesquisa e manutenção das reservas, propensão e a respetiva exploração sustentável.

Neste trabalho, fala-se do processo de exploração do gás natural e carvão mineral, como recursos naturais estratégicos devido a sua importância para o desenvolvimento económico de Moçambique e da SADC, a competitividade de diversas empresas e pelos recursos financeiros, humanos e materiais e envolvidos no processo da sua exploração.

2.5. A SADC e a Cooperação Regional para a Defesa e Segurança

Como já foi referido neste TIA, atualmente, ao nível internacional, vive-se numa situação securitária volátil, de muita incerteza e alguma complexidade, em que os Estados são confrontados com problemas de segurança que ultrapassam as suas fronteiras, seja pelas suas origens como pelas consequências, tornando cada vez mais evidente a necessidade de integração dos países num sistema de defesa cooperativa ou comunidade⁸, na qual todos os membros se empenham para garantir a segurança coletiva.

Segundo Carriço & Da Silva, (2010, p. 64), “as ameaças à segurança de um Estado são ameaças a todos os Estados, e não somente a alguns, pelo que todos têm interesse na criação dessa segurança e, para tal, devem atuar em conjunto para a resolução desses problemas.” Na mesma linha de pensamento, Alexandre Rodrigues (2013, p. 3), salienta que “nenhum país está isento de ameaças”, no entanto, Ramiro Monteiro (1997, p. 20) frisa

⁸ .Segundo Adriano Moreira (2002, p.44), uma Comunidade é “um grupo social ao qual se pertence sem escolha, identificado em termos de vida comum, interesse comum, cooperação e interação entre os seus membros na busca da realização desse interesse e com sentido comum de pertença entre os membros do grupo.”

que “nenhum país tem capacidade de, por si só, resolver os problemas com que se defronta”. Portanto, os Estados integram sistemas de segurança coletiva e cooperativa constituindo sistemas nos quais cada Estado aceita que a segurança de cada um constitui preocupação de todos, concordando em participar nas respostas coletivas às eventuais agressões ou ameaça à sua soberania (Bernardino, 2008, p. 250).

Neste contexto e como sabemos, Moçambique é membro de várias comunidades ao nível regional e global entre as quais se destacam, a SADC, a *Commonwealth*⁹, a União Africana (UA), a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Muitas dessas organizações de que Moçambique é membro, também procuram contribuir para a segurança dos Estados membros integrando-os num sistema de segurança coletiva regional e global.

A SADC é uma organização sub-regional de integração económica dos países da África Austral, fundada em Agosto de 1992, em sucessão da então “Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Coordination Conference*”¹⁰ - SADCC)”, dedicando-se também à cooperação regional nas áreas de Política, Defesa e Segurança desde a sua constituição.

A SADC é atualmente constituída por 15 países (Anexo B - Países membros da SADC), designadamente, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Maláwi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. Esta ORA é um dos principais responsáveis pela segurança na esfera regional e continental onde Moçambique se insere. No Apêndice B, encontra-se explanada a caracterização histórica e as diferentes fases desde a criação da SADCC à transformação para a SADC, permitindo melhor entendimento sobre a importância desta ORA para África, para a região e para Moçambique.

2.5.1 - Cooperação Regional para a Defesa e Segurança

A necessidade de enfrentar as ameaças à paz e a segurança na região subsaariana tem aumentado, cada vez, mais o interesse dos Estados membros da SADC em cooperar através do Órgão da SADC nas áreas da Política, Defesa e Segurança (OPDS), através da

⁹ É uma organização política, económica e cultural, constituída por 48 países ex-colónias britânicas. Foi constituída em 1926 e tem a sede em Londres. Moçambique faz parte desta organização desde 1996. Moçambique aderiu à Commonwealth por dois motivos: um dos primeiros motivos, segundo Ramiro Monteiro (1997), o primeiro motivo é de ser um país rodeado de países de expressão inglesa; e o outro motivo é a necessidade de procurar ajuda externa de forma a resolver os problemas de desenvolvimento.

¹⁰ Ver o Apêndice B - Caracterização histórica da SADC.

participação na ONU, mas, sempre que possível, celebrar acordos bilaterais e multilaterais de cooperação com atores estatais e não estatais com vista ao fortalecimento das capacidades para garantir a segurança coletiva regional.

O Órgão da SADC foi criado na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governos dos países membros da SADC, realizada a 28 de junho de 1996, em Gaborone, Botswana, constituindo um quadro institucional da SADC através do qual os Estados membros coordenam as políticas e atividades nas áreas de Política, Defesa e Segurança, procurando dar corpo às solicitações regionais no âmbito da defesa e segurança, e contribuir também para segurança do continente Africano. De acordo com o n.º 1, do art.º 2 do Protocolo da SADC sobre Cooperação nas Áreas da Política, Defesa e Segurança, o objetivo geral do Órgão é promover a paz e a segurança regionais (SADC, 2010).

De acordo com o número 1 e 2 do art.º 3 do Protocolo da SADC sobre Cooperação nas áreas da Política, Defesa e Segurança o OPDS é uma instituição da SADC que responde perante a Cimeira e, integra as seguintes estruturas¹¹:

- O Presidente do Órgão eleito pela Cimeira entre os membros da Cimeira, por um período de um ano e, é o responsável pela orientação política em geral e pela concretização dos objetivos do Órgão.
- Comité Ministerial (CM) constituído pelos ministros responsáveis pelos negócios estrangeiros, defesa, segurança pública e segurança de estado de cada Estado membro, responde perante o Presidente e, é responsável pela coordenação do trabalho do Órgão e das suas estruturas.
- Comité Inter-Estatal de Política e de Diplomacia (ISPDC) é constituído pelos ministros responsáveis pelos negócios estrangeiros de cada Estado membro, desempenha as funções necessárias à concretização dos objetivos do Órgão relativos à política e diplomacia e, é responsável perante o CM.
- Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança (ISDSC) responde perante o CM e é constituído pelos ministros responsáveis pela defesa, segurança pública e segurança do estado de cada Estado membro, desempenha as funções inerentes à concretização dos objetivos do Órgão relativos à defesa e à segurança.

Para a implementação do OPDS, elaborou-se em 2002, o Plano Estratégico Indicativo do Órgão (SIPO) que define as linhas mestras (...), ou seja, procura identificar as estratégias e as ações a desenvolver com vista a materializar os objetivos plasmados no

¹¹ Ver o Anexo E – Estrutura do OPDS da SADC.

protocolo de cooperação nas áreas da Política, Defesa e Segurança da SADC (SADC, 2010).

O SIPO está dividido em cinco setores principais, nomeadamente: Política, Defesa, Segurança do Estado, Segurança Pública e Polícia. Os Estados membros da SADC no âmbito da cooperação nas áreas da defesa e segurança, têm desenvolvido tarefas como, o intercâmbio de informação e de visitas, partilha de instituições de formação, realização de exercícios conjuntos, apoio mútuo em situações de emergência e de dificuldades na área da política. Entre vários mecanismos e estratégias adotados ao nível da SADC para materializar a cooperação na defesa e segurança são de destacar os seguintes:

- A adoção do “Pacto de Defesa Mútua da SADC¹²”, um compromisso regional em prol da autodefesa coletiva e da preservação da paz e segurança da região, contanto que um conflito armado contra um, seja considerado uma ameaça à paz e segurança da região.
- A criação e a operacionalização com sucesso da Força em Estado de Alerta da SADC (*SADC Standby Force*¹³ - *SASF*), um compromisso em garantir que a região assuma uma abordagem coletiva em questões de defesa e segurança da região em prol da proteção das populações e da salvaguarda da estabilidade da região.
- A integração da Organização de Cooperação Regional dos Chefes de Polícia da África Austral (SARPPCO¹⁴) no Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança (ISDSC) representa mais um desenvolvimento em prol do fortalecimento da integração regional e da cooperação em matéria de policiamento na região;
- Criação, operacionalização do Centro Regional de Alerta Prévio¹⁵ (REWC) para a prevenção e gestão de conflitos;

De acordo com o SIPO, estas são as várias estratégias e linhas de ação que têm orientado a integração dos esforços dos países membros da SADC com vista a garantir a segurança regional. Para garantir o sucesso e a adaptação do SIPO aos desafios e ameaças

¹² O ‘Pacto de Defesa Mútua da SADC’ serve de compromisso regional em prol da autodefesa coletiva e da preservação da paz e da segurança na região, contanto que um conflito armado contra um será considerado uma ameaça à paz e segurança da região (UA, 2012).

¹³ *SADC Standby Force* é uma força de escalão Brigada (SADCBRIG) criada em 2007, com o objetivo de garantir a paz, segurança e estabilidade política regional, enquanto pré-requisitos para o desenvolvimento. Retirado: Março, 13, 2015 de <http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/view.asp?vol=564&pubno=v10n3>. Não é uma força física que possui um quartel, mas é acionada em caso de necessidade militar de em qualquer um dos países membros. Retirado: Março, 13, 2015, de <http://www.news24.com/Africa/News/SADC-begins-training-of-Standby-Force-in-Zim-20130205>.

¹⁴ Segundo Paulo Coelho (2011, p.360), a SARPPCO é um organismo criado em 1995 com a finalidade de coordenar os esforços das várias forças de polícia a nível regional.

¹⁵ Centro Regional de Alerta Prévio (REWC) para a prevenção e gestão de conflitos, constituído por peritos em analisar e recolher informações relativas a situações de ameaça para a região da SADC para que se possam tomar medidas antes que ponham em causa a segurança regional (SADC, 2010).

com que a região tem sido confrontada, o OPDS tem revisto o SIPO de cinco em cinco anos, no entanto, a última que tivemos acesso para a realização deste trabalho, é de 2010. Para além da revisão, tem levado a efeito um processo de monitorização e avaliação regular dos seus programas de forma a garantir a sua implementação em todos os setores e, também tem elaborado planos anuais com vista a complementar o SIPO.

Portanto, importa salientar a importância do SIPO para Moçambique, enquanto quadro legal que define as atividades a serem desenvolvidas e de acordo com as mesmas todos Estados contribuem para a segurança Regional.

2.5.2 - Desafios e Ameaças à Segurança da Região da SADC

A região da SADC, nas últimas décadas tem sido caracterizada por um ambiente de alguma paz e estabilidade a qual tem sido fortalecida pela cooperação regional para a defesa e segurança levada a efeito pelos Estados-membros. Porém, apesar dos progressos significativos na cooperação, a região enfrenta diversos desafios sociais com impacto na segurança regional. Neste sentido, para a implementação do SIPO, órgão que define as linhas de ação e atividades a desenvolver no âmbito da cooperação regional para a defesa e segurança, cada um dos setores constituintes elabora um plano de ação anual no qual são levantados os desafios e ameaças para a segurança regional em cada um dos setores.

No que respeita aos desafios que se têm constituído em ameaças à segurança de Moçambique, são de modo geral transversais a nível regional, continental e alguns deles ao nível mundial e, destacando-se os seguintes: o subdesenvolvimento económico e a pobreza, as doenças pandémicas, a violação, o abuso e a violência contra mulheres e crianças, calamidades naturais, migração ilegal, o crime organizado internacional (branqueamento de capital, o tráfico de droga, tráfico de pessoas, tráfico de armas, entre outros), a corrupção, a exploração mineira ilícita, o terrorismo, a pirataria marítima, os conflitos dentro e entre Estados, o desarmamento e a reintegração de ex-soldados desmobilizados, entre outros, (SADC, 2010).

No caso particular de Moçambique, é de destacar a questão da instabilidade político-militar vivida no país nos últimos anos e, a questão da criminalidade (sequestros), que têm causado sentimento de medo, condicionando a segurança e a liberdade dos cidadãos moçambicanos.

2.5.3 - Contributo da SADC para a Arquitetura de Paz e Segurança Africana

De acordo com Mbebe (2010, p. 16), os países da SADC partilham extensas fronteiras com escasso controlo, o que facilita a prática de crimes que ultrapassam as fronteiras dos Estados e da própria região, que constituem desafios que não podem ser enfrentados de forma isolada pelos Estados e até pela organização regional. Desta forma, a SADC procura cooperar com atores não estatais e Organizações Internacionais e, celebrar acordos (bilaterais e multilaterais) com vista a fortalecer as capacidades regionais no âmbito da Política, Defesa e Segurança.

As Organizações Regionais Africanas têm assumido um papel muito importante para a segurança e estabilidade regional. Através destas procuram-se soluções regionais para os problemas regionais de segurança, através das várias políticas adotadas e ações levadas a efeito com vista a garantir a segurança coletiva ao nível das respetivas regiões e, por consequência contribuir para a segurança continental e global. Como refere Luís Bernardino (2010, p. 3) “ as ORA são na sua área de intervenção responsáveis pela segurança e pelo apoio ao desenvolvimento dos respetivos países constituintes, sendo também responsáveis, pela prevenção de conflitos no âmbito regional e em África.”

A nível do continente Africano, a UA procura operacionalizar a defesa e segurança coletiva com o projeto da Arquitetura da Paz e Segurança Africana¹⁶ (APSA), o qual integra as cinco Organizações Regionais Africanas através dos respetivos órgãos regionais de cooperação¹⁷, com vista a criação e operacionalização da *African Standby Force* (ASF¹⁸). Cada uma das cinco organizações regionais que integram a UA, tem uma Brigada constituída através da qual contribuem para missões no âmbito da APSA (Ver a figura nº 4). No caso concreto da SADC, esta contribui para as missões no âmbito da APSA através da ASF ou *SADC Brigade* (SADCBRIG), para a qual Moçambique contribui com efectivos, meios materiais e financeiros como todos os países membros. A SADCBRIG é uma força

¹⁶ Segundo Luís Bernardino (2010), a Arquitetura de Paz e Segurança Africana é um conjunto de estruturas e mecanismos criados pela União Africana com o propósito de contribuir para uma efetiva prevenção e resolução de conflitos regionais em África e concomitantemente colaborar para o desenvolvimento sustentado dos países africanos.

¹⁷ De acordo com (Mbebe, 2010) a segurança coletiva encontra expressão através das cinco Organizações regionais dentro da União Africana, nomeadamente: Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), na África Oriental; na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a União do Magrebe (UMA), na África do Norte; e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), na África Central e o OPDS da África Austral.

¹⁸ Segundo Bernardino, (2004), as *African Standby Forces* congregam cinco Brigadas, associadas às cinco sub-regiões em que se articula o continente africano e atribuídas às organizações sub-regionais que operam nessas regiões, constituindo o mecanismo de reação rápida da União Africana para a prevenção e resolução de conflitos regionais em África.

de escalão Brigada que integra efetivos dos países membros da SADC, cujo Estado-Maior se situa em Gaborone, capital de Botswana. Não é uma Brigada física ou seja, que esteja permanentemente constituída, no entanto, pode ser acionada em caso de necessidade militar num dos países membros ou situação militar regional que exija intervenção militar conjuntamente. Assim, cada país membro, tem a responsabilidade de manter um efetivo e meios permanentemente preparados e disponíveis para integrar a força regional em qualquer eventualidade ou necessidade de intervenção.

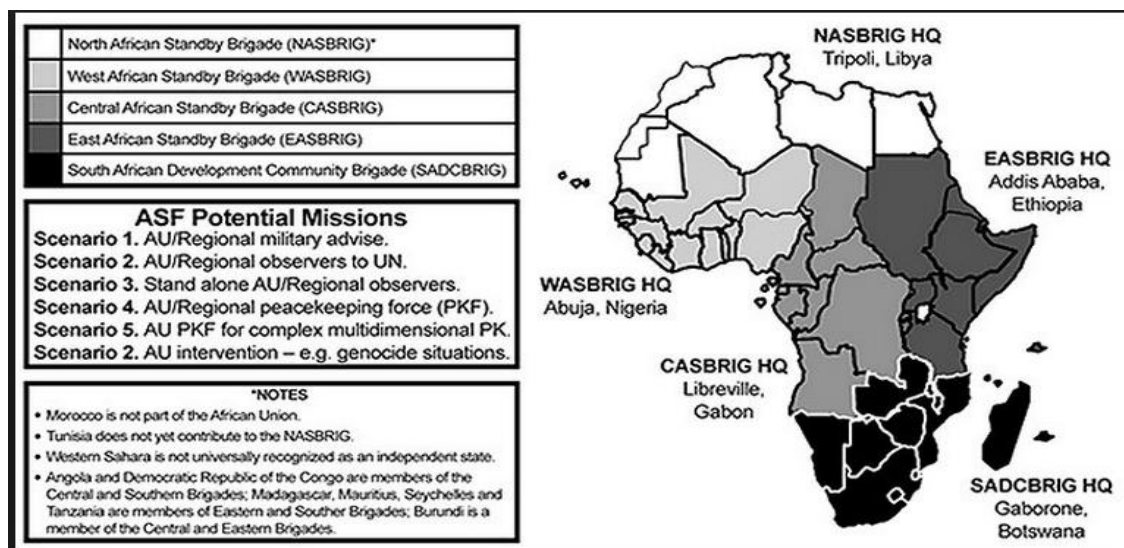


Figura n.º 4 - African Standby Force

Fonte: Jakkie Cilliers (2008)

2.6 - Importância da Segurança Marítima para Moçambique e região da SADC

O comércio internacional é importante para muitas economias africanas, sendo mais de 90% das exportações e importações africanas realizadas por via marítima. Refere-se ainda que ao longo das últimas quatro décadas, o volume de comércio marítimo mundial mais do que quadruplicou, noventa por cento do comércio mundial e dois terços dos seus fornecimentos de energia são realizados por via marítima (União Africana, 2012)

O Domínio Marítimo Africano¹⁹ (DMA) oferece à todas as nações africanas, grandes oportunidades de crescimento e uma rede de rotas marítimas de importância enorme para a sua segurança e prosperidade. Porém, Paulo Coelho, (2010 p. 17), refere que no caso concreto da África Austral, “essas oportunidades só se tornarão reais quando uma

¹⁹ DMA, refere-se a todas as áreas incluindo o espaço aéreo e os recursos de, sobre, sob, ao lado ou, na fronteira com um mar africano, oceano, lagos africanos e vias marítimas internas navegáveis, incluindo todas as atividades africanas ligadas ao setor marítimo, da infra-estrutura, de carga, de navios e de outros meios de transportes. (UA, 2012).

política de segurança marítima transformar a região num ator coerente no jogo mais amplo do Oceano Índico”.

Neste contexto, Luís Bernardino, (2015, p. 2) salienta que “os mares e os oceanos sempre constituíram uma importante fonte de recursos e consequentemente de conflitos, sendo fundamentais para o desenvolvimento (...), segurança e subsistência das comunidades que ribeirinhas.” Assim, atendendo a estas linhas de pensamento, considera-se imprescindível abordar-se a questão da segurança marítima quanto se fala do processo de exploração dos recursos naturais energéticos de Moçambique, bem como das implicações para a Defesa e Segurança Nacional tratando-se de um país e uma região com imensos espaços marítimos (cerca de 2700 km), sob a sua jurisdição (Figura nº. 1).

Moçambique, para além de possuir uma costa marítima de cerca de 2700 km, encontra-se estrategicamente situado ao longo dum importante corredor marítimo, com elevado fluxo de comércio, trânsito e imigração no Oceano Índico (Canal de Moçambique), o que impõe algumas preocupações²⁰ acrescidas para à segurança marítima do país e da região. Desta forma, consideramos que a proteção e a segurança da sua costa marítima, águas interiores e recursos marinhos, assumem um importante significado para o desenvolvimento económico e segurança de Moçambique. O processo de exploração dos recursos naturais e energéticos por sua vez vem exponenciar a importância da segurança marítima para Moçambique e para a SADC, não só devido à aproximação e ligação desses recursos ao mar seja em termos geográficos²¹, seja pelas infraestruturas construídas para a consecução do processo de exploração (infraestruturas e vias de comunicação, e meios de transportes).

Para se materializar a segurança marítima, encontra-se definida ao nível continental pela UA, a Estratégia Marítima Integrada 2050²², que engloba o continente Africano como um todo e, ao nível da SADC a segurança marítima tem estado sob a responsabilidade do Comité Marítimo Permanente²³ (CMP) no âmbito do OPDS da SADC.

Em Moçambique a segurança marítima está a cargo das FADM através da Marinha de Guerra em colaboração com a Guarda Costeira do Ministério do Interior e outras

²⁰ Ver o Anexo F - Principais Frotas Navais e Preocupações de Segurança no Oceano Índico.

²¹ Ver o Anexo G – Rede Ferro-Portuária e Corredores para a Exportação Carvão via Oceano Índico e o Anexo H - Reservas Provadas de Gás Natural na Bacia do Rovuma, no norte de Moçambique.

²² Plano de Ação adotado a 06 de dezembro de 2012 na 2ª Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pelos Assuntos Marítimos da União Africana em Adis Abeba, Etiópia, visando delinear os objetivos globais a prosseguir na tentativa de melhorar a economia marítima de África e as principais atividades ou ações a realizar com a atingir esses objetivos.

²³ Segundo (Coelho, 2010), o Comité Marítimo Permanente (CMP) foi criado no Seminário do Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança (CIEDD) realizado em Gaborone, em março de 1995.

instituições ligadas ao domínio de segurança marítima como por exemplo o Ministério das pescas e do ambiente. Moçambique tem contado também com o apoio dos países que têm acesso ao mar através da costa moçambicana (Zimbabwe, Zâmbia e Malawi) e, de alguns parceiros de cooperação na área da segurança marítima, entre eles Portugal.

2.7 – As Forças Armadas de Defesa de Moçambique, Contributo para a Segurança Nacional e Regional

Segundo (Pinto 2013, p. 90) “a história da criação e edificação das FADM resume-se genericamente em duas fases.” A primeira fase remonta ao início da década de 1960 e, está relacionada com a criação das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), componente militar da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO²⁴), criada durante a luta pela independência de Moçambique contra o domínio colonial Português. A segunda fase decorre do fim da guerra civil²⁵ com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) de 1992 que conduziu à constituição das FADM, com homens provenientes da FRELIMO e da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO)²⁶, as duas forças anteriormente envolvidas no conflito interno entre 1977 e 1992. No Apêndice D faz-se a caracterização histórica das FADM.

Atualmente as FADM têm um efetivo de cerca de 11.200 militares, sendo 10000 (90 %) do Exército, 1.000 (8 %) da Força Aérea e cerca de 200 (2%) da Marinha de Guerra. Deste efetivo contam-se os militares dos Quadros Permanentes (QP), sendo também admitido um regime de voluntariado. O essencial deste contingente é assegurado por conscritos que servem nas fileiras durante dois anos cumprindo o Serviço Militar Obrigatório (SMO), nos termos da Lei do Serviço Militar (Lei 32/2009, de 25 de novembro). Portanto, é um efetivo pouco superior a um terço dos 30.000 estabelecidos nos AGP, número muito baixo se relacionado com a população do país correspondendo apenas a 0,04 dos 24 milhões de habitantes.

²⁴ FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), fundado em 25 de junho de 1962, com o objetivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português. Retirado em 12 de abril de 2015, em <http://www.frelimo.org.mz/sites/frelimo/files/>.

²⁵ Guerra civil foi um conflito armado que começou em 1977, opondo a FRELIMO e a RENAMO (Da Costa, 2009, p. 13)

²⁶ RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) segundo maior partido político de Moçambique. Retirado em 12 de abril de 2015, em <http://www.renamo.org.mz/index.php/about-us>.

2.7.1 – Missões das FADM

As FADM têm como missões fundamentais, as acometidas na Lei nº 18/97 - Política de Defesa Nacional, como documento legal estruturante e que se encontram explanadas no Decreto-lei nº 41/2011 – Estrutura Orgânica das FADM. Desta forma as FADM têm as seguintes missões:

- Defender interesses vitais do país contra as formas de ameaça ou agressão;
- Garantir a Integridade do território nacional, a soberania (...) e a segurança dos meios de desenvolvimento da Nação;
- Participar em ações tendentes à manutenção de paz e ao respeito do direito internacional;
- Contribuir para a defesa e segurança da região e do continente, apoiando as ações de prevenção e resolução de conflitos;
- Assegurar a defesa do território nacional face a todo tipo de ameaça, incluindo terrorismo.

Tendo em vista o foco deste trabalho “a segurança dos recursos do processo de exploração” importa destacar a relevância que algumas dessas missões das missões, poderão ter, como por exemplo, o controlo e vigilância do território, principalmente, as fronteiras e a fiscalização da costa marítima, de forma a minimizar a imigração ilegal, saque e roubo dos recursos do subsolo e do mar e ainda o fluxo comercial ilegal no espaço no espaço de soberania Moçambicano.

A estrutura das FADM de acordo com o art.º 3 do Decreto-lei nº 41/2011, Estrutura Orgânica das FADM, compreende o Estado-Maior General (EMG) das Forças Armadas, os Ramos (Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra) e órgãos militares de comando das Forças Armadas (CEMGFA e os Comandantes dos Ramos).

De acordo com o art.º 22 da Constituição da República de Moçambique, no seu relacionamento com outros Estados, Moçambique prossegue uma política de paz dando primazia à solidariedade internacional para a liberdade dos povos. Este envolvimento está igualmente vincado e legitimado pela Lei nº. 17/97, de 1 de outubro, Lei da PDSN, e ainda pela Lei 18/97, de 1 de outubro, Lei da Defesa Nacional, ambas de 1997, referindo que a defesa nacional é igualmente exercida no quadro dos compromissos bilaterais, regionais e internacionais assumidos pelo país.

As missões de paz em que Moçambique tem participado através das FADM, integrando as forças da SADC, da União Africana ou ainda das Nações Unidas, algumas

delas explanadas no subcapítulo que se segue, visam contribuir para que, a nível internacional e, particularmente em África, prevaleça a cultura de paz, através da resolução pacífica de conflitos, em que o diálogo constitui o principal mecanismo (FADM, 2015).

2.7.2 - Contributo das FADM para a Segurança da SADC

Moçambique participa na garantia da defesa e segurança regionais através das FADM que integram a *SADC Standby Force* com efetivos e meios materiais e humanos, que por sua vez contribui para a segurança continental integrando na *African Standby-by Force* (ASF). Como refere Ficher (2010), as FADM participam na promoção da paz, segurança e estabilidade africanas garantindo a proteção e preservação da propriedade e o bem-estar das populações e do seu meio ambiente. As FADM têm participado em várias missões²⁷ na SADC, no continente Africano pela União Africana e ao nível internacional, integrando as missões de manutenção da paz no sob a égide das Nações Unidas.

No continente Africano, as FADM contribuem para a criação e operacionalização da ASF enquadrando-se numa das cinco regiões (África Austral), criadas para garantir o sistema de alerta e segurança em todo continente, bem como a intervenção em caso de agressão. Ao nível da SADC, as FADM têm integrado os exercícios regionais conjuntos²⁸ com vista à operacionalização da SSF e a fim de enfrentar eventuais solicitações no âmbito das operações de apoio à paz e de assistência humanitária. Não obstante, Moçambique garante também através das FADM, a continuidade da cooperação multilateral no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) através da participação nos exercícios FELINO²⁹.

A nível do continente africano e da Região da SADC, Moçambique participa com efectivos, equipamentos e recursos financeiros, através das FADM, nos esforços da criação

²⁷ As FADM já tiveram as seguintes participações: 2000-2005, Timor-Leste, Administração Transitória das UN; 2001-2004, Ilhas Comores, Missão Internacional de Observação das Comores; 2002-2006 e 2008-2009, República Democrática do Congo, Missão de Observação das Nações Unidas; 2003-2006, República do Burundi, Missão de observação das Nações Unidas no Burundi; 2007-2009, República de Uganda; 2004-2009 República do Sudão, Missão das Nações Unidas no Sudão/Darfur; 2005-2009, Gabinete de Assistência das Nações Unidas para a Guiné-Bissau (FADM, 2015).

²⁸ Têm sido realizados exercícios regionais designadamente Blue Rovuma e Golfinho dos quais as FADM participam com meios materiais, financeiros e efectivos (FADM, 2015).

²⁹ São exercícios conjuntos realizados anualmente pelos estados membros da CPLP após as diretivas dos CEMGFA e dos Ministros de Defesa e, têm por objetivo a consolidação de procedimentos bem como a aquisição da mesma doutrina a nível operacional. (Bernardino, 2008). De uma forma mais abrangente, estes exercícios tem por objetivos “Treinar o planeamento e o controlo de Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária, (...) das Forças Armadas dos estados membros da CPLP” (Junqueira & Pires, 2009, p. 172).

e operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta e da Brigada da SADC. As FADM participam também, em exercícios conjuntos com os países membros da CPLP e da SAD (FADM, 2015)

2.7.3 – Instituições de Ensino e Formação Militares

Uma das grandes apostas dos responsáveis políticos e militares pelas FADM tem sido a importância e prioridade atribuídas à formação de quadros e em especial no âmbito do ensino superior militar (Pinto, 2013). Como referia Patrício José (Vice-Ministro da Defesa de Moçambique) na reunião com os estudantes militares moçambicanos em Portugal em maio de 2015, realizada na Embaixada de Moçambique, o atual governo moçambicano tem como prioridades para as FADM, a formação (definição de prioridades em termos de necessidades de quadros e orientação dos quadros formados), construção de infra-estruturas, aquisição de equipamentos e melhoria das condições de saúde militar.

Moçambique tem exercido grande esforço no sentido de modernizar e capacitar as suas Forças Armadas, de modo a se adequarem aos novos desafios e a responderem eficientemente às solicitações inerentes às missões que lhes são incumbidas pela lei. Esse esforço e aposta na formação têm sido materializados através da implementação das instituições de ensino, em particular as do ensino superior e, pelo apoio dos países com que Moçambique coopera, dos quais se destacam Portugal, Brasil, Rússia e África do Sul.

A nível nacional, para além dos acordos existentes entre a FADM e as instituições civis de ensino superior com vista à formação dos recursos humanos das FADM, são de destacar as instituições militares que se dedicam à formação, que são de acordo com o Apêndice A, a Academia Militar Samora Moisés Machel (AMSMM), o Instituto Superior os Estudos de Defesa (ISEDEF), a Escola de Sargentos das Forças Armadas (ESFA), a Escola de Formação Profissional de Chingodzi (EFPC) e os Centros de Instrução Básica (CIB) de Manhiça, Dongo e Montepuez.

Portanto, estas instituições de ensino e formação militares, têm desempenhado um papel muito importante no âmbito da formação dos recursos humanos das FADM, enquanto uma área assumida pelos responsáveis políticos e superiores militares como importante e prioritária com vista a modernização e profissionalização das FADM, de forma a garantir a sua afirmação e credibilização na esfera nacional e internacional.

Capítulo 3

Exploração dos Recursos Naturais Energéticos de Moçambique

3.1 – Introdução

“Moçambique apresenta um grande potencial de recursos naturais, com destaque para o gás natural, carvão mineral e energia eléctrica, que constituem uma oportunidade para a atracção de investimentos estrangeiros, propiciando o desenvolvimento económico e social ao país” (Banco de Moçambique, 2012a).

Decorrente das progressivas descobertas³⁰ de recursos naturais e energéticos (gás natural e carvão mineral) no norte de Moçambique, o país tem acolhido investimentos de diferentes origens (nacionais e estrangeiros) associados ao processo de exploração do carvão mineral (já em curso), e do gás natural, embora ainda numa fase inicial. No entanto, este é um processo que mobiliza e envolve vários investimentos em recursos humanos financeiros e materiais a nível interno, regional e global. Assim, Emílio Zeca (2013, p. 34), refere que “a soberania e estabilidade poderão ser fortificadas, ameaçadas e postas em causa por interesses mais fortes (...), dependendo dos modelos de exploração e gestão desses recursos adotados pelo país, favoráveis ou não a esses interesses.”

Neste capítulo abordam-se os principais projetos de exploração do gás natural e do carvão mineral em curso em Moçambique, a sua importância para o desenvolvimento económico e social, os impactos para a sociedade e as oportunidades que poderão surgir para as FADM.

3.2 - Principais Projetos de Exploração do Carvão Mineral e do Gás Natural em Moçambique

De acordo com Selemene (2010, p. 3), “as pesquisas para exploração de recursos energéticos em Moçambique remontam ao período colonial, com as primeiras expedições de geólogos alemães que mapearam as zonas com potencialidades de ocorrência desses recursos, tendo em conta as formações geológicas que na zona norte de Moçambique.” O

³⁰ Ver o Anexo H - Reservas Provadas de Gás Natural e o Anexo I - Concessões dos Hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma.

processo de pesquisas e criação de condições para a respetiva exploração ganhou maior impulso depois da independência, quando foi também criado na década de 80 o quadro legal e institucional³¹ para regular a indústria mineira.

Ainda segundo Emílio Zeca (2013, p. 4), “na costa oriental africana (Quênia, Tanzânia e Moçambique) têm sido descobertos grandes jazigos de recursos naturais energéticos com a intervenção de grandes empresas e multinacionais”. No caso concreto de Moçambique a empresa petrolífera americana Anadarko, tem estado a fazer pesquisas de gás natural na Bacia do Rovuma na província de Cabo Delgado³², a norte de Moçambique. Segundo o mesmo autor os projetos para a exploração de gás natural estão ainda em fase de criação de condições (infraestruturas), prevê-se que só a partir de 2018 o governo moçambicano poderá começar a beneficiar dos dividendos provenientes da exploração industrial do gás natural da bacia do Rovuma.

No que respeita ao carvão mineral, o processo de exploração tem sido levado a feito através da intervenção de várias empresas multinacionais, as quais se encontram as seguintes: brasileira Vale (Moatize), as australianas Riversdale Moçambique e RioTinto (Benga e Zambeze), as britânicas Ncondezi Coal Company (Ncondezi) e Beacon Hill Resources nas minas de Moatize (Moatize), a indiana JSP Índia (Changara), e ainda a Eta Star do Dubai (Moatize).

Com vista à criação de condições, construção e/ou reabilitação das vias de comunicação, portos, estradas e linhas férreas que possam permitir o escoamento, comercialização e exportação³³ do gás natural e carvão mineral, têm sido desenvolvidos vários projetos dos quais são de destacar os seguintes:

- O projeto de concessão, construção operação e gestão da base logística do Porto de Pemba³⁴, na província de Cabo Delgado, uma importante infraestrutura de suporte logístico à implementação do projeto de liquefação de gás natural no país, concessionada ao consórcio formado pela EHN Logistics e EHN Rovuma Área 1

³¹ Segundo (Zeca, 2013), em 1981, foi aprovada a Primeira Lei de Petróleos (Lei n.º3/81) e criada a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, Lei n.º 5/94 de 13 de Setembro, que introduz alterações à Lei de Minas e ao seu respectivo regulamento e atribui ao Conselho de Ministros competências para instituir um regime fiscal aplicável à actividade mineira; Decreto n.º 31/95 de 25 de Julho que aprova o regulamento sobre a Comercialização de Minerais e Metais Preciosos.

³² Ver Anexo H - Reservas Provadas de Gás Natural na Bacia do Rovuma e o Anexo I - Concessões Hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma.

³³ Ver o Anexo G – Rede Ferro-Portuária e Corredores para a Exportação Carvão via Oceano Índico.

³⁴ Segundo Mimbire & Nhamire (2014, p. 2), os terminais portuários e logísticos de Pemba e Palma, na província de Cabo Delgado servirão de base logística a apoiar o processo de construção da planta de liquefação do gás natural em Palma, cujas operações espera-se que iniciem em 2018.

(empresas públicas moçambicanas) e Orlean Invest Lda, da Nigéria (Mimbire & Nhamire, 2014).

- O projeto da construção da linha férrea de Tete-Chimoio-Beira pela empresa chinesa (China Kingho), a modernização dos portos e terminais marítimos de Chinde, Nacala e Beira, etc. (Lopes 2013). Portanto são um exemplo, entre outros.

Muitos outros projetos poderão ainda surgir, visto que o processo de exploração dos hidrocarbonetos está ainda na fase inicial e, principalmente do gás natural, como já foi referido o início da exploração do gás natural bem como os respetivos rendimentos para o governo e cidadãos moçambicanos está previstos para 2018.

3.3 - Importância dos Recursos para o Desenvolvimento Económico e Social de Moçambique e da SADC

Como já foi referido, a exploração judiciosa dos recursos naturais em Moçambique poderá impulsionar significativamente o desenvolvimento e o crescimento económico do país e da região da SADC, com apostando na criação de infraestruturas nacionais e regionais, importantes para melhorar as condições de vida e bem-estar dos cidadãos. Esses ganhos surgem à luz dos benefícios (sobretudo económicos), resultantes do fluxo de bens, serviços, intercâmbio, pessoas, entre outros, que cruzam livremente as fronteiras dos Estados, criando oportunidades de comércio, emprego, e maior qualidade de vida (Pereira, 2014).

Em Moçambique, têm sido notáveis os efeitos imediatos a nível local dos projetos de exploração de carvão mineral e do gás natural. Apesar de serem projetos ainda em fase inicial, de acordo com Mosca & Selemene (2011, p.25), “a atividade mineira tem gerado emprego e rendimento para as famílias, oportunidades para ampliar ou para o surgimento de novos pequenos negócios (hotelaria, restauração, habitação, transportes públicos, comércio)”. A construção civil ganha um grande incremento na habitação (condomínios, edifícios, casas, pontes e estradas) e, faz crescer a oferta de bens e serviços (escolas, hospitais, fontes de abastecimento de água, etc.). Com este conjunto de atividades também tem aumentado o nível de procura e a oferta de serviços de empresas nacionais e estrangeiras relativamente ao fornecimento de energia, transportes e serviços bancários. Por exemplo em 2007, por exemplo, iniciaram os mega-projetos de exploração do carvão mineral, quando havia em Tete e Moatize um total de cinco agências bancárias e, em três anos e meio, passaram para 18 (Mosca & Selemene, 2011).

A exploração dos recursos contribui para o desenvolvimento local através dos investimentos diretos na indústria extrativa³⁵. De acordo com dados do Banco de Moçambique (2012, p. 1), o investimento direto na indústria extrativa em 2011 era de cerca de 17 % do PIB e, no primeiro semestre de 2012 o carvão mineral passou ao segundo minério mais exportado em Moçambique, a seguir ao alumínio.

Apesar da exploração dos recursos naturais ser uma atividade com benefícios a longo prazo, os investimentos feitos com o início da exploração do carvão mineral e gás natural têm tido um contributo notável no crescimento económico do país. Não obstante, Benilde Mourana (2012, p.1) refere que “é necessário que o governo não abdique das outras áreas de investimentos de forma que a economia moçambicana não passe a depender apenas dos rendimentos da exploração mineira”

3.4 - Impacto Social dos Projetos de Exploração do Carvão Mineral e Gás Natural em Moçambique

Como refere Emílio Zeca (2013, p. 4), “a descoberta e a exploração dos recursos energéticos trazem elevadas expectativas³⁶ às populações, uma vez que seus rendimentos podem trazer maior bem-estar, desenvolvimento e segurança económica às populações e aos Estados”. No entanto, a descobertas, exploração e comercialização dos recursos é um processo cujos benefícios não são imediatos ou seja, visíveis a médio e longo prazo, de tal forma que a população tem a mesma percepção em relação ao tempo que se deve esperar. Para maior parte da população em Moçambique, os recursos naturais (gás natural da bacia de Rovuma e carvão mineral da região de Moatize), são uma fonte de riqueza e oportunidade imediatas, dos quais sentem que têm o direito de beneficiar e, caso isso não se verifique, poderão surgir manifestações e conflitos em defesa desses direitos e alterando o estado de segurança no país.

Em Moçambique, ao nível local nas zonas onde é levado a cabo o processo de exploração de recursos por multinacionais (por exemplo a Vale, Rio Tinto e Riversalle na região carbonífera de Moatize em Tete), têm surgido situações que poderão propiciar a emergência de conflitos e insegurança local e regional. De acordo com Tomás Selemane

³⁵ Segundo Castel-Branco (2010, p. 25), a indústria extractiva referem-se a um conjunto de actividades de extração de recursos naturais, sem ou com pouco processamento que adicione valor ao recurso em si, antes de este recurso ser posto à disposição de outro utilizador.

³⁶ Ver o Anexo J - Expectativas da População sobre a Descoberta e Exploração dos Recursos e, sua relação com a Segurança e o Conflitos.

(2010) e Emílio Zeca (2013) têm-se verificado alguns problemas relacionados com a deslocalização das populações (retiradas das terras onde se pretende desenvolver a atividade de exploração dos recursos energéticos e recolocadas em outros lugares), têm gerado conflitos locais alimentados por nativos das zonas onde a exploração ocorre e por aqueles que não se sentem envolvidos no processo.

Em Tete, a implantação de grandes projetos, segundo João Mosca & Tomás Selemene (2011, p 45)” tem implicado a movimentação e reassentamentos das populações residentes nas zonas de exploração mineira”. Esta deslocação, não têm sido bem aceite por toda população abrangida e, têm causado o descontentamento das pessoas, registando-se conflitos pelas terras. Algumas das pessoas recusam-se a abandonar as suas terras e propriedades. Selemene (2010) refere que nas três situações em que houve deslocalização das populações em Moçambique, com empresas diferentes³⁷ as populações manifestaram descontentamento, quase pelas mesmas razões³⁸. Outro problema prende-se com o incremento da imigração para as zonas onde é efetuada a exploração dos recursos em busca de oportunidades, seja a partir do interior do país ou de outros países. A imigração pode tornar-se maior do que a capacidade de absorção da mão-de-obra dos projetos de exploração dos recursos ou ainda, motivar a subida do nível de vida, dos preços dos produtos e serviços bases e, torná-los inacessíveis e dificultar a vida dos cidadãos.

São várias as situações que poderão surgir no decurso do processo de exploração dos recursos naturais com as quais, o governo moçambicano em colaboração com as empresas envolvidas, terá de lidar e implementar medidas de modo a que não gerem graves problemas securitários e não propiciem condições de eclosão de conflitos.

3.5 - Oportunidades e Desafios para as FADM em prol da Exploração dos Recursos Energéticos em Moçambique

Como já foi referido, a exploração de recursos pode ser fonte de desenvolvimento e estabilidade social, política e económica, mas também de insegurança e conflitos. No

³⁷ “Kenmare” multinacional irlandesa que explora áreas pesadas em Moma, sul de Nampula; “Vale” multinacional brasileira que explora o carvão mineral em Moatize, província de Tete e a “Riversdale Mining” multinacional australiana que explora o carvão mineral em Benga, distrito de Moatize em Tete.

³⁸ As populações são transferidas para zonas com terras menos férteis para produção agrícola, menor acesso aos mercados e oportunidades de negócios, mais dificuldades de transporte e comunicações, piores condições de vida, as condições prometidas pelas empresas quase nunca são materializados (falta de infraestruturas bases, fontes de abastecimento de água, escolas e hospitais), e por razões culturais, em todos os casos a população nunca concorda com a transferência dos cemitérios mas, são sempre são sempre efectuados independentemente da posição tomada pela população (Selemene, 2010).

entanto, uma boa administração dos recursos naturais de Moçambique e dos respetivos rendimentos em prol do desenvolvimento do país poderá trazer grandes oportunidades para as FADM, desde o incremento das verbas destinadas a financiar as FADM, melhoria das condições logísticas (reequipamento e instalações), apoio à formação e capacitação dos recursos humanos, melhoria das condições salariais, entre outras necessidades.

A exploração dos recursos naturais em Moçambique poderá contribuir para o crescimento económico da região da SADC, paralelamente com o protocolo regional da zona de comércio livre que permite a livre circulação de pessoas e bens. Não obstante, Levitsky (citado por Armando Pereira 2014), refere que se poderá se aproveitar-se o espaço de menor controlo de circulação de pessoas e bens, para desenvolver grandes negócios no mundo da ilegalidade, fazendo emergir atividades e organizações criminosas, tendo por objectivo do lucro ou do desenvolvimento no mundo do crime. Segundo Emílio Zeca (2013, p. 14), “o ciclo de exploração de recursos (prospecção, pesquisa até à exploração e comercialização) são atividades que mexem com a segurança do local onde o processo ocorre e dos locais adjacentes”. Neste contexto, as FADM cuja missão fundamental, é garantir a paz e a segurança nacionais, terão de desempenhar um papel importante para garantir que a exploração dos recursos seja feita num clima de paz e segurança e que as oportunidades acima mencionadas se materializem em apoio ao desenvolvimento do país e da população em geral.

A implementação dos grandes projetos de exploração dos recursos naturais, implicará a criação de novas infraestruturas, que carecerão de segurança, ou seja, lugares anteriormente de menor relevância passarão a ter grande importância estratégica, o que poderá necessitar de mais recursos (humanos, materiais e financeiros) das FADM para garantir a segurança da infraestruturas e das pessoas que nelas trabalham. Por outro lado, a questão já referida da imigração, poderá constituir um desafio para as FADM, na medida em que hipoteticamente, imigrantes estarão associados às redes criminosas de tráfico ilegal de pessoas, armas ou matéria-prima, etc.

Decorrente do processo da exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique, poderão surgir vários desafios para as FADM. Esses desafios exigirão que as FADM estejam sempre prontas e devidamente preparadas para intervir. Portanto é necessário criarem-se capacidades nas FADM em formação, treino e equipamentos e, haver uma melhor colaboração a nível nacional das forças militares e forças de segurança, e uma ação conjunta regional das forças militares e de segurança, para fazer face aos possíveis riscos e ameaças à Segurança do país e da região da SADC.

Capítulo 4

Metodologia e Procedimentos

4.1 - Introdução

De acordo com Hill & Hill (2002) “a consecução de uma resposta válida à problemática de investigação pressupõe uma reflexão sobre a abordagem, o método científico e os procedimentos de recolha e análise de dados”. Desta forma, após a introdução, e sustentação teórica que nos permitiu alargar conhecimentos sobre a temática em apreço e evidenciar os aspetos mais relevantes para a concretização dos objetivos propostos, é deveras importante fazer uma descrição da metodologia de investigação e dos procedimentos usados para dar respostas as questões da investigação, simultaneamente e demonstrando a veracidade das hipóteses levantadas, tendo em vista à pergunta de partida que nos induziu ao objetivo do presente trabalho de investigação.

Este Capítulo, versa sobre os métodos de abordagem ao problema da investigação, as técnicas, procedimentos e meios de investigação utilizados. Faz alusão ainda à composição e justificação da amostra escolhida. Descrevem-se os procedimentos de análise e recolha de dados e por último, referencia os materiais, instrumentos e programas informáticos utilizados no processamento de dados.

4.2 - Métodos de Abordagem ao Problema

Para a materialização deste TIA foi utilizado o método científico com a linha de abordagem **Hipotético-Dedutiva**. Com vista a atingir-se os objetivos definidos no início deste trabalho foram utilizados vários métodos de investigação. Num trabalho de investigação pode ser utilizado mais do que um método, para que sejam encontradas as respostas para a pergunta de partida e perguntas derivadas. (Sarmiento, 2013).

Desta forma, quanto aos métodos de procedimentos³⁹ para a elaboração deste TIA, recorreu-se ao “método analítico” para analisar diversos aspectos; a) a atual situação de segurança em Moçambique e na região da África Austral, b) a cooperação regional nas

³⁹ Os métodos de procedimentos constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenómenos menos abstractos (Marconi & Lakatos, 2003, p 221).

áreas da Política de Defesa e Segurança da SADC c) os riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da SADC, e d) o processo de exploração dos recursos naturais em Moçambique. Utilizamos o “método inquisitivo”, no concernente às entrevistas, e o “método dedutivo” para particularizarmos e deduzirmos as respostas ao estudo que nos propusemos desenvolver, bem como as possíveis implicações do processo de exploração dos recursos minerais em Moçambique para a segurança no país e na região.

Tendo em vista a natureza do estudo que pretendemos desenvolver, recorreremos à análise documental através de teses, dissertações, monografias, livros, relatórios e artigos científicos, legislação e outros tipos de documentos relativos ao processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique, paz e segurança na SADC (e particularmente em Moçambique) e às FADM. Esses dados permitiram que na fase inicial, se levantasse a QC da investigação e as QD a serem respondidas pelo trabalho, bem como as respetivas hipóteses.

Posteriormente à análise documental procurou-se obter informação qualitativa acerca das possíveis implicações do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique para a Segurança Nacional e regional. Neste sentido foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas⁴⁰ orientadas por 3 Guiões de Entrevista distintos (A, B e C)⁴¹, privilegiando-se o método inquisitivo, uma vez que estas se basearam no interrogatório oral ou escrito (Sarmiento, 2013). Realizámos este género de entrevistas com o propósito de obter opiniões dos entrevistados sobre a temática em apreço neste TIA e, possibilitar a recolha de informações importantes para a prossecução dos objetivos da investigação e aferir as conclusões que derivam da análise documental e conceptual da fase inicial.

4.3 - Técnicas, Procedimentos e Meios

Com vista à prossecução dos objetivos traçados no âmbito de uma investigação científica pode-se utilizar como instrumentos científicos, “a análise documental, observação direta, entrevistas, inquéritos, procedimentos especiais e particulares”. (Sarmiento, 2013).

⁴⁰ Nas entrevistas semiestruturadas o entrevistado responde às perguntas do guião, conjunto de perguntas ou temas, não rígido, permite o entrevistador alterar a ordem das perguntas ou temas, introduzir novo tema, fazer perguntas adicionais ou ainda pedir esclarecimentos ao entrevistado (Sarmiento, 2013).

⁴¹ Ver os Apêndices G.2 - Guião da Entrevista ao Grupo I (Guião A), G.3 - Guião da Entrevista ao Grupo II (Guião B) e G.4 - Guião da Entrevista ao Grupo III (Guião C).

Neste trabalho, recorreremos apenas a duas dessas técnicas, a análise documental e às entrevistas, em que na primeira fase utilizou-se a análise documental para dar sustentabilidade teórica à investigação, cujo processo se iniciou com a pesquisa bibliográfica e documental visando recolher o máximo de informação possível sobre o processo de exploração dos recursos naturais em Moçambique, seu o impacto no desenvolvimento e as implicações para a Segurança Nacional e regional. Numa segunda fase, tendo em vista os objetivos definidos para esta investigação, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas a três grupos de individualidades (oficiais das FADM, Oficiais das Forças Armadas Portuguesas que tenham estado em Moçambique em missões da Cooperação Técnico Militar (CTM) e entidades civis investigadores ou com interesse e especialização na matéria de segurança africana). Para o efeito, foram constituídos três guiões (um para cada grupo de individualidades) com sete perguntas cada, elaboradas com o objetivo de obter informação para responder QC e às QD, levantadas no início de trabalho, a cerca das possíveis implicações do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique, para a Segurança Nacional e regional.

De referir ainda que antes da realização das entrevistas foi sempre efetuada a leitura da carta de apresentação⁴² na qual se encontra especificada a apresentação do investigador, bem como os objetivos pretendidos com a presente investigação. Toda a investigação se desenrolou entre março de 2015 e junho de 2015, com o cumprimento de todas as fases de investigação enunciadas e sintetizadas na Figura nº 2 do primeiro capítulo.

4.4 - Procedimentos de Recolha e Análise de Dados

De forma a concretizarem-se os objetivos propostos para este TIA, foram efetuadas entrevistas semiestruturadas com base em dois procedimentos destintos designadamente, as entrevistas presenciais e não presenciais. Nas entrevistas presenciais, o investigador deslocou-se aos locais para as realizar pessoalmente, tendo sido estas gravadas mediante a autorização dos entrevistados e posteriormente transcritas e enviadas aos mesmos para serem aprovadas e confirmadas no seu conteúdo e a devida autorização para ser citado neste trabalho.

As entrevistas não presenciais, foram aplicadas aos entrevistados que se encontram em locais onde o entrevistador não pôde deslocar para fazer as entrevistas presenciais,

⁴² Ver o Apêndice G.1 - Carta de Apresentação.

visto que a amostra utilizada inclui oficiais das FADM e civis que se encontram em Moçambique, Botswana e Angola. Face a este condicionamento, optou-se pelo envio do guião da entrevista via correio eletrónico. Para materializar este procedimento foi enviado previamente um *e-mail*⁴³ a solicitar autorização para o envio do guião da entrevista.

Concluída a realização das entrevistas, procedemos à transcrição e verificação dos dados qualitativos fornecidos pelos entrevistados, fizemos uma leitura minuciosa das entrevistas, e tratamos as respostas às mesmas, o que implicou a determinação das unidades de contexto e unidades de registo. Posteriormente, elaboramos as matrizes de registo da análise de conteúdo e verificamos a validade e fiabilidade das conclusões resultantes da análise dos conteúdos (Sarmiento, 2013).

4.5 - Locais de Pesquisa, Materiais e Instrumentos Utilizados

Para a realização das entrevistas semiestruturadas presenciais e recolha de dados qualitativos, recorreu-se a um gravador de voz de Telemóvel LG 9 II. Para a posterior transcrição das entrevistas, elaboração e redação da parte escrita de todo o TIA, foi utilizado o *Microsoft Office Word*® versão 2013.

As entrevistas presenciais foram realizadas nas instalações da Academia Militar da Amadora, Academia Militar de Lisboa, Embaixada de Moçambique em Portugal, Universidade Lusófona de Lisboa, e nas residências particulares de alguns oficiais das FADM, estudantes em Portugal.

A *Internet* foi um instrumento muito importante para a realização deste trabalho, designadamente nos aspetos inerentes à recolha e obtenção de informações, documentos, legislação e dados utilizados, bem como na utilização do correio eletrónico para manter contactos com o orientador e a condução das entrevistas não presenciais, que não seriam possíveis.

4.6 - Amostragem: Composição e Justificação

Um trabalho de investigação científica engloba um determinado conjunto de indivíduos (pessoas, objetos, empresas, equipamentos, entre outros) com uma característica comum que se pretende analisar ou inferir mas, dificilmente podem ser incluídos na

⁴³ Ver o Apêndice E - Correio Eletrónico Enviado aos Entrevistados para Solicitar Entrevista.

totalidade, daí que é necessário reduzir o universo a uma amostra, ou conjunto de elementos retirados da população e, que seja representativo e significativo da mesma. (Sarmiento, 2013).

As entrevistas realizadas para este TIA, foram confinadas a quinze entidades de dois países (Moçambique e Portugal), com o intuito de analisar as diversas opiniões e perspetivas em relação às possíveis implicações do processo de exploração dos recursos naturais em Moçambique para a Segurança Nacional e regional. A amostra⁴⁴ utilizada para a realização das entrevistas para este trabalho, foi de 15 entidades de 3 grupos distintos; o Grupo I constituído por sete Oficiais (Superiores e Generais) das FADM, o Grupo II, constituído por cinco oficiais das Forças Armadas portuguesas que participaram na CTM entre Moçambique e Portugal e, o Grupo III, é constituído por três entidades civis que pelos seus cargos/funções ou interesse lhes são associados à matéria de segurança da SADC e, em particular, de Moçambique.

Portanto, foi utilizada uma amostra heterogenia constituída por quinze entidades de Moçambique e Portugal, sendo catorze do género masculino e uma do género feminino, das quais treze são militares e duas civis. A amostra foi constituída por 15 entidades tendo em conta o preconizado por Hill & Hill (2002). Segundo estes autores, determinado assunto normalmente fica “saturado” entre as 14 e as 20 entrevistas, e que a pertinência em investigação, na maioria das vezes, não é compatível com o tempo e os recursos disponíveis, o que de facto concordamos e constatamos.

⁴⁴ Ver o Apêndice F - Caraterização dos Entrevistados.

Capítulo 5

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

5.1 - Introdução

Neste capítulo, são apresentados, analisados e discutidos os resultados recolhidos através das entrevistas realizadas, relativos às implicações do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique para a Segurança Nacional e da SADC. A análise de conteúdo das entrevistas foi realizada através da análise quantitativa e qualitativa das respostas, com recurso ao uso de quadros e tabelas, de modo a apresentar os aspetos tidos como mais importantes das respostas de cada um dos entrevistados.

5.2 - Apresentação e Análise das Entrevistas – Análise de Conteúdo

Nesta fase procede-se à apresentação e análise dos dados relativos às 15 entrevistas realizadas. Para a análise do conteúdo das entrevistas seguiram-se as seguintes fases: 1) transcrição integral⁴⁵ das entrevistas, 2) leitura minuciosa das respostas às entrevistas, 3) distinção dos seguimentos de texto, 4) identificação das unidades de registo⁴⁶ (UR) e unidades de contexto⁴⁷. Por questão para facilitar a posterior comparação, 5) elaboração da matriz de análise do conteúdo por questão (Tabelas 1 à 11), 6) codificação das UR, levando 7) construção da matriz de análise de conteúdo da questão⁴⁸, e 8) elaboração das conclusões principais de cada questão (Sarmiento, 2013).

Como se pode ver no Quadro nº 1 da Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas, definiram-se unidades de segmentação ou de recorte, que podem ser definidas por uma palavra (palavra-chave), uma expressão ou (conceito-chave) a partir dos dados recolhidos das entrevistas de modo a criar uma matriz de codificação

⁴⁵ Ver o Apêndice G.5 - Transcrições das Entrevistas.

⁴⁶ Fragmentos mínimos de conteúdo (...), unidade de segmentação ou recorte, que pode ser definida por uma palavra (palavra-chave, uma expressão (conceito-chave), uma frase ou um parágrafo do texto (Sarmiento, 2013).

⁴⁷ Segmentos de texto (da mensagem) que contem as unidades de registo e, portanto de maiores dimensões do que a unidade de registo (idem, 2013).

⁴⁸ Cfr. Quadro n.º 1 - Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas.

(Sarmiento, 2013). Este método de codificação, visa extrair ou destacar a significação dos símbolos “ideias chaves” presentes nos discursos dos participantes (Fortin, 2009).

Quadro nº 1- Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas

CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA E CROMÁTICA DAS ENTREVISTAS	
Questão 1A (colocada ao grupo I)	
Segmentação 1.1	SADC fortalece a capacidade de defesa mútua
Segmentação 1.2	SADC criou (SADC Standby Force) e realiza exercícios conjuntos.
Segmentação 1.3	SADC fortalece a capacidade de alerta prévio, intervenção em conflitos e missões de apoio à paz.
Segmentação 1.4	Moçambique integra a SADC Standby Force, exercícios conjuntos e missões de apoio a paz
Questões (1B=1C) (colocadas aos grupos II e III)	
Segmentação 1.5.	Instabilidade e insegurança e elevados índices de criminalidade
Segmentação 1.6	Ao nível da região da SADC vive-se numa situação de segurança aceitável
Questões (2A=2B=2C) (colocadas aos grupos I, II e III)	
Segmentação 2.1	Imigração ilegal, pirataria marítima, crime organizado transnacional (tráfico de armas, droga, pessoas e órgãos, branqueamento de capital, terrorismo, etc.).
Segmentação 2.2	Conflitos dentro e entre estados da Região
Segmentação 2.3	Violação e exploração inapropriada dos recursos
Segmentação 2.4	Pobreza e doenças pandémicas.
Questões (3A=3B=3C) (colocadas aos grupos I, II e III)	
Segmentação 3.1	Cobiça das grandes potências, conflito de interesses e fomentar conflitos internos
Segmentação 3.2	Exclusão nos benefícios dos recursos, desigualdades sociais tensões populares e, economia dependente dos recursos
Segmentação 3.3	Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico e melhorias das condições de vida
Questões (4A=4B=4C) (colocadas aos grupos I, II e III)	
Segmentação 4.1	Incremento da imigração ilegal e vulnerabilidade das fronteiras e índices de criminalidade
Segmentação 4.2	Desequilíbrio de benefícios da exploração dos recursos, conflitos dos interesses dos intervenientes e fomento de instabilidade e tensões populares
Segmentação 4.3	Pilhagem dos recursos
Segmentação 4.4	Governos e economia dependentes das receitas desses recursos
Questões (5A=5B) (colocadas aos grupos I e II)	
Segmentação 5.1	Investimento nas FADM e melhoria das condições dos recursos financeiros, materiais e humanos
Segmentação 5.2	Criação de indústria de defesa para o fabrico de material.
Questão 5C (colocada ao grupo III)	
Segmentação 5.3	Desigualdade e exclusão nos benefícios dos rendimentos
Segmentação 5.4	Imigração ilegal e suas consequências
Questão 6A (colocada ao grupo I)	
Segmentação 6.1	Potenciação das capacidades da Marinha de Guerra e a Guarda Costeira
Segmentação 6.2	Cooperação com países vizinhos e outros parceiros internacionais
Questões (6B=6C) (colocadas aos grupos II e III)	
Segmentação 6.3	Falta de recursos para a fiscalização e segurança marítima
Segmentação 6.4	Pirataria marítima, pesca industrial ilegal e o narcotráfico
Questões (7A=7B) (colocadas aos grupos I e II)	
Segmentação 7.1	Modernização (reequipamento das FADM, formação e treino orientados para as novas formas de atuação), melhoria das condições dos recursos humanos
Segmentação 7.2	Estabelecer a paz e estabilidade internas
Questão 7C (colocada ao grupo III)	
Segmentação 7.3	Garantir segurança aos pontos sensíveis e apetecíveis às ações criminosas (locais e infraestruturas de exploração dos recursos, fronteiras e costa marítima, etc.)

Com vista à avaliação qualitativa do conteúdo das entrevistas, efetuou-se uma sinopse das respostas a cada uma das questões (Tabelas 1 à 11), de modo a sintetizar as ideias, evidenciar aspetos isolados e informação mais importante. Posteriormente, analisou-se cada uma das respostas e determinou-se a frequência de cada um dos segmentos das respostas obtidas de forma a proceder-se a uma análise quantitativa. (Sarmiento, 2013) e (Fortin, 2009).

A Tabela n.º 1 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 1A: Que estratégias e linhas de ação são levadas a feito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?

Tabela n.º 1- Síntese dos Resultados da Questão 1A

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Os países da SADC têm troca de informações...”	1.1
	“...Fazem exercícios envolvendo...”	1.2
	“...Moçambique participa com efectivos e equipamentos...”	1.4
E2	“...As nações integrantes da SADC privilegiam a defesa comum dos interesses regionais...”, “...defender a integridade e a inviolabilidade das soberanias dos seus membros...”	1.1
	“...Advogam a resolução dos conflitos na base do diálogo...”	1.3
	“...SADC criou uma Força multinacional de defesa regional (...) a Brigada da SADC...”	1.2
	“...Moçambique integra a Brigada da SADC e contribui nos esforços regionais de manutenção da paz regional...”	1.4
E3	“...O Pacto de Defesa Mútua da SADC’ é um instrumento que serve de compromisso regional em prol da autodefesa colectiva...”	1.1
	“...Operacionalização com sucesso da Força em Estado de Alerta da SADC...”	1.2
	“...Moçambique participa e contribui (...) a nível da região da SADC para a manutenção da paz e estabilidade de segurança...”	1.4
	“Contribui com meios e forças quando um Estado Membro está a enfrentar um conflito interno ou externo...”	1.3
E4	Não respondeu a esta pergunta	
E5	“...Cooperação e ação comum para fazer face aos riscos e ameaças à segurança regional...”	1.1
	“...A SADC tem uma força em escalão Brigada...”	1.2
	“...Moçambique tem um batalhão em permanente preparação cujo comando responde as missões de apoio a paz regional...”, “...As FADM participam também em exercícios regionais conjuntos...”	1.4
E6	“...Avaliação regular da situação da segurança regional (SADC) e, definir e identificar interesses comuns e as ameaças a segurança da região...”	1.1
	“...Desenvolver capacidade regional de intervenção em conflitos...”	1.3
	“...Consolidação e operacionalização da Força em estado de alerta da SADC...”	1.2
	“...Estados membros (Moçambique) disponibilizam recursos materiais, humanos e financeiros para manter e sustentar a SADC, exercícios e operações...”	
	“...Moçambique participa em missões de apoio a paz na região...”	1.4
E7	“...Operacionalização da defesa e segurança mútua...”	1.1
	“...As FADM integram as Forças de Defesa da região da SADC...”	1.2
	“...Têm participado em várias missões regionais e internacionais no âmbito de manutenção de paz...”	1.4

A Tabela n.º 2 apresenta a síntese de conteúdo das respostas às Questões 1B e 1C: Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?

Tabela n.º 2- Síntese dos Resultados das Questões 1B e 1C

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E8	“...O sentimento de segurança não tem sido bem conseguido...”, “...Ações levadas a feito por determinados partidos políticos criam clivagens internas e insegurança...” “...Índices de desenvolvimento humano muito baixos, população com graves carências de infra-estruturas...” “...Ao nível regional região pode-se dizer que o ambiente é seguro...”	1.5 1.6
E9	“...Possibilidade de surgirem dissidências internas devido as diferenças étnicas e por em causa a segurança...”, “...Dificuldades por parte do governo moçambicano em garantir a segurança em todo o país...”	1.5
E10	“... Atualmente a situação em Moçambique é de insegurança, a população vive na incerteza...”, “...Há uma necessidade de se estabelecer a paz e estabilidade internas...”	1.5
E11	“...Em virtude da eterna instabilidade política vivida internamente, com sistemático recurso cíclico à luta armada, o ambiente sentido é de segurança incerta...” “...A região do SADC de um modo geral vive um ambiente de segurança aceitável...”	1.5 1.6
E12	“...Não existe uma estabilidade total (...) as também não há instabilidade declarada...”, “...Existem focos de tensão, quer interna quer em alguns países da SADC...”	1.5 1.6
E13	“...Ao nível interno (...), as dissidências políticas, a entrada maciça no país de estrangeiros que atuam fora do controlo do governo e o incremento dos crimes físicos e psicologicamente violentos nas cidades (raptos e assassinatos), (...) causam um sentimento de insegurança nos cidadãos...” “Ao nível regional, pode se dizer que o ambiente é estável...”	1.5 1.6
E14	“...Vive-se uma situação latente de conflito e uma sensação de insegurança permanente...”, “...Falta generalizada de respeito pelos direitos humanos em várias esferas...” “...Há outros países da região (...) em situações semelhantes de instabilidade interna e insegurança militar...”	1.5 1.6
E15	“...A situação é insegura, não há segurança, há uma instabilidade devido aos desentendimentos das forças políticas...” “...Ao nível da SADC, de forma geral a situação é estável...”	1.5 1.6

A Tabela n.º 3 apresenta a síntese de conteúdo das respostas às Questões 2A, 2B e 2C: Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?

Tabela n.º 3- Síntese dos Resultados das Questões 2A, 2B e 2C

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Crime transnacional, tráfico de drogas, armas e pessoas...”	2.1
E2	“...Ações de pirataria e do crime organizado transnacional...” “...Necessidade de uma maior coesão dos seus estados-membros...”	2.1 2.2
E3	“...Incremento da vulnerabilidade das fronteiras nacionais, o aumento do crime organizado, Imigração ilegal (...), corrupção; terrorismo, (...) “...Interferência estrangeira; extração mineira ilegal...” “...Subdesenvolvimento económico e pobreza (...), pandemia de VIH e SIDA...”	2.1 2.3 2.4
E4	Não respondeu a esta pergunta	
E5	“...Imigração ilegal, o narcotráfico, o crime internacional organizado e a pirataria...”	2.1
E6	“...Os conflitos armados dentro dos Estados membros...” “...Pirataria marítima, terrorismo, migração ilegal, proliferação do tráfico ilícito de armas e tráfico de seres e órgãos humano, (...) problemas que surgem entre países	2.2 2.1

	vizinhos...” “...Pandemias de HIV e SIDA...”	2.4
E7	“...Ações ilícitas como o terrorismo, crime organizado, imigração ilegal...” “...Garantir a estabilidade e paz ao nível interno e de seguida ao nível externo...”	2.1 2.1 2.2
E8	“...Imigração ilegal, agregada aos índices de criminalidade, pesca industrial ilegal, pirataria marítima tráfico de drogas, tráfico de órgãos e seres humanos, tráfico de armas, terrorismo ...” “...Dissidências internas ao nível da política...” “...Pesca industrial ilegal, (...) exploração ilegal de mão-de-obra e dos recursos minerais...”	2.1 2.2 2.3
E9	“...Imigração ilegal...”, “...Indivíduos ou agentes criminosos...” “...A pobreza...”	2.1 2.4
E10	“...Garantir a estabilidade interna...” “...Crescimento socioeconómico, criar infra-estruturas, escolas, emprego...”	2.2 2.4
E11	“...Instabilidade político-social que poderá tornar Moçambique num Estado frágil...”, “...A instabilidade regional do Norte de África...”	2.2
E12	“...O terrorismo internacional; a proliferação de armas de destruição maciça; a criminalidade transnacional e nacional organizada; a cibercriminalidade; a pirataria...” “...Pilhagens de recursos naturais em terra, no subsolo e no mar...” “...Doenças, como o HIV/SIDA, a insegurança social ...”	2.1 2.3 2.4
E13	“...O crime organizado transfronteiriço...” “...A pobreza absoluta, exclusão social, elevado nível das desigualdades sociais e crescimento demográfico descontrolado ...”	2.1 2.4
E14	“...Pirataria, contrabando, tráfico de tráfico de drogas e pessoas, e para países que são de trânsito mas que também são ameaças...” “...Doenças como HIV/SIDA, a ébola, má nutrição, pobreza...”	2.1 2.4
E15	“...Criminalidade, assaltos, assassinatos, contrabandos...” “...Criação da estabilidade interna e liberdade de expressão...” “...Pobreza e analfabetismo...”	2.1 2.2 2.4

A Tabela n.º 4 apresenta a síntese de conteúdo das respostas às Questões 3A e 3B e 3C: Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Tabela n.º 4- Síntese dos Resultados das Questões 3A, 3B e 3C

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...População se sentir à margem (excluída) desta actividade (...), possíveis descontentamentos	3.2
E2	“...Maiores apetites das potências mundiais em entrar na exploração dos recursos naturais...” “...Focos de instabilidade e de tensões populares, caso os benefícios dessa exploração não se reflectam na vida das populações...”	3.1 3.2
E3	“...É aceitável que os recursos naturais podem tanto iniciar como manter um conflito...” “...Desconfiança na distribuição equitativa dos recursos naturais...”, “...Conflito em torno do acesso, distribuição e direitos de posse dos recursos...”	3.1 3.2
E4	“...Potencial de trazer benefícios à economia do país o que em teoria significaria o melhoramento das condições de vida dos moçambicanos...” “...Os recursos podem se tornar numa maldição...”	3.3 3.1
E5	“...Chamarão atenção das grandes potências económicas e militares no plano internacional...” “...As potências de acordo com os seus interesses podem utilizar uma política de dividir os povos...”, “...explorarem ao em benefício dos seus interesses e o Estado detentor	3.1

	dos mesmos continuar numa situação de pobreza...”	
E6	“...Criar cobiça das multinacionais suportadas pelas respectivas potências económicas e militares...” “...Essas potências podem se aproveitar dos pequenos conflitos internos para fomentar a instabilidade...”	3.1
E7	“...Promoção de conflitos internos por agentes externos interessados em explorar os recursos...”	3.1
E8	“...Cobiça e interesses pelas grandes potências económicas mundiais... ingerência das potências estrangeiras no seio em defesa dos seus interesses...” “...Má gestão dos recursos em função de benefícios e interesses pessoais...” “...Uma exploração judiciosa dos recursos permitirá desenvolvimento da sociedade...”	3.1 3.2 3.3
E9	“...A presença dos recursos (...) pode ser fonte de rendimento e potenciar a economia e será no sentido de desenvolver o país...” “...As potências e multinacionais (...) podem fazer a exploração sem fazer a partilha de equitativa dos dividendos com o país detentor dos recursos...”	3.3 3.1
E10	“...Tornar mais apetecível a disputa das fronteiras (Zonas fronteiriças com recursos) ...”	3.1
E11	“...Impossibilidade de Moçambique em ter capacidade de explorá-los de forma autónoma, torná-lo-ão vulnerável perante outros Estados...”	3.2
E12	“...Por um lado irá contribuir para o aumento da riqueza do país...” “...Poderão originar alguma instabilidade interna e, conseqüentemente, na sub-região...”	3.3 3.1
E13	“...Aumento do número de estrangeiros no país para trabalhar na indústria energética e nos sectores relacionados e desenvolver o país...” “...Necessidade de maior controlo do Estado das actividades ao longo da costa e reforço da marinha da guerra moçambicana...”	3.2
E14	“...O crescimento da desigualdade social e económica (...), contraditório com um crescimento económico rápido ...” “...Economia dependente de recursos...”	3.2 3.3
E15	“...Os interesses dos grandes grupos económicos (...) se contrariarem os objetivos do governo...” “...Se bem geridos trarão enormes vantagens e benefícios para o desenvolvimento do país (...) melhoria das condições de vida dos cidadãos...” “...Dependência do país dos grupos económicos internacionais e das receitas dos recursos...”	3.1 3.3

A Tabela n.º 5 apresenta a síntese de conteúdo das respostas às Questões 4A, 4B e 4C: Que riscos e ameaças à Segurança de Moçambique e da Região da África Austral poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo da exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Tabela nº 5- Síntese dos Resultados das Questões 4A, 4B e 4C

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Crescimento da imigração ilegal...”, “...Incremento dos índices de criminalidade...”	4.1
E2	“Conflito de interesses poderá reflectir-se na segurança nacional e regional...”, “...Instabilidade e de tensões populares...” “...Aumento da imigração ilegal...”, “...Crescimento do índice de criminalidade, pirataria...”	4.2 4.1
E3	“...Governos e economia dependentes das receitas desses recursos...” “...Desequilíbrio de benefícios da exploração dos recursos...”, “...surgimento de rebeliões internas e instabilidade política interna ou na região...”	4.4 4.2
E4	Não respondeu a esta pergunta	
E5	“...Problemas de segurança de carácter interno devido a forma como são distribuídos dividendos e a riqueza resultantes da exploração dos recursos...” “...Indivíduos, organizações ou mesmo países que procuram facilidades ilegais infiltrando seus agentes ou apoiando grupos descontente (...) criarem instabilidade e insegurança...”	4.2 4.1

E6	“...Cobiça por parte das grandes multinacionais as quais poderão contribuir para se causar conflitos internos...” “...Aumentar a imigração ilegal agregada aos diversos tipos de criminalidade...”	4.2 4.1
E7	“...Conflitos de interesses conflito de interesses dos intervenientes...” “...Economia e desenvolvimento dependentes apenas do sector de exploração mineira...”	4.2 4.4
E8	“...Imigração ilegal, pirataria marítima, tráfico de seres e órgãos humanos, o bandidismo e o crime organizado, etc...” “Pilhagem dos recursos...”	4.1 4.3
E9	“...Extração desmesurada dos recursos, ou seja fazer uma extração rápida...”	4.3
E10	“...Incrementar tráficos de variada ordem e crime organizado...” “...Exploração selvagem dos recursos, fora do controlo do Estado...”	4.1 4.3
E11	“...Fomentar tensões e instabilidade internas...” “...Impossibilidade de Moçambique em ter capacidade de explorá-los de forma autónoma, torná-lo-ão vulnerável perante outros Estados...”	4.2 4.4
E12	“...Aumento de cidadãos estrangeiros afectos ao negócio destes recursos...” “...Tensões entre os exploradores/controladores dos lucros e os que, não dispondo dessa capacidade, se acham no direito de usufruir desses lucros...” “...Delapidação dos recursos...”	4.1 4.2 4.3
E13	“...Aumento da corrupção e surgimento das elites egoístas...”, “...Instabilidade interna e na região quando a distribuição dos rendimentos dos recursos não é equitativa ou não promove o desenvolvimento...”, “...Economia dependente de recursos...”	4.2 4.4
E14	“...Migrações de populações, ao nível interno e de fora para dentro...”	4.1
E15	“...A cobiça, invejas e conflitos de interesses das grandes potências económicas pelos recursos e podem contribuir para a insegurança no país...” “...Dependência do país dos grupos económicos internacionais e das receitas dos recursos...”	4.2 4.4

A Tabela n.º 6 apresenta a síntese de conteúdo das respostas às Questões 5A e 5B: Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

Tabela nº 6- Síntese dos Resultados das Questões 5A e 5B

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Aquisição de recursos financeiros para se reequiparem, modernizarem e, ultrapassar alguns desafios por insuficiência de orçamentos ...”	5.1
E2	“...Entrada de recursos financeiros indispensáveis ao reequipamento das FADM...”	5.1
E3	“...Usar os recursos naturais energéticos existentes para reforçar o arsenal bélico das Forças Armadas...”	5.1
E4	“...Criação de diversas capacidades operacionais financiados pelo orçamento do Estado...”	5.1
E5	“...Reequipar as FADM, melhorar as condições logísticas a utilizando os benefícios provenientes da exploração dos recursos...”	5.1
E6	“...Aquisição de recursos financeiros necessários para a sua profissionalização e reequipamento...”	5.1
E7	“...Mudar a política de depender dos donativos externos e investir-se nas FADM, melhorar as condições dos salários, condições sanitárias, e adquirir novos equipamentos...”	5.1
E8	“...Aproveitar os benefícios da exploração dos recursos para investir mais nas FADM e reequipá-las...” “...Criar indústrias de transformação da matéria-prima e de defesa para o fabrico de equipamentos...”	5.1 5.2
E9	“...Investir, desenvolver e modernizar as Forças de Segurança bem como as próprias FADM...”	5.1

E10	“...Aplicar os dividendos resultantes da exploração dos recursos, para reequipar e melhorar condições logísticas e financeiras das FADM...”	5.1
E11	“...Se bem gerido os benefícios dos recursos poderão contribuir para a criação dessas capacidades das FADM...”	5.1
E12	“...Afirmção das FADM como garante da segurança nacional e salvaguarda dos seus recursos, através do desenvolvimento da Marinha de Guerra de Moçambique...”	5.1

A Tabela n.º 7 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 5C: Até que ponto os recursos naturais e energéticos “hidrocarbonetos” poderão constituir-se em foco de conflitos e, por em causa a segurança nacional e da região da África Austral?

Tabela n.º 7- Síntese dos Resultados da Questão 5C

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E13	“...Disputa entre países pelo mesmo recurso, principalmente nas zonas fronteiriças...”	5.4
	“...Aumento do fosso entre mais ricos e mais pobres e não promover desenvolvimento...”	5.3
E14	“...Desigualdade que a acumulação capitalista pode trazer internamente...”	5.3
	“...Efeitos do aumento da imigração ilegal e suas consequências dentro da região onde as fronteiras são frágeis...”	5.4
E15	“...Problemas sociais, má gestão, corrupção, centralização e má distribuição dos rendimentos...” “...descontentamento das populações e sentirem-se excluídas e criação de elites económicos...”	5.3

A Tabela n.º 8 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 6A: Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?

Tabela n.º 8- Síntese dos Resultados da Questão 6A

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...Esforço em reequipar a Marinha de Guerra e as outras forças com responsabilidades na segurança marítima...”	6.1
	“...Apoio dos países vizinhos e dos parceiros com que colabora nesta área...”	6.2
E2	“...Potenciação das capacidades operacionais da Marinha de Guerra de Moçambique...”	6.1
E3	“...Defesa partilhada e coordenada entre o Ministério das Pescas, da Defesa, dos Transportes e Comunicação e do Interior...”	6.1
	“O patrulhamento da costa marítima, Moçambique criou uma parceria militar da defesa da costa com a República de África de Sul e com a República Unida da Tanzânia que juntos garantem a segurança...”	6.2
E4	Não respondeu a esta pergunta	
E5	“...As FADM garantem a segurança marítima através da marinha de guerra...”	6.1
	“...Cooperação com alguns países com mais experiência e meios de segurança marítima como o caso da Índia, Portugal, França, etc....”	6.2
E6	“...A segurança e fiscalização da faixa costeira são garantidas pela Marinha de Guerra de Moçambique e guarda costeira de Moçambique...”	6.1
	“...Cooperação alguns países com capacidade para o efeito, entre eles Portugal...”	6.2
E7	“...Há um esforço para garantir segurança da costa e das águas interiores através das FADM e mais especificamente pela Marinha de Guerra...”	6.1
	“...Apoio de alguns países como Portugal, África do Sul, França, e países que tem acesso ao mar através da costa moçambicana, como o Zimbabwe, Malawi e Zâmbia...”	6.2

A Tabela n.º 9 apresenta a síntese de conteúdo das respostas às Questões 6B e 6C: Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?

Tabela n.º 9- Síntese dos Resultados das Questões 6B e 6C

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E8	A Marinha de Moçambique é um dos ramos das FADM que está muito depauperado ou quase inexistente... “...A pirataria no alto mar e pesca ilegal...”	6.3 6.4
E9	“...A marinha de guerra moçambicana é quase inexistente...” “...Exploração ilegal dos recursos hídricos...”, “... Atos criminosos como o tráfico de drogas e pirataria marítima...”	6.3 6.4
E10	“...Ter meios aéreos e navais suficientes de controlo e intervenção...” “...Meios aeronavais para vigilância e intervenção na costa marítima, tropa bem treinada e bem paga para não participar em ações criminosas...”	6.3
E11	“...As FADM deverão criar capacidades de fiscalização e materializar a soberania nacional em toda a sua ZEE, para o efeito a sua Marinha e a Força Aérea deverão ser totalmente reequipadas e requalificadas...”	6.3
E12	“...Salvaguarda dos recursos piscatórios...”, “...Tráfico de armas e estupefacientes...”	6.4
E13	Patrulhar a costa contra a pirataria marítima e o crime organizado, o transporte de drogas, armas, pessoas, etc.	6.4
E14	“...Não temos uma marinha organizada e sistemas de segurança e controle fiáveis para controlar os diversos crimes...” “...Uso abusivo dos recursos naturais...”	6.3
E15	“...Criar-se capacidades (recursos humanos e equipamentos adequados) da Marinha de Guerra para a defesa da costa marítima...” “...Combater os crimes que ocorrem no mar como a pirataria, narcotráfico, tráfico de drogas, imigração ilegal., etc....”	6.3 6.4

A Tabela n.º 10 apresenta a síntese de conteúdo das respostas às Questões 7A e 7B: Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a adequarem-se e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciar, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

Tabela n.º 10 – Síntese dos Resultados das Questões 7A e 7B

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	Não respondeu a esta pergunta	
E2	“...Modernização, formação e reequipamento de todas as especialidades das Forças Armadas (...), dotá-las de capacidades operacionais para fazer face aos desafios do presente e do futuro...”	7.1
E3	Não respondeu a esta pergunta	
E4	Não respondeu a esta pergunta	
E5	“...Formação e treino adequados e contínua em todos níveis (oficiais, sargentos e praças) ...”, “Orientados às novas formas de atuação perante este tipo de agentes (terroristas, traficantes, etc.)...” “...Reequipar as FADM e melhorar a situação logística...”	7.1
E6	“...As FADM devem primar pela formação e capacitação dos seus recursos humanos...”	

	“...Profissionalização...”	7.1
E7	“...Estabilização da paz...” “...Segundo, devem se criar condições nas FADM para incentivar jovens e quadros a ficarem nas fileiras...”, “...Formação e domínio técnico necessários...”	7.2 7.1
E8	“...Criação dum quadro legal que permite a atuação das FADM...”, “...Garantir segurança as infra-estruturas e as pessoas que nelas trabalham...”, “...As FADM (...) devem ser treinadas, mentalizadas e orientadas nesse sentido de proteger os recursos...”	7.3 7.1
E9	“...Sincronização dos meios e esforços das forças de segurança e militares para permitir a rentabilização dos meios...”, “...As FADM controlarem as regiões mais apetecíveis a atos criminosos...”	7.3
E10	“...Emprego dos meios militares em benefício da população e da segurança...”, “...Formação dos quadros, dos oficiais, fornecer-lhes boas condições salariais...” “...Garantir a estabilidade e segurança internas...” “...As FADM devem garantir a segurança interna e distribuição da riqueza, garantir que não haja pilhagem dos recursos...”	7.1 7.2 7.3
E11	“...As FADM devem passar por todo um processo de modernização dos seus quadros, requalificando-os, (...) reequipar-se, com elevado nível operacional, (...) de forma a conter as ameaças e exercer a soberania nacional que lhes é pedida...”	7.1
E12	“...Potenciar a sua Marinha de Guerra e a Força Aérea para vigilância do seu espaço marítimo...”, “...Organizar as suas Forças Armadas de forma a possuir adequada presença terrestre dissuasora e forças projectáveis...”, “...Desenvolver as capacidades de Busca e Salvamento aéreo e marítimo...”	7.1 7.3

A Tabela n.º 11 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 7C: De que modo as FADM poderão contribuir para garantir uma adequada exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” num clima de Segurança Nacional e regional?

Tabela n.º 11 - Síntese dos Resultados das Questões 7C

E n.º	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E13	“...Garantir o patrulhamento das fronteiras marítimas e terrestres, bem como dos projetos e zonas circundantes...” “...Fazer análise da situação, dos riscos e ameaças à segurança, partilhar essa informação com outras forças de defesa e segurança dentro e fora do país...”	7.3
E14	Não respondeu a esta pergunta	
E15	“...Presença em zonas apetecíveis de ocorrer crimes como de furto ou pilhagem dos recursos, fiscalização e controlo das fronteiras...”, “Defender os pontos estratégicos, infra-estruturas e centros de aglomeração populacional...”	7.3

5.3 - Análise Quantitativa das Entrevistas - Frequência

Como já foi referido, foram identificados vários segmentos em cada resposta das questões das entrevistas, calculou-se a frequência com que cada seguimento se verificou nos contributos dos interlocutores e, fez-se a análise quantitativa dos dados de modo a chegar-se às conclusões de cada questão. Em resultado deste processo, obteve-se os resultados que se encontram inscritos no Quadro n.º 2 da Análise Quantitativa dos dados.

Quadro nº 2 - Análise Quantitativa das Respostas das Entrevistas

Segmentos	Entrevistas															Frequências	Resultados (%)		
	Grupo I (A)							Grupo II (B)					Grupo III (C)						
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15				
Questão 1A																			
1.1	x	x	x		x	x	x									6/7	85%		
1.2	x	x	x		x	x	x									6/7	85%		
1.3		x	x		x	x										4/7	57%		
1.4	x	x	x		x	x	x									6/7	85%		
Questões (1B=1C)																			
1.5								x	x	x	x	x	x	x	x	8/8	100%		
1.6								x			x	x	x	x	x	6/8	75%		
Questões (2A=2B=2C)																			
2.1		x	x	x		x	x	x	x	x			x	x	x	x	12/15	80%	
2.2			x	x			x	x	x		x	x				x	8/15	53%	
2.3				x			x			x			x			x	5/15	33%	
2.4										x	x			x	x		x	5/15	33%
Questões (3A=3B=3C)																			
3.1			x	x	x	x	x	x	x	x	x			x			x	11/15	73%
3.2		x		x	x					x				x		x		7/15	46%
3.3					x					x	x				x		x	6/15	40%
Questões (4A=4B=4C)																			
4.1		x		x			x	x		x			x			x		8/15	53%
4.2			x		x		x	x	x				x	x	x		x	9/15	60%
4.3										x	x	x		x				4/15	26%
4.4				x				x					x			x	x	5/15	33%
Questões (5A=5B)																			
5.1		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					12/12	100%
5.2									x									1/12	8%
Questão 5C																			
5.3															x	x	x	3/3	100%
5.4															x	x		2/3	66%
Questão (6A)																			
6.1		x		x	x		x	x	x									6/7	85%
6.2		x			x		x	x	x									5/7	71%
Questões (6B=6C)																			
6.3									x	x	x	x				x	x	6/8	75%
6.4									x	x				x	x		x	5/8	62%
Questões (7A=7B)																			
7.1		x		x			x	x	x	x		x	x	x				9/12	75%
7.2								x				x						2/12	16%
Questão 7C																			
7.3									x	x	x		x	x			x	6/7	85%

5.4 - Análise e Discussão dos Resultados das Entrevistas

Após a apresentação das principais ideias dos resultados das entrevistas e respetiva análise quantitativa, faz-se nesta fase à análise e discussão dos mesmos. Desta forma, responde-se a cada questão das entrevistas com base nos dados fornecidos pelos entrevistados, cuja transcrição integral poderá ser consultada no Apêndice G.

Para a Questão 1A: “Que estratégias e linhas de ação são levadas a efeito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?” Segundo os

dados do Quadro nº 2, constata-se que 85 % dos entrevistados convergiram na mesma conclusão, afirmando que a SADC tem assumido um papel importante através do OPDS na integração dos esforços dos países membros para garantir a defesa e a segurança regionais. De forma sucinta, socorremo-nos das frases do Coronel Pedro Afonso, em que este afirma que “as estratégias e linhas de ação adotadas no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC consistem em fortalecer o Pacto de Defesa Mútua da SADC como (instrumento que serve de compromisso regional em prol da capacidade de defesa mútua), avaliar regularmente a situação de segurança regional, definir e identificar interesses comuns e as ameaças à segurança regional, consolidar e operacionalizar a *SADC Standby Force* (SSF). Desta forma, segundo o Brigadeiro-General Celestino Anjas, Moçambique como todos países membros da SADC, “contribui com efetivos e equipamentos através FADM com vista a operacionalização da SSF, participa nos exercícios regionais conjuntos e, nas missões de apoio a paz regionais, continentais e internacionais.” Estes dados confirmam a importância da SADC revelada no subcapítulo 2.4, da revisão de literatura, como organização que procura fortalecer a capacidade regional de defesa e segurança e, contribuir para a segurança continental e global.

Quanto às Questões 1B e 1C: **“Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?”** Os entrevistados foram unânimes em considerar a atual situação de Moçambique de insegura, instável e de incerta. Mencionando as declarações da Embaixadora de Moçambique em Portugal, Fernanda Lichale, a situação de insegurança vivida em Moçambique deve-se aos “elevados índices de criminalidade (raptos e assassinatos), que causam um sentimento de medo aos cidadãos”. Outra razão segundo o Tenente-coronel Victor Cipriano, “prende-se com a instabilidade político-militar vivida internamente, com o sistemático recurso à luta armada”. Ao nível da região da SADC, 75% dos entrevistados consideram que de modo geral se vive numa situação de segurança aceitável. No entanto, a Dra. Teresa Cruz e Silva refere que “existem outros países da região em situações semelhantes à de Moçambique, isto é, nos quais também se verifica a instabilidade interna e insegurança militar”. Perante estas situações referidas pelos entrevistados, urge a necessidade de se estabelecer a estabilidade política e segurança, de modo que não se ponha em causa o desenvolvimento do país e da região.

Para as Questões 2A, 2B e 2C: **“Quais são os principais desafios e ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC?”** As várias personalidades entrevistadas afirmam por unanimidade que tanto os desafios como as ameaças à segurança de Moçambique são de modo geral transversais à região. Segundo palavras do Coronel

Pedro Afonso, “entre vários desafios destacam-se a erradicação da pobreza absoluta, analfabetismo, exclusão social, elevado nível das desigualdades sociais, doenças pandémicas (malária, cólera, HIV e SIDA, entre outros), imigração ilegal, etc.” Quanto às ameaças, os interlocutores destacaram o crime organizado transnacional (tráfico de armas, droga, pessoas e órgãos humanos, branqueamento de capitais), pirataria marítima, terrorismo, conflitos dentro dos Estados (instabilidade político-militar) e entre Estados (disputa das zonas fronteiriças). No entanto, para Moçambique em particular como refere Coronel Muiambo, “o grande desafio prende-se com o estabelecimento da paz e estabilidade internas face a situação político-militar vivida nos últimos anos e, as principais ameaças têm sido os assaltos, raptos e assassinatos que se têm verificado sistematicamente no país”. Segundo o Major Roberto Mariano, “a imigração ilegal poderá vir a ser ameaça na medida em que devido a fragilidade e permeabilidade das fronteiras poderá propiciar a entrada clandestina de agentes criminosos para operarem no país e na região”. Esses são de modo geral os desafios e ameaças dos quais diversas fontes consultadas na revisão de literatura, faziam referência.

Nas Questões 3A, 3B e 3C: **“Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?”** 73 % dos entrevistados consideram que a exploração dos recursos tanto poderá ser fonte de riqueza e rendimentos para o desenvolvimento do país e melhoria das condições dos cidadãos, como também poderá constituir-se um foco de conflitos ou seja, poderá implicar mais insegurança. Como refere o Major Ricardo Cristo “só uma exploração judiciosa dos recursos e boa gestão dos rendimentos permitirão o desenvolvimento do país e a melhora das condições dos cidadãos.” De acordo com o Coronel Virgílio Mairosse “os conflitos poderão surgir devido a cobiça e interesses pelas grandes potências económicas mundiais as quais de acordo com os seus interesses podem se aproveitar dos pequenos conflitos internos para fomentar a instabilidade.” Outra razão de conflito, segundo as declarações do Brigadeiro-General Pedro Banguine, são as “tensões e revoltas da população caso os benefícios dessa exploração não se reflectam na vida das populações, sintam-se a excluídas fomentar desigualdades sociais”.

Tendo em vista o nexo existente entre o desenvolvimento e a segurança, já referido na parte teórica deste trabalho e as situações possíveis de ocorrer referidas pelos entrevistados, é necessário que se adotem medidas a nível nacional e regional, de forma a minimizar implicações negativas que possam advir do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique para a Segurança Nacional e regional.

Para as Questões 4A, 4B e 4C: **“Que riscos e ameaças a Segurança de Moçambique e da Região da África Austral poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo da exploração de recursos energéticos em Moçambique?”** Constatase que cerca de 60 % partilha a ideia de que a exploração dos recursos, para além de contribuir para o desenvolvimento do país, poderá ter certos riscos que ponham em causa a Segurança Nacional e regional. Segundo afirmações do Exmo. Brigadeiro-general Pedro Banguine e do Coronel Gonsalves Muiambo, o processo de exploração dos recursos energéticos, “poderá causar conflitos de interesses dos intervenientes, desigualdades sociais, desequilíbrios e exclusão na distribuição dos respetivos rendimentos, motivando o surgimento de rebeliões e dissidências das populações e, causar instabilidade interna e regional.” Acrescentando, o Coronel Rodrigues Lapucheque e o Major Roberto Mariano referem que “poderá também aumentar imigração ilegal devido a permeabilidade das fronteiras e desta forma, propiciar a entrada de indivíduos ou grupos envolvidos em redes criminosas de variada ordem e causarem instabilidade interna e regional.” No que concerne à segurança económica, o Coronel Gonçalves Muiambo, refere ainda que é necessário evitar que “a economia e desenvolvimento de Moçambique passem a depender apenas do setor de exploração mineira em prejuízo das outras áreas de investimento”.

Através das diversas fontes consultadas para a revisão de literatura, a exploração dos recursos naturais de um país poderá dar lugar ou propiciar a consecução doutras atividades que quando não bem controladas, poderão por em causa a segurança, como é o caso da imigração que pode causar o aumento do índice de criminalidade.

Em relação às Questões 5A e 5B: **“Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?”** Os entrevistados defendem que a exploração dos recursos em Moçambique poderá potenciar o desenvolvimento, diminuir a dependência externa do país e por sua vez o governo poderá utilizar parte desses benefícios para investir na melhoria das condições das FADM, ao nível logístico e salarial, bem como na aquisição de novos equipamentos e na melhoria das condições de formação e treino, entre outros. Segundo o Coronel Gonçalves Muiambo, poderá ser “uma oportunidade para o governo moçambicano mudar a política de dependência dos donativos externos e, investir-se nas FADM”. Outra oportunidade a ser ponderada é segundo o Major Ricardo Cristo “a criação da indústria de defesa para o fabrico de equipamentos para as FADM com a transformação da matéria-prima existente no país.”

Para a Questão 5C: **“Até que ponto os recursos naturais e energéticos “hidrocarbonetos” poderão constituir-se em foco de conflitos e, por em causa a segurança nacional e da região da África Austral?”** Existe uma unanimidade dos entrevistados no que respeita às razões que poderão tornar os recursos naturais em focos de conflitos. Segundo as afirmações da Embaixadora de Moçambique em Portugal, Fernanda Lichale, “uma das razões poderá ser a disputa entre países pelos mesmos recursos, principalmente nas zonas fronteiriças.” Acrescentando o Dr. Alberto que os “problemas sociais devido a corrupção, centralização, má gestão e distribuição dos rendimentos que poderão causar descontentamentos e revoltas da população.” Por último, a Dra. Teresa Cruz e Silva aponta como uma das possíveis razões “o crescimento da imigração ilegal pelas consequências que poderá trazer para a segurança do país e dos cidadãos.”

Na Questão 6A: **“Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?”** À esta questão, 85% dos entrevistados concordou com as afirmações do Coronel Gonçalves Muiambo, segundo o qual, “a segurança da costa marítima moçambicana tem sido garantida através dum esforço partilhado e coordenado entre o Ministério da Defesa de Moçambique (pelas FADM através da Marinha de Guerra que garante a fiscalização e segurança da costa e das águas interiores), Ministério das Pescas, dos Transportes e Comunicação e do Interior.” No entanto, o Coronel Pedro Afonso refere que “existe uma parceria militar de defesa da costa entre Moçambique, a África de Sul e a Tanzânia para juntos garantirem a segurança marítima.” Para além da parceria acima referida, segundo Coronel Gonçalves Muiambo, “Moçambique tem contado com apoio dos países que tem acesso ao mar através da costa moçambicana (Zimbabwe, Zâmbia e Malawi) e de outros países com que coopera em matéria de segurança marítima, dos quais se destaca Portugal.”

Quanto às Questões 6B e 6C: **“Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?”** A falta de recursos materiais e humanos para garantir a fiscalização, controlo e intervenção na extensa costa marítima moçambicana e da região é o principal desafio apontado por 75 % dos entrevistados. Segundo o Coronel Batalha da Silva e o Major Ricardo Cristo “os grandes desafios prendem-se com a falta de meios materiais e humanos da Marinha de Guerra de Moçambique para garantir a fiscalização, controlo e intervenção numa extensa costa apetecível para o desembarque e manuseamento de agentes clandestinos.” Portanto, é

necessário desenvolver-se essas capacidades de resposta permanente às ameaças, nas FADM para salvaguardar os recursos piscatórios e garantir maior segurança às plataformas de exploração de hidrocarbonetos de modo que a exploração destes recursos naturais, não se tornem em eventuais alvos de atentados, para além de combater ameaças como a pirataria marítima, narcotráfico, tráfico de armas e estupefacientes e a pesca industrial ilegal, que constituem ameaças à soberania ao espaço marítimo de Moçambique.

Para as Questões 7A e 7B: **“Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?”** As estratégias e linhas de ação a serem adotadas pelas FADM segundo 75 % dos entrevistados, passarão por desenvolver as capacidades operacionais (formação, treino e equipamento adequados em todas as especialidades das FADM) para enfrentar os desafios e as ameaças do presente e do futuro. Segundo as declarações do Tenente-coronel Proença Garcia e do Major Ricardo Cristo, no concernente à formação e treino, “as FADM devem ser treinadas, mentalizadas e orientadas para as novas formas de atuar face as novas ameaças que possam surgir, no sentido de proteger os recursos, e do emprego dos meios militares em benefício da população e da segurança.” Para isso Coronel Virgílio Mairosse e o Coronel Gonçalves Muiambo frisam “a necessidade de equipar as FADM em meios adequados para essas missões e melhorar as condições salariais dos seus militares para minimizar a sua vulnerabilidade às situações criminosas como a corrupção.”

Em relação à última Questão 7C: **“De que modo as FADM poderão contribuir para garantir uma adequada exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” num clima de segurança nacional e regional?”** Os contributos de 85% dos interlocutores estão de acordo com as frases da Embaixadora de Moçambique em Portugal Fernanda Lichale, segundo a qual, as FADM podem contribuir para “garantir a sua presença dissuasora em locais apetecíveis de ocorrer ações criminosas, garantir segurança aos pontos estratégicos (infra-estruturas dos projetos de exploração dos recursos e nas zonas circundantes) e, reforçar as capacidades de segurança às fronteiras terrestre e da costa marítimas.” Acrescentando o Coronel Batalha da Silva, refere que “as FADM devem desenvolver as capacidades de busca e salvamento aéreo e marítimo para garantir apoio às populações.”

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1 – Introdução

Depois de concluídas as partes teórica e prática (recolha e análise de dados), chegados a esta fase, far-se-á com base nos resultados dos dados recolhidos, a verificação ou refutação das Hipóteses de modo a se apurarem as respostas às Questões Derivadas e à Questão Central que nortearam este TIA.

Este capítulo compreende ainda a averiguação do cumprimento dos objetivos definidos, algumas recomendações, assim como as limitações da investigação e por fim algumas linhas orientadoras para futuras investigações que incidam nesta temática, e que não foram contemplados neste estudo.

6.2 - Verificação das Hipóteses e Respostas às Questões Derivadas

Para compreender a situação atual de segurança de Moçambique e da SADC, no que respeita aos desafios e ameaças à Segurança Nacional e regional, colocou-se a seguinte **QD1: “Quais são os principais desafios e ameaças à segurança da região da SADC e de Moçambique?”** Em resposta a esta questão levantou-se a **H1**: *“De modo geral os desafios que se constituem em ameaças para a defesa e segurança de Moçambique são transversais à região da SADC e, entre eles destacam-se o crime organizado e transnacional, corrupção, tráfico de drogas, branqueamento de capitais, tráfico de pessoas, proliferação e tráfico ilícito de armas ligeiras, imigração ilegal, pirataria marítima, pobreza, propagação de doenças pandémicas (HIV e SIDA, cólera, malária, entre outros), conflitos armados dentro dos Estados, terrorismo e, dissidências e clivagens internas.”*

A hipótese confirma-se totalmente, tendo em conta a informação recolhida através da revisão de literatura e os resultados das entrevistas. Os desafios e ameaças à segurança de Moçambique são transversais à região da África Austral. Entre vários desafios destacam-se a erradicação da pobreza absoluta, do analfabetismo, da exclusão social, do elevado nível das desigualdades sociais, das doenças pandémicas, da imigração ilegal, entre outros. No que concerne às ameaças destacam-se o crime organizado transnacional

(tráfico de armas, droga, pessoas, branqueamento de capitais), a pirataria marítima, terrorismo, conflitos dentro dos Estados (instabilidade político-militar) e entre Estados (disputa das zonas fronteiriças), (Pedro Afonso, 2015). No caso de Moçambique em particular, são de destacar os elevados índices de criminalidade (raptos e assassinatos), que causam um sentimento de medo nos cidadãos (Fernanda Lichale, 2015) e a instabilidade político-militar vivida internamente, com sistemático recurso à luta armada (Victor Cipriano, 2015). Por outro lado a imigração ilegal poderá constituir-se como uma ameaça na medida em que devido à permeabilidade das fronteiras poderá propiciar a entrada clandestina de agentes criminosos e que irão operar no país e na região (Roberto Mariano, 2015).

Relativamente à **QD2**, colocada com o objetivo de analisar o que tem sido feito pelos países membros da SADC no âmbito da Política de Defesa e Segurança, perguntou-se **“Que estratégias e linhas de ação são levadas a feito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?”** Esta questão deu origem à **H2**: *“Entre várias estratégias definidas no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC destacam-se as seguintes: desenvolver e fortalecer a capacidade regional de arquitectura de paz e segurança, operacionalizar o Pacto de Defesa Mútua da SADC, avaliação regular e contínua da situação de segurança e dos riscos e ameaças comuns à região. Com vista a concretização destes objetivos, são desenvolvidas as seguintes ações: criação e operacionalização da SADC Standby Force e realização dos exercícios conjuntos. Desta forma Moçambique através das FADM contribui com recursos, humanos, materiais e financeiros para operacionalização da SADC Standby Force, integra nos exercícios conjuntos e nas missões de apoio à paz ao nível regional, continental pela União Africana e internacional sob égide da ONU.”*

A hipótese se confirma parcialmente, de acordo com a análise às entrevistas, a SADC tem assumido um papel importante através do OPDS na integração dos esforços dos países membros para garantir a defesa e a segurança regionais. Esses esforços têm sido orientados para a operacionalização das diversas estratégias e linhas de ação delineadas, destacando-se actividades como; fortalecer do Pacto de Defesa Mútua da SADC (compromisso regional em prol da autodefesa colectiva), a avaliar regularmente a situação da segurança da SADC, definir e identificar os interesses e ameaças comuns à segurança da região (Pedro Afonso), consolidar e operacionalizar a *SADC Standby Force*, realização dos exercícios conjuntos (Virgílio Mairosse, 2015). Desta forma, Moçambique como todos

membros da SADC, contribui através das FADM com efetivos e equipamentos para a operacionalização da *SADC Standby Force*, participando nos exercícios regionais conjuntos e, nas missões regionais, continentais e internacionais de apoio à paz (Celestino Anjas, 2015). Apesar de no subcapítulo 2.4.3 da cooperação regional para a defesa e segurança, se fazer referência ao desenvolvimento e fortalecimento da capacidade regional de arquitetura de paz e segurança como uma das estratégias adotadas, nenhum dos entrevistados se referiu à este ponto, portanto, considera-se que a hipótese se verifica parcialmente.

Quanto à **QD3: “Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos Hidrocarbonetos na segurança de Moçambique e da SADC?”**

Considerou-se a **H3**: *“A exploração dos recursos naturais em Moçambique poderá implicar mais segurança impulsionando o desenvolvimento económico e social e, melhoria de condições de vida e bem-estar dos cidadãos. Por outro lado poderá causar focos de conflitos e instabilidade e tensões se, houver conflito de interesses, má gestão e exclusão nos rendimentos resultantes da exploração dos recursos e, não se refletirem na vida das populações. Ao nível da região, poderá tornar a imigração ilegal massiva e descontrolada, propiciar a circulação de indivíduos associados as redes criminosas e operarem no país e na região”*.

A hipótese confirma-se na totalidade, visto que tanto os dados recolhidos através das entrevistas, como diversos autores apresentados na revisão da literatura, revelam que a exploração dos recursos naturais tanto pode ser fonte de riqueza como também pode constituir-se em foco de conflitos, instabilidade e insegurança para o país. Portanto, só uma exploração judiciosa dos recursos permitirá o desenvolvimento do país e uma melhoria das condições de vida dos cidadãos (Ricardo Cristo, 2015). A exploração dos recursos naturais e energéticos, poderá constituir-se em foco de conflitos devido à cobiça e interesses das grandes potências económicas mundiais que poderão aproveitar-se dos pequenos conflitos internos para fomentar a instabilidade (Virgílio Mairosse, 2015). Por outro lado, poderão verificar-se as revoltas e tensões das populações, se, os benefícios dessa exploração fomentarem desigualdades sociais, isto é o retorno económico não se refletir na vida das populações e, se sentirem excluídas (Pedro Banguine, 2015). Além disso, poderá também aumentar a imigração ilegal, o que poderá propiciar a entrada de indivíduos ou grupos envolvidos em redes criminosas de vária ordem e causarem instabilidade interna e regional (Rodrigues Lapucheque, 2015). Outra situação prende-se com a segurança económica, portanto, salienta Gonçalves Muiambo (2015), é necessário evitar que a economia e o

desenvolvimento de Moçambique passem a depender apenas do setor de exploração mineira em prejuízo das outras áreas de investimento.

Por fim, levantada a **QD4**, “**Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a contribuírem para a Segurança Nacional em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos Hidrocarbonetos em Moçambique?**” Ponderou-se a **H4** de que “*As FADM devem dotar-se de capacidades em termos de formação, treino e equipamentos adequados e orientados para as novas formas de atuação para fazer face às novas ameaças como o terrorismo, pirataria marítima, crime organizado, etc., para que possam responder eficazmente as solicitações inerentes às suas missões. Deve haver uma sincronização dos meios, esforços e ação comum das FADM e das forças de segurança nacionais, bem como uma melhor integração regional e ação conjunta das forças de segurança e militares de modo a colmatar as dificuldades e insuficiência de meios de cada Estado em fazer face às ameaças de forma isolada*”.

A hipótese confirma-se na sua totalidade, atendendo à análise dos dados das entrevistas, que revelam a necessidade de modernização em termos de formação treino e reequipamento adequados das FADM, para que possam responder eficazmente às solicitações inerentes às suas missões. Face à esta realidade, as estratégias e linhas de ação a adotar, consistem na modernização, formação e reequipamento de todas as especialidades das FADM e, dotando-as de capacidades operacionais para fazer face aos desafios do presente e do futuro (Pedro Afonso, 2015). No que concerne à formação e treino, as FADM devem ser treinadas, mentalizadas e orientadas para as novas formas de atuar face às novas ameaças que possam surgir, no sentido de proteger os recursos, e de empregar os meios militares em benefício da população e da segurança (Proença Garcia, 2015). Paralelamente, é necessário equipar as FADM com meios adequados para essas missões e melhorar as condições salariais dos seus militares para minimizar a sua vulnerabilidade a ações criminosas como a corrupção (Gonçalves Muiambo, 2015). As FADM poderão também contribuir para a segurança, garantindo a sua presença dissuasora em pontos sensíveis e estratégicos (infraestruturas dos projetos de exploração dos recursos e zonas circundantes) propícios de ocorrência de ações criminosas, segurança aos, reforçando a segurança das fronteiras terrestre e marítima (Fernanda Lichale, 2015), desenvolvendo também, as capacidades de busca e salvamento aéreo e marítimo para garantir apoio às populações (Batalha da Silva, 2015).

6.3 - Resposta à Questão Central

Com as questões derivadas respondidas e com base em toda a investigação realizada desde o primeiro capítulo, consideramos que estão reunidas as condições para conceber uma resposta à questão central, que norteou o presente TIA: **“Quais as implicações da exploração dos recursos naturais e energéticos de Moçambique para as missões das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), no quadro da *Southern Africa Development Community* (SADC)?”**.

A resposta a esta questão principal de investigação, obriga-nos a lembrar as missões das FADM já referidas no subcapítulo 2.6.2 de acordo com o art.º nº.10 da Lei nº 18/97 - Política de Defesa Nacional, que são entre outras, garantir a integridade territorial, a soberania e a segurança dos meios de desenvolvimento da Nação, assegurar a defesa do território nacional e dos interesses vitais do país contra quaisquer formas de ameaça ou agressão, participar em ações tendentes à manutenção de paz e ao respeito do direito internacional, contribuir para a defesa e segurança da região e do continente, apoiando as ações de prevenção e resolução de conflitos.

Tendo em vista estas missões e onexo que existe entre a segurança e o desenvolvimento, Chegamos a conclusão de que o processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique irá ter algumas implicações nas missões das FADM. Por um lado, a exploração dos recursos em Moçambique poderá potenciar positivamente o desenvolvimento e diminuir a dependência externa do país, e por sua vez, o governo moçambicano poderá utilizar parte desses benefícios para investir nas FADM, reforçando as suas capacidades de resposta e intervenção em situações de riscos e ameaças à segurança Nacional e regional. A criação das capacidades, prende-se com o reequipamento, a formação e o treino adequados às novas formas de atuação, bem como a melhoria das condições sanitárias e salariais dos militares para que estes não estejam vulneráveis às situações criminosas como o caso da corrupção. Desta forma, estarão a ser criadas condições para que as FADM cumpram eficazmente as suas missões no âmbito da Segurança Nacional e regional, contribuindo para o desenvolvimento de Moçambique.

Por outro lado, a exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique poderá causar focos de conflito devido às incompatibilidades de interesses dos intervenientes, disputas entre países pelos mesmos recursos principalmente nas zonas fronteiriças, problemas sociais devido à corrupção, má gestão e distribuição dos rendimentos que podem dar origem aos descontentamentos e revoltas da população por se

sentir excluída dos benefícios da exploração desses recursos. Outra situação possível de ocorrer prende-se com a massificação da imigração ilegal devido ao aumento do fluxo de pessoas em busca de oportunidades de trabalho e permeabilidade das fronteiras (marítimas e terrestres), que poderão propiciar a entrada clandestina de agentes associados às redes criminosas e, operarem no país e na região.

Estas são algumas das situações possíveis de acontecer com o decorrer do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique e que poderão causar instabilidade e pôr em causa a Segurança Nacional e regional, o que significará interferir no cumprimento das missões das FADM. Face às evidências das situações que poderão ocorrer durante o processo de exploração dos recursos naturais em Moçambique urge a necessidade das FADM reforçarem as suas capacidades de resposta e intervenção, preparando-se com equipamentos, formação e treino adequados e orientados para as novas formas de atuação para enfrentar às diversas ameaças possíveis de surgir.

Neste sentido, importa salientar, que deverá haver especial atenção para o reforço das capacidades das componentes aérea e naval de forma a garantir a fiscalização, controlo e intervenção na extensa costa marítima moçambicana. Tendo em conta a ligação que a atividade de exploração dos recursos naturais em Moçambique tem ao mar, seja da localização dos próprios recursos (principalmente o gás natural), como das infraestruturas criadas e envolvidas na exploração e escoamento desses recursos. Deve haver também, uma melhor integração regional para a segurança cooperativa e, uma ação conjunta das forças de segurança e militares, para colmatar as dificuldades e insuficiência dos meios de cada um dos Estados para enfrentar isoladamente, as ameaças com que são confrontados.

6.4 – Cumprimento de Objetivos e Limitações da Investigação

Tendo em consideração o desenvolvimento lógico do presente TIA, a partir do enquadramento teórico e conceitual, recolha e análise dos dados das entrevistas realizadas com o objetivo de recolher informação sobre o tema em apreço, tornou-se possível validar e/ou refutar as hipóteses equacionadas no início desta investigação e, dar resposta às questões derivadas e à questão central. Desta forma, consideramos que os objetivos propostos no início desta investigação, foram integralmente cumpridos, no entanto, desde a fase inicial da conceção do presente TIA, deparámo-nos com algumas limitações que condicionaram a sua elaboração, nomeadamente:

- O acesso à informação acerca do processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique, revelou-se uma tarefa árdua, na medida em que, é uma matéria nova e pouco abordada.
- A impossibilidade do autor em se deslocar para Moçambique de modo a fazer a recolha presencial dos dados, o que teria tornado possível ter acesso à muita informação útil e que teria enriquecido o conteúdo deste trabalho, principalmente, legislação e documentos sobre as FADM. De igual modo, também não foi possível entrevistar algumas individualidades do comando superior das Forças Armadas de Moçambique, cujos contributos teriam enriquecido bastante os resultados desta investigação.

6.5 - Propostas de Investigações Futuras

A presente investigação forneceu uma visão superficial do que concerne a segurança africana e em particular de Moçambique e, no que poderá ser o contributo das FADM para a Segurança Nacional e regional em prol do processo da exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique. Deste modo, alguns assuntos abordados neste trabalho, por várias razões e limitações mencionadas no subcapítulo anterior não foram aprofundados, os quais seria pertinente que fossem apreciados e aprimorados por futuros investigadores, nomeadamente:

- A segurança da costa marítima moçambicana e regional, de modo a analisar a forma como tem sido garantida a segurança marítima em Moçambique e na região da SADC, identificar os desafios e ameaças e, o que poderá ser feito para reforçar as capacidades da segurança marítima face aos novos riscos e ameaças;
- A adaptação da formação e treino das FADM às novas formas de atuação face aos novos tipos de ameaças;
- A questão da Cibersegurança e Ciberdefesa, para estudar as capacidades de que Moçambique dispõe nesta área e o que pode ser feito para reforça-las;
- Por último, seria fundamental estudar as relações bilaterais no âmbito da defesa e segurança, entre Moçambique e os Estados Unidos da América, a China e o Brasil enquanto uns dos principais parceiros económicos e intervenientes no processo de exploração dos recursos naturais e energéticos em Moçambique.

Bibliografia

- Academia Militar (2013). *Norma de Execução Permanente n.º 520/2.ª* (01Jul 13). Lisboa: Autor.
- American Psychological Association. (2014). *Referencing Guide*. (6th Ed.). Polytechnic West: Library.
- Assembleia da República de Moçambique. (1997) *Lei n.º 17/97 - Política de Defesa e Segurança, de 1 de outubro*. Bolentim da República 1.ª Série, n.º 42, Maputo: Imprensa nacional.
- Assembleia da República de Moçambique. (1998) *Lei n.º 13/92 - Acordo Geral de Paz, de 14 de outubro*. Bolentim da República 1.ª Série, n.º 40, Maputo: Imprensa nacional.
- Associação Industrial Portuguesa. (2014). *MOÇAMBIQUE Integração regional na SADC e relacionamento com os países da CPLP*. Lusofonia Económica. Retirada em 20 de janeiro de 2015, em <http://www.aip.pt/.../Lusofonia%20Econ%C3%B3mica/3%20-%20maçambique,%20%C3%81FRIC>
- Banco de Moçambique. (2012a). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento*. Maputo: Conselho Consultivo. Retirado em 20 de dezembro de 2014, em www.mpd.gov.mz/.../estrategia-nacional-de-desenvolvimento/.../file
- Banco de Moçambique. (2012b). *Os Desafios da Política Monetária no Contexto da Exploração de Recursos: O Caso de Moçambique*. Maputo: Conselho Consultivo. Retirado em 2 de fevereiro de 2015, em www.gesventure.pt/amecon/docs/desafios.pdf.
- Barrento, A. (2010). *Da Estratégia*. Parede: Príncípia Editora.
- Bernardino, L. M. B. (2004). *Políticas de Segurança e Defesa em África e para África. O papel das Organizações Regionais Africanas*. Retirado em 3 de dezembro de 2014, em http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=289
- Bernardino, L. M. B. (2008). *Estratégias de Intervenção em África. Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. (1ª ed.). Lisboa: Prefácio.

- Bernardino, L. M. B. (2010). *Contributos de Portugal para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana*. Retirado em 11 de novembro de 2014, em www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=564
- Bernardino, L. M. B. (2013). *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana*. (1ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Bernardino, L. M. B. (2015). *A Estratégia Marítima Integrada de África 2050 Uma nova dimensão para a Segurança Marítima Africana*. Retirado em 12 de fevereiro de 2015, em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8344>
- Carriço, A., & Da Silva, N. H. S. (2010). *M421 - Teoria das relações Internacionais*. Lisboa: Academia Militar
- Castel-Branco, C. N. (2010). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Cadernos IESE, n.º 1. Retirado em 9 de novembro de 2015, em www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf
- Cilliers, J. (2008). *The African Standby Force: An update on progres*. Pretoria. Institute for Security Studies Publication Subscriptions, n.º 160. Retirado: Março, 20, 2015, de <http://www.issafrica.org/>
- Coelho, J. P. B. (2010). *O Oceano Índico e os desafios à segurança marítima da África Austral*. Retirado em 30 de dezembro de 2014, em http://cesab.edu.mz/projectos/seguranca_maritima/
- Coelho, J. P. B. (2011). *SADC Cooperação e segurança pública*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp. 355–370. Retirado em 3 de janeiro de 2015, em www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/.../IESE_Des2011_13.SADC.pdf
- Conselho de Ministros. *Decreto-lei nº 41/2011 - Estrutura Orgânica das FADM, de 2 de setembro* Bolentim da República 1.ª Série, n.º 35, Maputo: Imprensa nacional.
- Da Costa, A. B. (2009). *A pobreza , a guerra e a paz em Moçambique : teorias , relações e percepções*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Retirado em 11 de fevereiro de 2015, em www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP20_2009_Costa.pdf
- Da Fonseca, J. N. (2011). *O conceito de Segurança Nacional perspectivado para 2030*. Bolentim de Ensino e Investigação, n.º 11. Retirado em 11 de março de 2015, em <http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/Conceito de Seguranca Nacional Perspetivado p 2030.pdf>
- David, C. P. (2001). *A Guerra e a Paz. abordagens Contemporâneas da segurança e da estratégia*. Tradução de Armando Pereira da Silva Lisboa: Instituto Piaget

- Dias, C. M. M. (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*. Lisboa: Prefácio
- Dias, C. M. M. (2010). *Sobre a Guerra - Política, Estratégia e Tática*. Lisboa: Prefácio
- Dias, C. M. M. (2012), *Estratégia – Evolução do Conceito*, *Estratégia*, Vol. XXI, pp. 265-294. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica
- Dias, C. M. M & Sequeira J. M. D.(2015). *Estratégia - Fundamentos Teóricos - Tomo I*. Lisboa: Letras Itnerantes
- Eco, H. (2009). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. (15^a ed.). Lisboa: Editorial Presença
- Escorrega, L. C. F. (2009). *A Segurança e os “ Novos ” Riscos e Ameaças : Perspectivas Várias*. *Revistas Militar*, 1–19. Retirado em 2 de fevereiro de 2015, http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=499
- FADM. (2015c). *Forças Armadas de Defesa de Moçambique*. Retirado em 10 de março de 2015, http://www.fadm.mil.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=144&Itemid=130
- Ficher, L. (2010). *Moving Africa Forward, African Peace and Security Architecture (APSA)*. Retirado em 30 de março de 2015, em [http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/RO African Peace and Security Architecture.pdf](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/RO%20African%20Peace%20and%20Security%20Architecture.pdf).
- Fortin, M. P. (2009). *O Processo de Investigação: Da Concepção à Realização*. (ed.). Lisboa: Lusociência.
- Garcia, F. P. (2005). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo*. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, pp. 339–374. Retirado em 6 de novembro de 2014, em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000036001-000037000/000036360.pdf>
- Governo de Moçambique. (2014). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)*. Maputo: Ministério de Planeamento e Desenvolvimento. Retirado em 4 de janeiro de 2015, em www.mpd.gov.mz/.../estrategia-nacional-de-desenvolvimento/.../file.
- IAEM (1993). *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares
- Junqueira, J. P., & Pires, R. M. (2009). *O Exército nos trilhos da Cooperação*. Lisboa: Prefácio

- Lopes, J. (2013). *Corredores Mineiro-Energéticos Impactos marítimos do Afro-Índico no Canal de Moçambique*. (1ª ed.). Maputo: Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª ed.). São Paulo: Atlas
- Mbebe, F. R., (2010). *A Arquitetura de Segurança na África Austral (Sadc): Surgimento e Desenvolvimento de uma Comunidade de Segurança*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre em Relações internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil.
- Mimbire, F., & Nhamire, B. (2014). *Importante projecto logístico para a viabilização de liquefacção de gás natural em Cabo Delgado concessionado sem transparência*. Maputo: Centro de Integridade Pública, Edição n.º 3/2014. Retirado em 4 de março de 2015, em www.cip.org.mz/cipdoc/301_CIP_A_Transparencia_nº03_2014.pdf
- Ministerio da Defesa Nacional. (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*.
- Monteiro, R., (1997). *A África na Política de Cooperação Europeia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Moreira, A., (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. (2ª ed.) Coimbra: Almeida
- Mosca, J., & Selemene, T. (2011). *El Dorado Tete: os Mega Projectos de Mineração*. Maputo: Centro de Integridade Pública. Retirado em 3 de março de 2015 em www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/.../IESE_Des2012_12.MegRur.pdf
- Mourana, B. (2012). *Moçambique: A crescente descoberta dos Recursos Naturais*. Maputo: Boletim Informativo, Edição n.º 6. Retirado em 4 de dezembro de 2014 em www.masc.org.mz/home/images/boletim_informativo_6.pdf
- Murapa, R. (2002). *A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e económica*. Impulso, n.º 3, pp. 155–164. Retirado em 30 de janeiro de 2015, em www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf
- Nye, J. S. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Teoria e a História*. (3ª ed.). Lisboa: Gradiva
- Pereira, A. M. (2014). *As Ameaças Transnacionais e a Segurança Interna Contributos para a Operacionalização do seu Combate em Portugal*. Revista de Ciências Militares, Vol. II, n.º 1, pp. 307–322. Retirado em 20 de janeiro de 2015, em www.iesm.pt/cisdi/revista/Artigos/R3-10.pdf

- PEREIRA, Ana Ramos; et al (2006). *Apontamentos de Geografia. Recursos Naturais em Portugal: Da inventariação à avaliação das potencialidades do território*, Série Investigação: Nº 18, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras
- Pinto, L. V. (2013). *Forças Armadas de Moçambique Moçambique*. Janus.Net E-Journal of International Relations. Retirado em 10 de janeiro de 2015 em http://janusonline.pt/popups2013/2013_2_13.pdf
- Quivy, R., & Campenhout, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (6.^a Ed.).Lisboa: Gradiva
- Rodrigues, A. R. (2013). *O conceito de segurança*. Jornal de Defesa e Relações Internacionais. Retirado em 20 de dezembro de 2014, em http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI_047_090413_conceito_seguranca.pdf
- SADC. (2010). *Plano estratégico indicativo do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política , Defesa e Segurança*. (2^a Revisão) Maputo: SADC
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. (3^a ed.). Lisboa: Universidade Lusíadas
- Seleman, T. (2010). *Questões à volta da Mineração em Moçambique - Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*. Maputo: Centro de Integridade Pública. Retirado em 13 de novembro de 2014 em http://www.cip.org.mz:80/cipdoc/50_Questoes_a_volta_da_mine
- Sequeira, J. M. D. (2010). *M32 - Textos de Apoio de Geografia*. Lisboa: Academia militar
- Sequeira, J. M. D. (2013). *Segurança Interna e Externa Face às Novas Realidades*. Proelium, Série VI, n.º 4, pp. 47–67. Retirado em 30 de novembro de 2014, em <http://www.academiamilitar.pt/proelium-n.o-4.html>
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. (4^a ed.) Lisboa: Pactor
- The Military Mbalance. (2014). *Chapter Ten: Country comparisons - commitments, force levels and economics*. London: Routledge
- Tomé, L. (2010). *Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais*. Maputo: Janus.Net E-Journal of International Relations. Retirado em 12 de dezembro de 2014, em http://janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_vol1_n1/pt_vol1_n1_art3.html.
- UA (2012). *Estratégia Marítima Integrada de África 2050 (ESTRATÉGIA AIM 2050)*. Addis Abeba: União Africana.

- Zeca, E. J. (2013). *MOÇAMBIQUE: Exploração de Recursos Energéticos, Privação Relativa, Conflito e Segurança*. Maputo: CEEI/ISRI. Retirado em 15 de janeiro de 2014, em http://www.isri.ac.mz/docs/ceei/ceei_4_13.pdf
- Zeca, E. J. (2014). *Geopolítica do Mar: Conflitos, Cooperação e Segurança Marítima na Era da Globalização*. Maputo: CEEI/ISRI. Retirado em 12 de janeiro de 2015 em https://www.academia.edu/9677452/Geopolítica_do_Mar_Conflitos_Cooperação_e_Segurança_Marítima_na_Era_da_Globalização

Glossário

CONFLITO – É a expressão de uma incompatibilidade de posições ou interesses entre atores ao nível intra ou supra estatal, não sendo, no entanto sinonimo de confronto armado (IAEM *apud* Bernardino, 2008, p. 247).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO - Resultado da interação entre o desenvolvimento que se pretende, o meio ambiente que temos e como o desejamos preservar e a obtenção e consumo de energia e matérias primas necessárias à adoção dos processos de transformação industriais (Bernardino, 2008, p. 248).

ESTRATÉGIA – é a ciência e arte de gerar, estruturar e utilizar recursos tangíveis e intangíveis a fim de uma organização atingir objetivos por si estabelecidos, que suscitem ou podem suscitar hostilidade de uma outra vontade ou estrutura organizacional (Dias *apud* Dias, C. & Sequeira, J., 2015, p. 88).

GUERRA CIVIL - Guerra interna entre dois ou mais grupos que, depois de um breve período de confusão inicial, acabam por controlar parte do território ou das forças militares. Pode ter origem numa revolta militar (Couto *apud* Unidade Curricular Teoria Geral da Estratégia, 2013).

OPERAÇÕES DE APOIO À PÁZ – todas as atividades empreendidas sobre a égide das Nações Unidas e outras organizações regionais de segurança (nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas) com finalidade de manter, garantir e restaurar a paz e a segurança internacional (Viana *apud* Bernardino, 2008, p. 251).

POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (PRM) - serviço público, apartidário, de natureza militar integrado no ministério que superintende a área da ordem e segurança pública. (n.º 1 do art.º 1.º da LOPRM).

POLÍCIA DE GUARDA FRONTEIRAS (PGF) - Ramo da PRM responsável pela proteção e guarda da fronteira estadual, em coordenação com as demais Forças de Defesa e Segurança, combate a imigração ilegal, o contrabando, o tráfico de pessoas e de

órgãos humanos, o tráfico de drogas e de mercadoria ao longo da fronteira estatal. (art.º 23.º da LOPRM).

SEGURANÇA MARÍTIMA - conjunto de atividades que visam a melhoria do desenvolvimento socioeconómico sustentado, na condição que reflecte a capacidade das entidades públicas e privadas para realização de actividades legitimadas, como exercício de direitos soberanos e jurisdicionais, extração de recursos, comércio, transporte e turismo, livre de ameaças ou prejuízos resultantes de actos ilegais ou agressão. (União Africana, 2012)

SEGURANÇA HUMANA – Consiste na forma como o povo vive e respira numa sociedade que faz livremente as suas escolhas variadas e têm acesso ao mercado e às oportunidades sociais (Cardoso & Ferreira *apud* Bernardino, 2008, p. 250).

Apêndices

Apêndice A – Conceitos Relacionados com a Defesa e Segurança

1 - Ameaça

De acordo com Cabral Couto (1988; p. 329), “ameaça é qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de variada natureza (militar, económica, ambiental, etc.) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais; é o produto de uma possibilidade por uma intenção”.

Sequeira (2002) fazendo referência ao conceito apresentado pelas Nações Unidas, define ameaça como “qualquer acontecimento ou processo que cause mortes em grande escala ou uma redução maciça das expectativas de vida e que enfraqueça o papel do Estado como unidade básica do sistema internacional”.

Na mesma linha de pensamento, Barrento (2010, p. 282), define ameaça como “qualquer acontecimento ou ação em curso ou previsível que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente causa danos morais e/ou materiais”.

Diferentes autores apresentam diversos conceitos de ameaça procurando adequá-los à situação securitária internacional vivida actualmente que, “permanece volátil, incerta e muito complexa” conforme já referido. Neste trabalho referimo-nos a “ameaça” complementando os conceitos a cima referidos e, de forma a incluir tanto as ameaças consideradas tradicionais de cariz militar⁴⁹ e as não tradicionais⁵⁰, mas que põem em causa a segurança das pessoas.

2 - Risco

Da Fonseca (2011, p. 88) refere que risco é a probabilidade de ocorrência de um perigo, ameaça ou desastre natural indesejável. Este conceito chama atenção a necessidade de minimizar a probabilidade de sermos alvos de uma ação contrária aos nossos interesses.

Segundo Rodrigues (2013, p. 2), a ameaça é algo constatável à partida e um risco situa-se essencialmente no futuro, ou seja, como algo que pode acontecer cujo sucesso caracteriza-se conforme os danos que causar.

⁴⁹ Segundo, considera ameaças de natureza militar as que têm adversário bem definido ou agressão militar por um outro Estado (Escorrega, 2009, p. 8).

⁵⁰ As ameaças não-militares podem se associar a quatro sectores da segurança: segurança política (terrorismo), económica (crime transnacional e o tráfico de droga) societal (fluxo de refugiados) e ambiental (recursos naturais) (Ibidem, p. 8).

Sendo assim, neste trabalho, consideramos risco como um dano que podemos sofrer, uma situação ou cenário que podemos evitar que se materialize ou cujos impactos devemos tentar minimizar por preparação antecipada e prévia.

3 – Vulnerabilidade

Segundo Rodrigues, (2013, p. 2), “riscos e ameaças estão sempre associados a vulnerabilidades e, vulnerabilidades são os pontos fracos que um adversário pode explorar para concretizar uma ameaça ou para dificultar a nossa aptidão de enfrentar os riscos”.

Tendo em vista estes conceitos e a forma como entre eles se relacionam e condicionam a segurança, convergimos no pensamento de (David, 2001) citado por Bernardino (2012, p. 45), de que “ O Estado, ao definir estratégias de segurança, deve ter capacidade de avaliar os riscos principais a que está sujeito, identificar as potenciais ameaças e estabelecer as estruturas que entende como as mais adequadas para preservar a sua identidade, soberania e atributos que são institucionalmente atribuídos”. Sendo assim, avaliação de risco e ameaças deve ser permanente e contínua, com intuito de minimizar ou eliminar precocemente a probabilidade de se tomar partido das nossas vulnerabilidades e limitar-nos a liberdade de acção e sucesso na consecução dos nossos objetivos.

Apêndice B – Caracterização Histórica da SADC

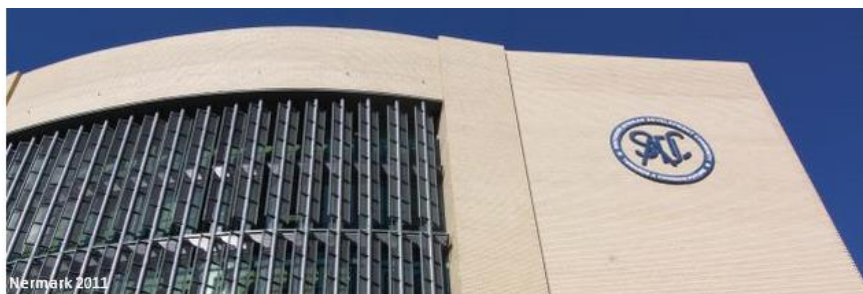


Figura n.º 5 – Edifício do Secretariado da SADC – Gaborone, Botswana

Fonte: <http://www.sadc.int/about-sadc/sadc-institutions/secretariat/>

1 - Introdução

Segundo Murapa, (2002. p. 196) a história moderna tem sido caracterizada pela formação de blocos, comunidades ou grupos de países como estratégia de autodefesa e desenvolvimento socioeconómico. No caso concreto da África Austral, essa tendência é identificada pela criação da SADC, da qual Moçambique é membro e que tem sido determinante na integração regional⁵¹ e, vanguarda para o desenvolvimento e a sustentabilidade económicos, segurança e estabilidade política.

A SADC é uma organização sub-regional de integração económica dos países da África Austral, fundada em Agosto de 1992, em sucessão da então “Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Coordination Conference - SADCC*)”, oficialmente fundada em 1 de abril de 1980 pelos países nove países que constituíam a “Estados da Linha da Frente (ELF)⁵²”, designadamente, Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Por causa das dificuldades que os países enfrentavam após as suas independências, surgiu a necessidade de trabalharem em conjunto cooperando em áreas de interesse comum, como instrumento de sobrevivência política, desenvolvimento económico e avanço social.

⁵¹ (Murapa, 2002) refere que, integração regional é um movimento para estabelecer ligações entre e em meio a um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, motivado pelos interesses comuns e compartilhados para cooperação nas áreas de comércio e outros setores económicos, com vistas a alcançar uma zona de livre comércio e, subseqüentemente, estabelecer uma união alfandegária.

⁵² Estados da Linha de Frente eram os países da África Austral até então independentes, que procuravam criar uma forma ou mecanismo regional de luta contra a resistência colonial nos países onde ainda havia, políticas de segregação racial desestabilização na região pela África do Sul (ataques militares diretos contra alvos militares e económicos dos ELF).

A SADCC foi desenvolvida com um programa de ação, cobrindo diversos sectores como o Económico e o Social, com responsabilidades dos setores distribuídas pelos países membros, designadamente, a energia (Angola), pesquisa agrícola, produção de animais e controle de doenças de animais (Botsuana); meio ambiente, administração da terra e água (Lesoto); pesca, área florestal e vida selvagem (Malawi), cultura, informação, desporto, comissão de transportes e comunicação (Moçambique); Desenvolvimento de Recursos Humanos (Suazilândia); indústria e comércio (Tanzânia); emprego, trabalho e mineração (Zâmbia); produção agrícola, alimentação (Zimbábue).

A criação da SADCC estava orientada para cooperação em matérias de independência política, segurança e solidariedade regionais e, luta contra o apartheid na África do Sul, procurando materializar os seguintes objetivos:

- Reduzir a dependência do mundo exterior e, em particular, da África do Sul;
- Promover a autoconfiança coletiva dos Estados membros;
- Promover e coordenar a cooperação económico por meio de um projeto e de uma abordagem orientada por sector;
- Promover uma ação conjunta para garantir a compreensão internacional e seu apoio prático para a estratégia da SADCC.

O principal objetivo da SADCC era reduzir a dependência da região da África austral do mundo exterior que na verdade, a dependência aumentou, isto porque os países membros não tinham recursos humanos, materiais e financeiros para dar corpo as operações que tinham de ser desenvolvidas no âmbito da cooperação e essas, dependiam grandemente do auxílio de doadores externos.

A 17 de agosto de 1992, os Chefes de Estado e Governos da SADCC, durante a cimeira realizada em Windhoek, capital da Namíbia, assinaram o tratado que viria a transformar a “SADCC” em SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. A fundação da SADC teve como objetivo principal a coordenação de projetos estruturantes para a região, alvejando o desenvolvimento económico dos Estados Membros (Associação Industrial portuguesa, 2014, p. 22).

O tratado serviu de base jurídica e de quadro regulador da região da SADC para a promoção de um crescimento económico sustentável, com o estabelecimento de uma série de protocolos voltados para uma maior integração regional da SADC. Os objetivos da integração regional visavam atingir um desenvolvimento socioeconómico sustentável e justo através de sistemas produtivos eficientes, e de uma boa governação, cooperação e

integração aprofundada, paz duradoura e segurança, permitindo a competitividade da eficácia da região nas suas relações económicas internacionais.

Decorrente da transformação da SADCC para SADC, foram definidas como áreas de cooperação, a segurança alimentar, terras e agricultura; serviços; indústria, comércio, infraestruturas e finanças; desenvolvimento de recursos humanos, ciência e tecnologia; recursos naturais e meio ambiente; bem-estar social, informação, cultura e desporto; política, diplomacia, relações internacionais, paz e segurança.

Tendo em vista essas novas áreas de cooperação, também foram delineadas novas linhas de ação com vista a atingir os seguintes objetivos: alcançar desenvolvimento e crescimento económico; aliviar a pobreza e aumentar o padrão e a qualidade de vida dos países da África Austral; desenvolver valores, sistemas e instituições políticas comuns; promover e defender a paz e segurança; promover o desenvolvimento sustentado a partir da autoconfiança coletiva e da interdependência dos Estados membros; alcançar a complementaridade entre estratégias e programas nacionais e regionais; promover e maximizar o produtivo emprego e a utilização dos recursos da região; alcançar o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção efetiva do meio ambiente; e, fortalecer e consolidar as antigas afinidades históricas, sociais e culturais e os elos entre os povos da região. Através da Figura nº 5, apresentam-se de forma sucinta as diferentes etapas históricas inerentes à origem e desenvolvimento da SADCC/SADC.

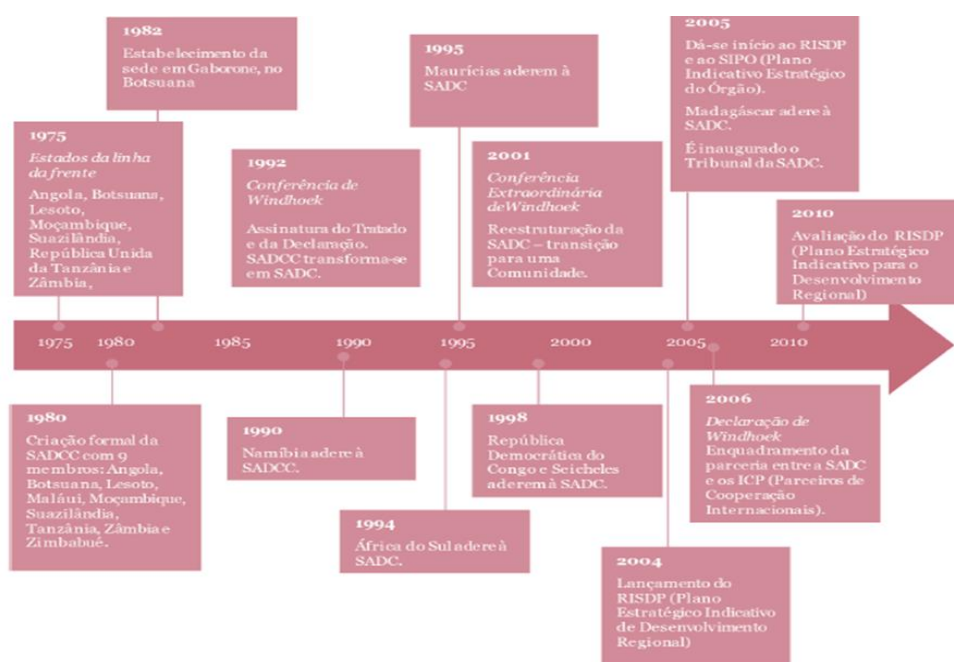


Figura nº 6 - Apêndice B: Principais Etapas da Criação da SADC

Fonte. Associação Industrial Portuguesa (2014, p. 23)

2 - Estrutura da SADC

A SADC é atualmente constituída por 15 países⁵³ designadamente, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

O fim último da SADC, a Comunidade, é construir uma região na qual haja um alto grau de harmonização e racionalização capaz de potenciar os recursos para atingir uma autoconfiança colectiva no sentido de melhorar os níveis de vida dos povos da região. De acordo com o artigo 9 do protocolo da SADC foram estruturadas novas instituições⁵⁴ que passaram a integrar a estrutura da SADC, como, a Cimeira de Chefes de Estado ou Governo; Conselho de Ministros; Comissões; Comité de Oficiais, Secretariado; Unidades de Coordenação Sectorial e Tribunal. (SADC, 2003)

Segundo o sítio da Organização (SADC, 2003), os Estados Membros do SADC procuram agir com respeito a alguns princípios., sendo os fundamentais: a Igualdade soberana para todos os Estados Membros; Solidariedade, Paz e Segurança; Direitos Humanos, Democracia e o respeito pela Lei; Igualdade, equilíbrio e benefícios mútuos e Resolução pacífica de conflitos.

Quanto à tomada de decisões na estrutura da SADC, a Cimeira deve ser a responsável pela direcção e controle de funções de toda a política do SADC e as suas decisões devem ser tomadas por consenso e directamente aplicadas. O mesmo se estende a todas as restantes instituições, incluindo o próprio Tribunal (SADC, 2003).

Quando foi fundada a SADCC, tinha como objetivo principal a cooperação económica mas, devido o surgimento das novas ameaças e tendo em conta a ideia já mencionada neste trabalho de que “não há desenvolvimento económico ou social sem segurança”, a cooperação no domínio de defesa e segurança assumiu um papel importante e como condição para se atingir os demais objetivos propostos pela organização. Assim, a declaração dos Chefes de Estados no âmbito da formação da SADC em Windhoek em 1992, destacou a necessidade de criação de um órgão responsável pela segurança comum na região da SADC e, esse objetivo foi materializado em 1996 com a criação do Órgão da Política, Defesa e Segurança (OPDS) também conhecido por Órgão da SADC.

⁵³ Ver o Anexo B - Países Membros da SADC

⁵⁴ Ver o Anexo C - Estrutura da SADC

Apêndice C – Breve Caraterização de Moçambique



Figura n.º 7 - Emblema e Bandeira da República de Moçambique

Fonte: http://www.portaldogoverno.gov.mz/galeriafotos/simbolos_nac/

Moçambique é um país localizado na costa oriental da África, entre as latitudes 10°20' e 26°50'S, e entre as longitudes 30°12' e 40°51', cobre uma área de 799,380 km². Faz fronteira a norte com a Tanzânia, a oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Suazilândia e ao sul com a África do Sul e a este é banhado pelo Oceano Índico numa extensão de costa marítima cerca de 2 770 Km (Governo de Moçambique, 2014)

Moçambique esta administrativamente dividido em 10 províncias, nomeadamente (de Sul para Norte): Maputo (província e cidade capital), Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado (Figura nº.1)

Segundo os dados apresentados pelo Governo de Moçambique na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) em 2014⁵⁵, Moçambique tem actualmente, uma população de cerca de 24 milhões de habitantes e tem registado um crescimento económico médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 8,1 % potenciado pelos investimentos estrangeiros e nacionais nos grandes projetos de infraestruturas e exploração dos recursos naturais.

Moçambique é considerado, um país rico em diversos recursos naturais tanto hídricos como terrestres mas, importa salientar a atual relevância dos recursos naturais energéticos “hidrocarbonetos” especificamente o gás natural na Bacia do Rovuma⁵⁶ e carvão mineral pois, este estudo, centra-se no processo de exploração gás natural e do carvão mineral e as possíveis implicações para a segurança de Moçambique e da SADC.

⁵⁵ Retirado de em 11 de maio de 2015, em www.mpd.gov.mz/.../estrategia-nacional-de-desenvolvimento/.../file

⁵⁶ Ver o Anexo H - Reservas Provadas de Gás Natural na Bacia do Rovuma

Apêndice D – Caraterização das FADM



Figura n.º 8- Os 3 Ramos e o Emblema das FADM

Fonte: FADM (2015)

1 – Introdução

Como já foi referido, a história da criação e edificação das FADM, resume-se em duas fases, uma primeira fase que remonta ao início da década de 1960 e, está relacionada com as FPLM, componente militar da FRELIMO criada durante a luta pela independência de Moçambique contra o domínio colonial. A segunda fase decorre após o final da guerra civil com a assinatura do AGP de 1992 que conduziu a constituição das FADM, com homens provenientes da FRELIMO e da RENAMO.

2 – Formação das FPLM

Antes de 1962 ano da formação da FRELIMO, havia em Moçambique três movimentos nacionalistas regionais (Norte-MANU⁵⁷, Sul-UDENAMO⁵⁸ e Centro-UNAMI⁵⁹), que lutavam cada um para a libertação das respetivas regiões. Decorrente de uma reunião Havidio na Tanzânia a 25 de maio de 1962, liderada por Eduardo Mondlane⁶⁰ cujo propósito era discutir e adotar o protocolo de unificação dos Movimentos Nacionalistas Moçambicanos, os três movimentos fundiram-se e deram origem à FRELIMO.

⁵⁷ MANU (Mozambican African National Union) formado em Mombaça, no Quênia, por elementos de origem maconde de Cabo Delgado, norte de Moçambique (FADM, 2015)

⁵⁸ UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) criado na então Rodésia do sul e atual Zimbabwe, cujos membros oriundos de Manica, Sofala, gaza e Lourenço Marques, então Maputo (idem)

⁵⁹ UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente) criado no Malawi com elementos oriundos de Niassa, Tete e Zambézia (idem)

⁶⁰ Eduardo Mondlane um dos fundadores e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) (Da Costa, 2009, p. 13).

De 23 a 28 de setembro de 1962 é realizado o primeiro congresso da FRELIMO, no qual ficou vincado como objetivo fundamental do movimento, “... a liquidação total da dominação estrangeira e libertação de Moçambique ...” (FADM, 2015). Para a concretização deste objetivo foram desenvolvidas várias atividades e iniciativas políticas assentes na mobilização e organização das populações para compreensão da causa e estratégia da luta de libertação nacional, formação de quadros, etc.

A atitude repreensiva do regime colonial consubstanciada com o reforço do dispositivo militar, tornava mais que evidente a necessidade do recurso à luta armada para a libertação de Moçambique. Para o efeito, a FRELIMO viu-se obrigada a formar quadros políticos, os quais seriam responsáveis pela formação da componente militar necessária bem como da posterior preparação e desencadeamento da luta armada de libertação (FADM, 2015).

A FRELIMO lançou uma campanha no exterior (países africanos que já eram independentes, e países da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas -“URSS”) para mobilizar a solidariedade a favor da causa moçambicana. O culminar das ações desenvolvidas pela FRELIMO e dos apoios recebidos do exterior, deu origem à criação das FPLM, constituídas por guerrilheiros moçambicanos treinados na Argélia, Tanzânia, China e nos países da URSS, no início do ano de 1964 e que viriam a ter um papel fundamental na luta de libertação de Moçambique.

A 25 de setembro de 1964, deu-se assim o início à Luta de Libertação Nacional contra o domínio colonial português. Tanto as FPLM como a FRELIMO, foram lideradas por Eduardo Mondlane até à sua morte em 3 de fevereiro de 1969. Depois da morte de Mondlane, a luta armada continuou, e Samora Moisés Machel⁶¹ assumiu a liderança das FPLM e da FRELIMO. Em 1974, devido ao 25 de abril⁶² em Lisboa, “a situação político-militar, social e económica nas colónias portuguesas e em Moçambique em particular, criou condições para os Acordos de Lusaka, rubricados a 7 de Setembro de 1974, os quais preconizavam a formalização da independência de Moçambique” (FADM, 2015).

A assinatura dos Acordos de Lusaka, preconizava a transferência do poder para os moçambicanos, a qual foi materializada a 25 de junho de 1975, com a proclamação da

⁶¹ Samora Moisés Machel primeiro presidente de Moçambique após a Independência em 1975 (FADM, 2015)

⁶² De acordo como o Preâmbulo da Constituição da República Portuguesa foi um “Movimento das Forças Armadas, ocorrido a 25 de abril de 1974 coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista” ou seja, depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e deu início a um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de abril de 1976.

independência nacional de Moçambique na então Lourenço Marques e atual Maputo. Após a independência nacional, face a então conjuntura regional (ameaças da República da África do Sul e da Rodésia do Sul, então Zimbábwe) as quais eclodiram a guerra civil entre a RENAMO e as FPLM (forças governamentais), o governo moçambicano foi obrigado a formar um Exército Nacional. Para o efeito o governo Moçambicano continuou a apostar na formação dos homens para as FPLM no exterior, enviando-os para frequentar curso em Cuba, Bulgária, Hungria e na República Democrática Alemã e, criando escolas de formação em Moçambique (Boane e Nampula), com instrutores militares Chineses e da então URSS.

Em 1977 por decisão do Governo moçambicano cerca de 600 estudantes que frequentavam o ensino secundário interromperam seus estudos e foram enviados para a União Soviética e para a China, com vista a serem treinados em diversas especialidades, sendo grande parte deles destinados a cursos especiais para a criação da Força Aérea e da Marinha de Moçambique. Em 1978 institui-se o Serviço Militar Obrigatório (SMO) em Moçambique, e em 1979 regressam a Moçambique os jovens em formação no exterior, o governo continua a receber os apoios logísticos, o que fez com que em 1981 estivesse o exército moçambicano transformado numa força convencional ainda com algumas limitações.

Na sequência da tragédia em Mbuzini (território Sul-africano, próximo da fronteira com Moçambique) no dia 19 de outubro de 1986, o presidente Samora Machel morreu juntamente com a sua comitiva, quando regressavam duma reunião com outros chefes de Estado, realizada em Mbala, na Zâmbia, no âmbito de reforço da segurança e paz da região (FADM, 2015).

Depois da morte de Samora Machel, a liderança do Governo Moçambicano foi assumida por Joaquim Chissano, que deu continuidade às negociações com a RENAMO com vista o fim da quera civil, as quais, culminaram com a assinatura do AGP em Roma, na República da Itália a 4 de outubro de 1992, que através do seu protocolo VI estabeleceu os mecanismos para o cessar-fogo.

3 – Formação das FADM

A Lei 13/92- AGP, através do Protocolo I (Questões Militares) que preconiza e regula a formação das FADM para todo o território nacional e, extingue desta forma as

FPLM. Segundo o mesmo protocolo, as FADM passavam a ser apartidárias, profissionalmente idóneas, competentes, exclusivamente formadas por cidadãos moçambicanos voluntários e provenientes das Forças de ambas partes. A missão das FADM, era de garantir a defesa e salvaguarda da soberania, da Independência e da Integridade Territorial do País e, seriam compostas por um efectivo de 30.000 homens a sendo 50% das Forças Armadas de Moçambique (FAM/FPLM) e 50% da RENAMO, dos quais 24.000 preencheriam o Exército; 4.000 a Força Aérea e 2.000 a Marinha de Moçambique.

Foi criada uma Comissão Conjunta Militar para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM), a qual ficou responsável pelo seu processo de formação a decorrer sob tutela da Comissão Superior de Controlo (CSC). A criação técnica das FADM, veio a iniciar com a “Declaração de Lisboa”, na qual Portugal, França e Reino Unido se comprometeram a treinar o novo exército enviando formadores e meios militares.

Esta formação foi levada a feito por instrutores portugueses, franceses e britânicos, que abrangeu oficiais, sargentos e praças nas diversas especialidades e cursos. Foram ministrados cursos de direcção para oficiais de ambas as partes (RENAMO e FPLM), formação de oficiais para o comando das FADM e, instrutores moçambicanos que posteriormente seriam colocados nos centros de instrução. Esses esforços culminaram com a formação das FADM constituídas por três ramos, Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra (FADM 2015).

No Decreto-lei nº 41/2011, Estrutura Orgânica das FADM, estão elencados dois preceitos fundamentais. O primeiro respeitante à inequívoca subordinação das FADM ao poder político na medida em que as FADM e, de acordo com o art.º 2, inserem-se na administração direta do Estado, através do Ministério de Defesa Nacional (MDN) e, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA)⁶³ e, todos os órgãos, serviços e organismos que lhe são subordinados (incluindo Ramos), pois dependem do Ministro de Defesa Nacional. O segundo, concerne à formação orgânica e funcional da instituição militar consubstanciada na figura do CEMGFA, enquanto comandante e de mais alta autoridade e responsabilidade na hierarquia das FADM.

A estrutura das FADM de acordo com o art.º 3 do Decreto-lei supra compreende Estado-Maior General (EMG) das Forças Armadas, os Ramos (Exército, Força Aérea e

⁶³ De acordo com os art.ºs 7 e 8 do Decreto-lei 41/2011 - Estrutura orgânica das FADM, o CEMGFA é o Chefe Militar de mais elevada autoridade na hierarquia das Forças Armadas, nomeado no período de 5 anos prorrogável por 3 anos.

Marinha) e órgãos militares de comando das Forças Armadas (CEMGFA e os Comandantes dos Ramos que lhe são subordinados).

O EMG das FADM é o órgão superior técnico-militar das Forças Armadas, subordinado ao Ministro da Defesa Nacional e, é dirigido por um CEMGFA com a patente de General-de-Exército ou Almirante, coadjuvado por um Vice- CEMGFA com a patente de Tenente-General. O EMG das FADM tem a responsabilidade de realizar estudos, planear, conceber, dirigir e controlar o emprego das Forças Armadas.

A organização do EMG assenta num modelo departamental e constitui-se como Quartel-General das Forças Armadas que compreende um conjunto das estruturas e capacidades funcionais e adequadas para apoiar o CEMGFA no exercício das suas competências tais como: Inspeção das FADM, Departamento de Pessoal, Informações Militares, Operações, Doutrina, Comunicações, Logística, Finanças e Saúde Militar. Esses Departamentos, são órgãos do Estado-Maior General, responsáveis pela gestão e administração de respetivas áreas.

O CEMGFA como autoridade máxima na hierarquia militar, é responsável perante o Ministro da Defesa Nacional pela direcção, administração, preparação, disciplina e emprego das Forças Armadas e, em tempo de guerra, por delegação do Comandante-Chefe, assume a condução militar das operações nos termos da Lei.

O CEMGFA no âmbito das competências que lhe são conferidas por lei, preside o CSM; propõe o Conceito Estratégico Militar; dirige a execução da Estratégia Militar de Defesa; propõe os projectos de definição das missões das Forças Armadas, do Sistema de Forças e do Dispositivo Militar, define e dirige as atividades relativas ao pessoal, informações, operações, logística, doutrina, comunicações, finanças, saúde e assuntos legais e propõe projectos orçamentais das Forças Armadas sob orientação do Ministro da Defesa Nacional. Como órgãos de conselho, funcionam no EMG das FADM dois importantes órgãos, o Conselho Superior Militar⁶⁴ e o Conselho Superior de Disciplina⁶⁵.

4 - Ramos das FADM

Os três ramos das FADM (Exército, Força Aérea e Marinha) estão subordinadas ao CEMGFA através dos respectivos comandantes e, de modo geral a sua organização

⁶⁴ Órgão militar de consulta do CEMGFA com competências consultivas, composto pelo Vice-CEMGFA e pelos comandantes dos ramos,

⁶⁵ Órgão de consulta do Chefe do Estado – General das Forças Armadas em matéria de carácter disciplinar, constituído por oficiais generais e superiores cuja composição é definida pelo CEMGFA.

compreende, o Comando, Estado-Maior do Ramo, a Inspeção do Ramo, as Repartições do Ramo, os órgãos de Conselho do Ramo e os Elementos da estrutura de Base.

De acordo com o art.º 37 do Decreto-lei nº 41/2011, Estrutura Orgânica das FADM, o Comandante do cada ramo é um Major General ou Contra-Almirante, nomeado por um período de cinco anos prorrogável por três anos. O comandante do ramo é coadjuvado por um Brigadeiro General ou Comodoro com a função de chefe do Estado-Maior do Ramo e, como órgãos de conselho tem o Conselho Militar do Ramo e o Conselho Disciplinar do Ramo.

Compete ao Comandante de Ramo, dirigir, coordenar e administrar o respectivo Ramo; participar na elaboração de Conceito Estratégico Militar; elaborar os projectos de orçamento anual do respectivo Ramo e dirigir a correspondente execução. De modo geral os três ramos (Exército, Força Aérea e Marinha), elencadas no Decreto-lei nº 41/2011 mas, cada um dos ramos desenvolve tarefas específicas de forma a adequar a sua área de atuação.

4.1 - Missões dos Ramos das FADM

Cada um dos ramos das FADM tem levado a feito missões inerentes ao seu domínio espacial (terrestre, marítimo ou aéreo) com vista a contribuir para a consecução das missões das FADM, entre elas são de modo geral as seguintes:

- Preparar, aprontar, empregar e manter forças e meios necessários para garantir, a defesa do território nacional, controlo e vigilância do espaço aéreo, da costa marítima e das águas interiores.
- Realizar a vigilância e controlo permanente do território nacional, prestar apoio às forças terrestres, realizar e apoiar a actividade de fiscalização marítima.
- Participar nas ações de reassentamento das populações vítimas das calamidades, catástrofes e desastres naturais, realizar ações de busca e salvamento, operações de evacuação sanitária.
- Fazer o transporte em apoio às populações em caso de catástrofe, calamidade ou acidente.
- Transportar militares e material dentro quando necessário, para fora do país em apoio às operações de manutenção de paz no âmbito da SADC e da ONU

É de destacar a relevância que algumas delas poderão ter, como por exemplo, o controlo e vigilância do território, principalmente, as fronteiras e a fiscalização da costa marítima de forma a minimizar a imigração ilegal, saque e roubo dos recursos do subsolo e do mar.

5 – Instituições de Ensino Militares

5.1 - Academia Militar Samora Moisés Machel



Figura n.º 9 Edifício da AMSMM em Nampula

Fonte: www.academiamilitar.ac.mz/

A AMSMM é um estabelecimento militar de ensino superior das FADM, localizado na Cidade de Nampula, província de Nampula, que foi criado pelo Decreto Ministerial no 62/2003, de 24 de Dezembro, e, foi oficialmente inaugurada a 29 de Setembro de 2004, pelo então Presidente da República, Joaquim Alberto Chissano, porém, só em 2005 iniciou com as suas atividades letivas. Tem por missão formar oficiais para os quadros permanentes das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Neste âmbito, desenvolve atividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade.(FADM, 2015).

A AMSMM integra e forma oficiais para os três ramos das FADM. Para cada um dos ramos são ministrados cursos nas seguintes especialidades: Exército (Infantaria, Artilharia, Administração Militar, Engenharia Militar e Comandantes de Meios Radiotécnicos), Pilotos Aviadores da Força Aérea e Fuzileiros Navais da Marinha (FADM, 2015).

5.2 - Instituto Superior de Estudos de Defesa



Figura n.º 10 – Emblema do ISEDEF

Fonte: FADM (2015)

O ISEDEF foi criado em 2011 pelo Decreto-lei 60/2011 de 18 de novembro, com o objetivo de formar a carreira dos oficiais superiores e generais das FADM e também de responsáveis civis dos sectores público e privado. Tem por missão assegurar a formação contínua dos oficiais do Quadro Permanente, promovendo o desenvolvimento das FADM nos planos científico, doutrinário e técnico militar e apoiar a formulação dos pensamentos estratégico nacional através do estudo, formação, investigação e divulgação das questões de Defesa e Segurança (FADM, 2015).

5.3 - Escola de Sargentos das Forças Armadas



Figura n.º 11 – Edifício da ESFA em Boane, Maputo

Fonte: FADM (2015)

A ESFA “General de Exército Alberto Joaquim Chipande” localiza-se no Distrito de Boane, Província de Maputo e, foi criada ao abrigo do Diploma Ministerial conjunto nº 68/2008, dos Ministros da Defesa Nacional e da Educação e Cultura, o qual veio extinguir o então Centro de Formação de Sargentos. A criação da ASFA tinha em vista garantir a formação de sargentos do quadro permanente dos três Ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique com o nível Técnico-médio profissional (FADM, 2015). A ESFA ministra os seguintes Cursos/Especialidades: Infantaria, Artilharia Antiaérea; Administração e Logística; Artilharia Terrestre, Reconhecimento, Mecânicos de Material Eléctrico, Mecânicos de Material Aéreo, Fuzileiros Navais e Abastecimento (Marinha de Guerra).


5.4 - Escola de Formação Profissional de Chingodzi

A EFPC localiza-se no Município da cidade de Tete e, foi criada em 2006 através do Diploma Ministerial nº58/2006, publicado no Boletim da República com vista a garantir o enquadramento condigno na vida civil dos militares do Serviço Militar Obrigatório (SMO), proporcionando-lhes uma formação técnico-profissional. A criação da EFPC foi o resultado da parceria entre os Ministérios de Defesa Nacional e de Educação e Cultura (FADM, 2015b). Construção Civil (Pedreiros, Carpinteiros, Electricidade da Construção Civil, Fabricadores de Tijolos e Serralheiros de Construção Civil), Mecânica de Motor (Electricista Auto “à gasolina e a diesel”, Reparação geral de veículos a motor), Agricultura (Pecuária, Extensão Rural e Cultivo), Informática (Domínio do SOFTWARE, Programação, Técnica de detenção de avarias e defeitos, Manutenção de sistemas, Gestão e manutenção de redes) e Pedagogia na Formação de Condução.

B.5.5 - Centros de Instrução Básica

Os Centros de Instrução Básica (CIB) são instituições de treino básico e formação militares, cuja missão é transformar os recrutas em soldados prontos, através da instrução, ministrar cursos de reciclagem aos Sargentos e Praças das subunidades das FADM e, participar noutras tarefas de natureza militar, quando solicitados para tal, através da componente fixa do Comando de Apoio e Serviços (CAS). (FADM, 2015). As FADM contam com três CIB's, designadamente, de Manhica em Maputo, Dondo na província de Sofala e o CIB de Montepuez na província de Cabo Delgado.

Apêndice E - Correio Eletrónico Enviado aos Entrevistados para Solicitar Entrevista

	<p style="text-align: center;">Academia Militar</p> <p style="text-align: center;">Trabalho de Investigação Aplicada</p> <p style="text-align: center;">A SEGURANÇA DOS RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS PARA AS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE NO QUADRO DA SADC</p> <p>Autor: Aspirante de Infantaria António Aumeto Nhamutole</p> <p>Orientador: Tenente-Coronel (Doutor) de Infantaria Luís Manuel Brás Bernardino</p>
---	---

Excelência,

Sou o Aspirante-Ahuno António Aumeto Nhamutole da República de Moçambique, estou a frequentar o último ano do curso de formação de oficiais do quadro permanente do exército na especialidade de Infantaria, na Academia Militar de Portugal, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar entre Moçambique e Portugal.

No âmbito da realização da minha dissertação de mestrado subordinada ao tema “**A segurança dos recursos naturais estratégicos em Moçambique: Desafios para as Forças Armadas de Defesa de Moçambique no quadro da SADC**”, decorrente de Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria, na Academia Militar de Portugal, surge a necessidade de efetuar entrevistas sobre “os impactos e desafios que a exploração dos recursos minerais e energéticos de Moçambique poderá ter na Segurança Nacional e Regional e, a forma como as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), no quadro da Southern Africa Development Community (SADC) poderão contribuir para garantir adequada exploração dos recursos num clima de segurança”. Para atingir tal desiderato, venho pelo presente email solicitar a V. Ex.^a que se digne conceder-me a entrevista ou, autorização para lhe enviar o Guião da Entrevista.

A entrevista em causa tem objetivos meramente académicos e de análise no contexto e, servirá de suporte para atingir os objetivos desta investigação.

Antecipadamente, muito obrigado pela amabilidade com que acolheu a minha solicitação académica.

Com os melhores cumprimentos,

António Aumeto Nhamutole.

Asp Of AI INF

Apêndice F – Caraterização dos Entrevistados

Quadro nº 3 – Apêndice F: Caraterização dos Entrevistados

ENTREVISTADO		FUNÇÃO	DATA LOCAL
Caraterização dos Entrevistados do Grupo I			
1	Brigadeiro-General Celestino	Adido de Defesa de Moçambique em Portugal	31/03/2015 Lisboa Presencial
2	Brigadeiro-General Pedro Banguine	Adido de Defesa de Moçambique em Angola	23/03/2015 Luanda, Luanda Email
3	Coronel Afonso Pedro	Representante de Moçambique no Secretariado da SADC no Botswana (SENIOR STAFF OFFICER; SADC SECRETARIAT)	26/03/2015 Gaberone, Botswana Email
4	Coronel Timbe Ricardo	Investigador na CESAB	20/03/2015 Maputo, Moçambique Email
5	Coronel Rodrigues Lapucheque	Doutorando em Direito e Segurança na Universidade Nova de Lisboa/ Diretor do Departamento de Cursos do ISEDEF em Maputo	22/03/2015 Lisboa Presencial
6	Coronel Virgílio Mairosse Mucopela	Doutorando em Ciências de Educação na Universidade Lusófona de Lisboa/ Chefe do Gabinete de Planeamento e do (ISEDEF) em Maputo	20/03/2015 Lisboa Presencial
7	Coronel Gonçalves Muiambo	Doutorando em Ciências de Educação na Universidade Lusófona de Lisboa/ Coordenador da área do Ensino de Estratégia do ISEDEF em Maputo	20/03/2015 Lisboa Presencial
Caraterização dos Entrevistados do Grupo II			
8	Major Cristo Ricardo	Professor de Geografia, Sistemas de Armas de Manobra e Tiro, Sistemas de Armas de Infantaria, Elementos de Armamento e Estratégia na Academia Militar/ Assessor técnico do Projecto 3 da CTM na AMSMM em Moçambique	19/03/2015 Lisboa Presencial
9	Major Martins Mariano Roberto	Professor de Tática de Infantaria, Sistemas de Armas de Infantaria, Ética e Liderança e Pedagogia de Educação Física na academia Militar/ Adjunto do Diretor técnico na acessória permanente do Projecto 3 da CTM na AMSMM em Moçambique.	20/03/2015 Lisboa Presencial
10	TCOR Garcia Proença	Professor convidado do “Instituto de Estudos Políticos” da Universidade Católica Portuguesa e docente no ISCTE	24/04/2015 Lisboa Presencial
11	TCOR Cipriano Víctor	Comandante do 1º batalhão de Alunos da Academia Militar	02/05/2015 Lisboa Email

12	Coronel Batalha da Silva	Chefe da Área de Recursos do CCOM/EMGFA/ Diretor do Núcleo Conjunto de Coordenação na CTM entre Portugal e Moçambique	29/04/2015 Lisboa Email
Caraterização dos Entrevistados do Grupo III			
13	Fernanda Moisés Lichale	Embaixadora de Moçambique em Portugal	07/05/2015 Lisboa Presencial
14	Dr ^a Teresa Cruz e Silva	Professora Catedrática (aposentada da Universidade Eduardo Mondlane “UEM”) com atividades de docência em part-time na UEM e pesquisa fora da UEM	25/03/2015 Maputo, Moçambique Email
15	Doutor Alberto	Anónimo	05/05/2015 Lisboa Presencial

Apêndice G – Inquérito por Entrevista



ACADEMIA MILITAR

Trabalho de Investigação Aplicada

Inquérito por Entrevista

**A segurança dos recursos naturais estratégicos em
Moçambique: Desafios para as Forças Armadas de Defesa de
Moçambique no quadro da SADC**

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria António Auneto Nhamutole

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Fevereiro de 2015

Apêndice G.1 – Carta de Apresentação

Excelência,

Sou o Aspirante Oficial Aluno António Auneto Nhamutole da República de Moçambique, estou a frequentar o último ano do curso de formação de oficiais do quadro permanente do exército na especialidade de Infantaria, na Academia Militar de Portugal, no âmbito da Cooperação Técnico Militar entre Moçambique e Portugal.

Estou na fase da elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada que se insere no âmbito do tirocínio para Oficiais na Academia Militar de Portugal, tendo em vista a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Infantaria. O tema do presente trabalho é **“A Segurança Dos Recursos Naturais Estratégicos em Moçambique: Desafios Para as Forças Armadas de Defesa de Moçambique no Quadro da SADC”**, sob orientação do Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino.

O objetivo deste trabalho de investigação prende-se com a análise do atual processo de exploração dos recursos minerais e energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique e, avaliar os possíveis impactos e desafios na Segurança Nacional e Regional e, o modo como as Forças Armadas de Defesa de Moçambique, no quadro da SADC poderão contribuir para garantir a adequada exploração dos recursos num clima de segurança.

Para dar sustentabilidade ao presente estudo, é fundamental realizar entrevistas aos quadros superiores das FADM, quadros das FA portuguesas que tenham estado em Moçambique pela Cooperação Técnico Militar e, individualidades civis que por afinidade, interesse e capacidades se lhe associam à matéria de segurança Africana.

Desta forma solícito a V.Ex.^a que me conceda esta entrevista, que servirá de suporte para atingir os objetivos investigação e, ponte entre a pesquisa teórica e o trabalho de campo que se pretende desenvolver. Terei todo o gosto em facultar a V. Ex.^a os dados resultantes da análise da presente entrevista, antes da concretização do documento final.

Solicito a autorização da V. Ex.^a, para a publicação dos dados recolhidos da presente entrevista no trabalho final.

Grato pela sua colaboração.

Atenciosamente,

António Auneto Nhamutole
Asp. Of. Al Inf.

Apêndice G.2 – Guião da Entrevista ao Grupo I – Oficiais das FADM (Guião A)

Identificação do Entrevistado

Nome Completo:

Cargo/Função Desempenhado:

Posto/Profissão:

Data/Local da Entrevista:

Suporte:

Questões:

1. Que estratégias e linhas de ação são levadas a efeito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?
2. Quais são os principais desafios e ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC?
3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?
4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão advir ou potenciar-se em prol do processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?
5. Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?
6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?
7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

Obrigado.

Apêndice G.3 – Guião da Entrevista ao Grupo II – Oficiais das Forças Armadas Portuguesas (Guião B)

Identificação do Entrevistado

Nome Completo:

Cargo/Função Desempenhado na CTM:

Posto/Profissão

Data/Local da Entrevista:

Suporte:

Questões:

1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC
2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?
3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?
4. Quais as oportunidades para as FADM que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?
5. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?
6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?
7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

Obrigado.

Apêndice G.4 – Guião da Entrevista ao Grupo III – Entidades Cíveis (Guião C)

Identificação do Entrevistado

Nome Completo:

Cargo/Função:

Posto/Profissão

Data/Local da Entrevista:

Suporte:

Questões:

1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?
2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?
3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?
4. Que riscos e ameaças a Segurança de Moçambique e da Região da África Austral poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo da exploração de recursos energéticos em Moçambique?
5. Até que ponto os recursos naturais e energéticos “hidrocarbonetos” poderão constituir-se em foco de conflitos e, por em causa a segurança nacional e da região da África Austral?
6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?
7. De que modo as FADM poderão contribuir para garantir uma adequada exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” num clima de segurança nacional e regional?

Obrigado.

Apêndice G.5 – Transcrições das Entrevistas

G.5.1 – Entrevista ao Adido de Defesa em Portugal - Brigadeiro-General Celestino Anjas

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Celestino Anjas

Cargo/Função (Moçambique): Adido de Defesa de Moçambique em Portugal

Posto/Cargo (Atual): Brigadeiro General

Data: 31/03/2015, Embaixada de Moçambique em Portugal

Suporte: Gravação

1. Que estratégias e linhas de ação são levadas a efeito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?

Para a segurança regional no âmbito da Política de Defesa Nacional, os países da SADC têm troca de informações, fazem exercícios envolvendo efectivos de países mais próximos. Moçambique participa com efectivos e equipamentos.

2. Quais são os principais desafios e ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC?

O crescimento demográfico, concentração das populações nos grandes centros urbanos, crime transnacional, tráfico de drogas, armas e pessoas são algumas das ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

A possível implicação da exploração dos recursos energéticos na segurança de Moçambique e da SADC é exigir que as Forças de Defesa e Segurança devam apetrechar-se em equipamentos e criar condições para a população não se sentir à margem (excluída) desta actividade, para evitar possíveis descontentamentos.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão advir ou potenciar-se em prol do processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Crescimento da imigração ilegal, concentração das populações em locais com mais oportunidades de emprego e o consequente incremento dos índices de criminalidade, tráfico de drogas, armas e pessoas, etc.

5. Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

As ADM são o garante da soberania do país, por isso a exploração dos hidrocarbonetos poderá ser mais uma oportunidade de aquisição de recursos financeiros para se reequiparem de forma a continuarem com a sua missão de forma mais modernizada, ultrapassando alguns desafios por insuficiência de orçamentos e, contribuir para a segurança nacional e regional.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?

Moçambique tem cerca de 2700 km de costa marítima e águas interiores e, nas quais existem diversos recursos hídricos (piscatórios) para além da existência dos hidrocarbonetos. A importância que o mar e as águas interiores têm, seria muito arriscado deixá-los ao “Deus dará”. O governo tem feito um grande esforço em reequipar a Marinha de Guerra e as outras forças com responsabilidades na segurança marítima, sem descurar o apoio dos países vizinhos e dos parceiros com que colabora nesta área.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

Certamente que os órgãos competentes das FADM irão delinear estratégias que possam ir ao encontro de redução de riscos e ameaças ao processo de exploração de hidrocarbonetos em Moçambique. Eu ainda não tenho acesso a estas estratégias, por isso não as menciono.

G.5.2 – Entrevista ao Adido de Defesa em Angola - Brigadeiro-General Pedro Banguine

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Pedro Banguine

Cargo/Função (Moçambique): Adido de Defesa de Moçambique em Angola

Posto/Cargo (Atual): Brigadeiro General

Data/Local: 23/03/2015, Luanda, Angola

Suporte: Email

1. Que estratégias e linhas de ação são levadas a feito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?

Sendo a SADC uma organização regional cujo objetivo comum é contribuir conjuntamente para o desenvolvimento da Região da África Austral, do ponto de vista de defesa e segurança, as nações integrantes da SADC privilegiam a defesa comum dos interesses regionais e advogam a resolução dos conflitos na base do diálogo. Há uma estratégia comum de defesa e segurança da SADC que passa por, a uma só voz “defender a integridade e a inviolabilidade das soberanias dos seus membros, quer a partir de agressões externas, quer a partir de tentativas de alteração da ordem constitucional dos estados-membros. Para tal, a SADC criou uma Força multinacional de defesa regional, uma unidade de escalão Brigada, (SADC Standby Force), que é responsável pela intervenção militar em caso de necessidade. Moçambique como todos os países da SADC, contribui nos esforços para a operacionalização desta força e, para manutenção da paz regional.

2. Quais são os principais desafios e ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC?

Os desafios e ameaças à segurança de Moçambique neste momento são a sua extensa costa marítima e as potencialidades naturais de que o país dispõe. A existência de recursos naturais de escala mundial em Moçambique coloca ao país grandes desafios para a sua protecção. Por outro lado, as ações de pirataria e do crime organizado transnacional, constituem ameaças a considerar para a segurança nacional. Para a SADC o desafio deve ser a necessidade de uma maior coesão dos seus estados-membros para a defesa colectiva.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

As implicações são óbvias: haverão maiores apetites das potências mundiais em entrar na exploração dos recursos naturais, o que poderá criar focos de instabilidade e de tensões populares, caso os benefícios dessa exploração não se reflitam na vida das populações.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão advir ou potenciar-se em prol do processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Conforme referi nas respostas 2 e 3, haverá *maiores apetites* das potências mundiais em entrar na exploração dos recursos naturais cujo conflito de interesses poderá reflectir-se na segurança nacional e regional e, caso os benefícios dessa exploração não se

reflectam na vida das populações poderão criar-se focos de instabilidade e de tensões populares. Por outro lado poderá crescer o índice dos variados tipos de criminalidade, do crime organizado transnacional, pirataria, etc., agregados ao aumento de imigração ilegal.

5. Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

A exploração cabal dos recursos naturais em Moçambique poderão criar uma janela de oportunidades para a entrada de recursos financeiros indispensáveis ao reequipamento das FADM. As grandes necessidades de investimento nas Forças Armadas que hoje se verificam, poderão encontrar uma solução com a exploração desses recursos.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?

Através da potenciação das capacidades operacionais da Marinha de Guerra de Moçambique para a defesa da costa marítima nacional. Há um conjunto de programas institucionais, cujo objetivo é ter uma Marinha de Guerra à altura de defender os interesses nacionais no mar.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

O país está a trabalhar para a modernização e profissionalização das FADM, através de ações de formação e reequipamento de todas as especialidades das Forças Armadas com vista a dotá-las de capacidades operacionais para fazer face aos desafios do presente e do futuro do país.

G.5.3 – Entrevista ao Representante de Moçambique no Secretariado da SADC no Botswana - Coronel Pedro Afonso

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Pedro Afonso

Cargo/Função: Senior Staff Officer; SADC Secretariat

Profissão/Posto: Militar/Coronel

Data: aos 26/03/2015, Gaberone, Botswana

Suporte: Email

1. Que estratégias e linhas de ação são levadas a feito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?

Os Estados Membros da SADC demonstram em primeiro lugar a vontade de cooperar nas áreas de política, defesa e segurança, o que cria um ambiente favorável para a paz, a segurança e a estabilidade na região, através da prevenção, gestão e resolução de conflitos dentro e entre os Estados membros.

Os Estados membros fortalecem a sua cooperação nas áreas de política, defesa e segurança com vista a aprofundar a integração regional, através do intercâmbio de informação, partilha de instituições de formação, realização de exercícios conjuntos e apoio mútuo em situações de emergência ou dificuldades na arena política e segurança.

O ‘Pacto de Defesa Mútua da SADC’ é um instrumento que serve de compromisso regional em prol da autodefesa colectiva e da preservação da paz e da segurança na região, contanto que um conflito armado contra um será considerado uma ameaça à paz e segurança da região.

O lançamento e a operacionalização com sucesso da Força em Estado de Alerta da SADC constituem um compromisso sobre a intenção de garantir que a região assuma uma abordagem coletiva em questões de defesa e segurança da região em prol da protecção das populações e da salvaguarda da estabilidade da região.

Desta forma, Moçambique contribui no cumprimento as atividades desenvolvidas na região da SADC com vista a manutenção da paz, estabilidade de segurança. Por um lado, participa na planificação e execução das medidas tendentes a combater todas atividades que põe em causa a segurança regional e por outro, contribui com meios e forças quando um Estado membro está a enfrentar um conflito interno ou externo segundo o plasmado no Protocolo do “Pacto de Defesa Mútua da SADC”.

2. Quais são os principais desafios e ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC?

Moçambique continua a enfrentar vários desafios que se refletem no setor da Política de Defesa e Segurança, as quais são transversais a região da SADC, a saber: Subdesenvolvimento económico e pobreza; imigração ilegal, desigualdades sociais; desmobilização, desarmamento, reintegração e monitoria dos antigos combatentes; desenvolvimento e consolidação dos mecanismos de gestão das calamidades naturais; corrupção; terrorismo; eliminação de minas e engenhos explosivos; pirataria marítima; pandemia de VIH e SIDA; os efeitos negativos da globalização tais como o incremento da

vulnerabilidade das fronteiras nacionais, o aumento do crime organizado e transnacional, tráfico de drogas, branqueamento de capitais e tráfico de seres humanos; violação, abuso e violência contra mulheres e crianças; interferência estrangeira; extração mineira ilegal; etc. Em especial para a região há que destacar os conflitos dentro e entre Estados; desenvolvimento e consolidação dos mecanismos regionais de gestão das calamidades naturais; desenvolvimento de políticas e de capacidades para garantir que a região mantenha unidades treinadas prontas para serem destacadas nas operações de apoio à paz na região ou sob os auspícios da União Africana ou das Nações Unidas; implementação do Sistema de Alerta Prévio (EWS);

3. Que possíveis implicações terão a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Os conflitos violentos internos e intra-estatais é que representam a grande preocupação dos vários autores principalmente, em países em desenvolvimento como Moçambique. É aceitável que os recursos naturais podem tanto iniciar como manter um conflito, em torno do acesso, distribuição e direitos de posse sobre os mesmos bem como os lucros que podem servir de sustento para os conflitos. Sempre é preciso ter em conta que o risco para a ocorrência de conflitos é acentuado quando se trata de recursos energéticos por serem de grande valor económico e político.

A relação entre a descoberta e exploração de recursos naturais principalmente os energéticos e os conflitos é muito complexa. Devemos ter em conta que os conflitos emergem numa interação entre fatores políticos, sociais, económicos e ecológicos, bastando para tal haver uma desconfiança na distribuição equitativa dos recursos naturais. Pode se dizer que a exploração de recursos energéticos é uma condição necessária para a eclosão de conflitos, mas não é suficiente.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão advir ou potenciar-se em prol do processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?

À medida que a exploração de recursos energéticos se torna a atividade económica dominante de um país, os governos ficam dependentes das receitas desses recursos. Esta dependência das receitas afecta de forma negativa a capacidade dos Estados e a sua aptidão para governar, os Governos tendem a ser mais corruptos e facilmente se formam as classes de elite que podem reprimir os que não pertencem a esta classe criando assim o desequilíbrio de benefícios da exploração que vai aumentar o risco de conflito.

Há muitos casos em que os recursos energéticos contribuem para o surgimento de rebeliões internas e instabilidade política interna ou na região que muita das vezes é alimentada pelo exterior. Caso concreto das propaladas regiões e províncias autónimas ou mesmo províncias autárquicas é resultado da existência dos recursos naturais energéticos em Moçambique.

As guerras que surgem um pouco por todo mundo, tem por sinal o seu foco nos recursos naturais como por exemplo; as guerras nas regiões dos Grandes Lagos, a divisão do Sudão, problemas seculares da República Democrática do Congo, a persistência de autonomia de Cabinda, as guerras no Médio Oriente, os conflitos sobre as ilhas no Pacífico entre a China e o Japão e pelo mundo fora, são devido aos recursos naturais energéticos. Por isso, os recursos naturais energéticos podem ser considerados como fontes de riqueza e ao mesmo tempo a incubação de riscos e ameaças a segurança de um país ou região.

5. Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

As vezes pode se pensar que com a existência e exploração dos recursos naturais energéticos podem criar boas oportunidades as Forças Armadas de um País. Isto é relativo, porque pensando assim estaríamos enganados. Mas sim os governantes podem usar os recursos naturais energéticos existentes para reforçar o arsenal bélico das Forças Armadas para a defesa dos seus interesses quando estiverem ameaçados.

Relativamente as FADM, diria que ainda não foram divulgadas as políticas que contemple benefícios a elas. Mas tudo indica que elas estão para assegurar a exploração dos tais recursos e com poucas perspectivas da melhoria das suas condições de militares enquanto o orçamento do Estado depender das ajudas externas.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?

Moçambique possui 2.700 quilómetros de linha de costa, dos quais cerca de dois terços são habitados pela população que vive de atividade piscatória ou a ela relacionada que contribuem significativamente para o desenvolvimento socio-económico. É uma das rotas marítimas mais utilizadas em todo o mundo. Por ele passa 30% do petróleo e exportado pelo Golfo Pérsico para a Europa e as Américas. Os riscos ambientais associados ao tráfico são enormes, incluindo derrame de óleos e a poluição causada por lavagem de tanques ou despejos em alto mar.

Uma das estratégias interna que o governo moçambicano optou foi a defesa partilhada e coordenada entre o Ministério das Pescas, da Defesa, dos Transportes e Comunicação e do Interior no combate a várias ilegalidades no mar, desde a pesca ilegal, à imigração clandestina, tráfico de estupefacientes, contrabando e pirataria marítima.

Com as recentes descobertas de grandes jazigos de recursos energéticos está exigindo a criação de uma rede de potenciais parceiros nacionais e regionais que, para enfrentar com eficácia as ameaças e desafios decorrentes da exploração dos recursos. Traçar medidas conducentes à segurança e patrulhamento da costa marítima. Moçambique criou uma parceria militar da defesa da costa com a República de África de Sul e com a República Unida da Tanzânia que juntos garantem a segurança.

Dentro das relações bilaterais, o MDN adquiriu um Sistema Automático de Identificação Marítima (AIS), dispositivo que permite identificar os navios que usam o canal de Moçambique, assegurando, deste modo, um maior e eficiente controlo do tráfico marítimo, combate a imigração ilegal, pirataria marítima, pesca ilegal, etc. O mesmo dispositivo permite identificar a descrição das características da embarcação, número do registo, velocidade, rumo, tipo de carga e porto de partida e de chegada.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

G.5.4 – Entrevista ao Coronel Ricardo Timbe

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Ricardo Timbe

Cargo/Função (Moçambique): Investigador no Centro dos Estudos Sociais Aquino de Bragança (CESAB), em Maputo.

Profissão/Posto (Atual): Coronel

Data/Local: 20/03/2015, Maputo, Moçambique

Suporte: Email.

1. Que estratégias e linhas de ação são levadas a feito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?

Não posso responder a esta pergunta com propriedade.

2. Quais são os principais desafios e ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC?

Os Desafios e as ameaças à segurança na região podem ser extraídos do SIPO.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Acho que os recursos naturais por si só não constituem nenhum problema. Os recursos naturais que estão sendo descobertos poderão trazer benefícios à economia do país o que em teoria significaria a melhoria das condições de vida dos moçambicanos, se se entender o conceito de segurança como significando a segurança humana. Sabe-se que os recursos podem se tornar numa maldição, por exemplo, no caso de RDC onde vários grupos armados se digladiam para o controlo dos mesmos de modo a financiar ações de desestabilização do país. Mas, felizmente, em Moçambique o Estado exerce a sua autoridade em todo o território nacional.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão advir ou potenciar-se em prol do processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?

A anterior resposta parece-me lançar luz a esta pergunta.

5. Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

Se o país se tornar mais rico pela exploração dos recursos, penso que as FADM teriam mais oportunidades de ver diversos programas desenhados para a criação de diversas capacidades operacionais financiados pelo orçamento do Estado.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?

Vide as minhas notas referentes à pergunta nº 1.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

Não cabe às FADM definir as estratégias mas sim ao Governo através do MDN. Não sei, no entanto, dizer se há ou não uma política nacional da exploração de recursos naturais energéticos. Penso que é neste instrumento que se deve procurar as estratégias.

G.5.5 – Entrevista ao Coronel Rodrigues Lapucheque

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Rodrigues Lapucheque

Cargo/Função (Moçambique): Diretor do Departamento de Cursos do Instituto Superior dos Estudos de Defesa (ISEDEF) em Maputo

Posto/Cargo (Atual): Coronel/Doutorando na área de Direito e segurança na Universidade Nova de Lisboa

Data: 22/03/2015, Lisboa

Suporte: Gravação

1. Que estratégias e linhas de ação são levadas a feito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?

A SADC é uma comunidade sub-regional que integra os países da África Austral com objetivo de garantir o desenvolvimento económico, cooperação e ação comum para fazer face aos riscos e ameaças à segurança regional. Para os assuntos de defesa e segurança, a SADC tem uma comissão técnica composta por oficiais das várias especialidades e civis no âmbito da defesa e segurança que se reúnem anualmente e extraordinariamente em caso de necessidade ou situação que o exija. Para operacionalização da segurança regional, a SADC tem uma força em escalão Brigada, através desta cumpre missões de apoio a paz ao nível regional e internacional.

Moçambique tem um batalhão que existe em permanente preparação em Moamba, província de Maputo, cujo comando responde as missões de apoio a paz no âmbito da SADC, CPLP, UA e NU em caso de necessidade. A título de exemplo as FADM já participaram em missões no Burundi, Timor Leste, República democrática de Congo, no Sudão e como observadores na Guiné-Bissau. Participam também em exercícios regionais conjuntos que, por regra geral, acontecem anualmente.

2. Quais são os principais desafios e ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC?

Por regra geral os desafios e ameaças a segurança de Moçambique são comuns a região da SADC, e entre eles destacam-se a imigração ilegal, o narcotráfico, o crime internacional organizado e a pirataria. Esses desafios e ameaças ultrapassam as capacidades dos Estados e não podem ser combatidos de forma isolada, isto porque são levados a feito por indivíduos ou grupos de altamente organizados e qualificados quer do ponto de vista do domínio da tecnologia moderna como da capacidade de penetrar no aparelho de

governança através da aproximação das elites ou mesmo do próprio governo para poderem atuar de acordo com as suas intenções e criar um clima de insegurança dentro dos Estados.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Realmente a descoberta de recursos naturais energéticos em grandes quantidades, colocará grandes desafios a Moçambique e a região da SADC na medida em que chamarão atenção das grandes potências económicas e militares no plano internacional, para a intervenção e exploração desses recursos. Estas potências, de acordo com os seus interesses podem utilizar uma política de dividir os povos explorando as pequenas diferenças (étnicas e culturais), divergências e dissidências existentes para, posteriormente explorarem ao máximo esses recursos em benefício dos seus interesses e o Estado detentor dos mesmos continuar numa situação de pobreza. Este é um fato que se tem verificado em muitos países em via de desenvolvimento, particularmente em África.

No caso concreto de Moçambique, implicará uma necessidade de criar capacidades (preparar e reequipar as FADM) para garantir segurança aos recursos e evitar que haja uma pilhagem dos mesmos e, ao nível regional, a SADC como estrutura regional também deve estar preparada de modo a fazer face a essas possíveis ameaças.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão advir ou potenciar-se em prol do processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Com base nas experiências dos países que têm este tipo de recursos a serem explorados, como o caso da Nigéria, tem-se levantado problemas de segurança de carácter interno devido a forma como é distribuída a riqueza e dividendos resultantes da exploração dos recursos. No entanto, a existência dos recursos poderá ser um risco dependendo das políticas adotadas pelo governo para a satisfação das necessidades básicas e, garantir que todos cidadãos moçambicanos sintam-se incluídos e beneficiados pelos resultados recursos para que não haja conflitos.

Outra ameaça poderá resultar de indivíduos, organizações ou mesmo países que procuram facilidades ilegais infiltrando seus agentes ou apoiando grupos descontentes e através destes atuarem para criar instabilidade e insegurança no país de forma que venham a beneficiar-se da riqueza do país (recursos), satisfazendo seus interesses.

5. Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

Relativamente a esta questão não se pode dar uma resposta taxativa na medida em que dependerá em parte daquilo que for os objetivos e planos do governo em termos da orientação dos proveitos dos recursos em relação a garantia de defesa e segurança.

Fazendo uma leitura otimista, é possível que o governo veja a necessidade de reequipar as FADM, criar condições (treino e formação adequados e orientados as formas de atuação) e situação logística melhorada utilizando os benefícios provenientes da exploração dos recursos, de modo que as FADM possam cumprir as suas missões da melhor forma.

Por tanto as FADM precisam preparar-se ao nível de formação, treino e aquisição de meios materiais para garantir segurança a esses recursos fazer face a eventuais ameaça que possam surgir ao longo do processo de exploração dos mesmos.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?

Há uma preocupação permanente por parte das FADM concretamente pela marinha de guerra em garantir a segurança marítima ao nível das condições e escassos meios existentes, em cooperação com alguns países com mais experiência e meios de segurança marítima como o caso da Índia, Portugal, França, etc.

Face a situação dos recursos que realmente a sua exploração esta ligada ao mar seja pela sua aproximação geográfica como das infra-estruturas a serem construídas para garantir o fluxo dos mesmos, surge a necessidade de fortificar a capacidades das FADM, mais concretamente a marinha de guerra e força aérea, em meios indispensáveis que possibilitam melhor controlo e fiscalização da costa e águas interiores.

A longo prazo deve se equipar a marinha e força aérea com meios que garantam um patrulhamento conjunto da costa marítima, fazendo com que a quando da exploração dos recursos não haja situações que ponham em causa a execução deste processo, isto porque actualmente as FADM não tem capacidade para garantir a segurança e fiscalização da costa.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

Reforçando as ideias que já foram referidas, o governo deve potenciar as FADM em recursos necessários para uma preparação adequada (formação e treino adequados) e

continua em todos níveis (oficiais, sargentos e praças) para poderem corresponder as exigências e solicitações que venham a surgir.

Em paralelo devem se ser reequipar as FADM e melhorar a situação logística de forma a garantir as condições mínimas necessárias aos militares para o cumprimento das missões. Em termos de formação e treino é necessário adequá-los e orientá-los para as novas formas de atuação perante este tipo de agentes (terroristas, traficantes, etc.) e, garantia de segurança das fronteiras terrestres e costa marítima de forma a controlar a imigração ilegal e pirataria marítima.

Por parte do governo Moçambicano, há uma necessidade de fazer uma análise e estudo minucioso ao nível interno e externo e, traçar políticas mais favoráveis a fazer face as ameaças caso surjam, apostar na formação de quadros nacionais nas áreas de exploração dos recursos para que possam minimizar a dependência externa e, este é também uma forma de contribuir para a segurança nacional.

G.5.6 – Entrevista ao Coronel Virgílio Mairosse

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Virgílio Mairosse Mucopela

Cargo/Função (Moçambique): Chefe do Gabinete de Planeamento e do Instituto Superior dos Estudos de Defesa (ISEDEF) em Maputo

Posto/Cargo (Atual): Coronel/Doutorando na área das Ciências de Educação na Universidade Lusófona de Lisboa

Data: 20/03/2015, Lisboa

Suporte: Gravação

1. Que estratégias e linhas de ação são levadas a feito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?

No âmbito da Política de Defesa e Segurança (PDS) da SADC, com vista a garantia de segurança regional, são levadas a feito as seguintes estratégias:

Desenvolver capacidade regional de intervenção em conflitos e contribuir para a arquitectura da paz continental; realizar avaliação regular da situação da segurança regional e, definir e identificar questões de interesse comum, bem como as ameaças a segurança da região; formular políticas regionais sobre a reintegração de ex-soldados desmobilizados e em especial ex-crianças-soldados; desenvolver e operacionalizar medidas que fomentam a confiança na região para a prevenção, gestão e resolução de conflitos.

Essas estratégias são operacionalizadas através das seguintes ações: Consolidação e operacionalização da SADC Standby Force (SSF); os Estados membros disponibilizam recursos materiais (equipamentos), humanos (pessoal) e financeiros para manter e sustentar a SSF, garantindo o treino contínuo, prontidão e torna-la eficaz e proficiente; elaboram um memorando de entendimento com vista a livre circulação de forças durante os exercícios ou operações.

Moçambique contribui cumprindo com todas regras e obrigações dos Estados membros da SADC e, na prática participa em missões de apoio a paz na região, no continente e no mundo (ex: participação no Burundi, no Congo, Comores, Timor, etc.)

2. Quais são os principais desafios e ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC?

Os desafios a segurança de Moçambique e da região da SADC são vários, entre eles destacam-se os seguintes: O desenvolvimento de políticas e capacidades para garantir que a região mantenha unidades treinadas e prontas a intervir em operações de apoio a paz no âmbito da União Africana (UA) e da ONU, os conflitos armados dentro dos Estados membros, terrorismo, pandemias de HIV e SIDA, pirataria marítima, migração ilegal, proliferação do tráfico ilícito de armas e tráfico de seres e órgãos humanos.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

A exploração dos recursos energéticos “hidrocarbonetos” em Moçambique poderá certamente ter implicações na segurança nacional e na região da SADC nos seguintes moldes: Criar cobiça por parte das grandes multinacionais que afinal de contas são suportadas pelas respectivas potências económicas e militares. Essas potências podem se aproveitar dos pequenos conflitos políticos, tribais internos para fomentar a instabilidade político-militar no país, o que exigirá esforços adicionais tanto ao nível interno como da região para controlar e resolver a situação e, desta forma conseguirem fazer uma exploração desregulada dos recursos em função dos seus interesses.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão advir ou potenciar-se em prol do processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Conforme referido na pergunta 3, poderão surgir cobiça por parte das grandes multinacionais as quais poderão contribuir para causar-se conflitos internos, mas também poderá aumentar a imigração ilegal agregada aos diversos tipos de criminalidade como o crime organizado, tráfico de droga, tráfico de armas, seres humanos e órgãos, etc.

5. Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

Com a exploração pacífica dos recursos em ambiente de paz e segurança, boa negociação entre o governo moçambicano e as multinacionais intervenientes neste processo, conjugado com boa política interna de distribuição dos ganhos divisas resultantes da exploração dos recursos, poderão haver significativas ganhos e oportunidades para as FADM designadamente, aquisição de recursos financeiros necessários para a sua profissionalização e reequipamento de forma a garantirem eficazmente a defesa da integridade territorial e, por sua vez garantirem segurança a estes mesmos recursos.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?

A segurança e fiscalização da extensa faixa costeira e águas interiores de Moçambique são garantidos pela Marinha de Guerra de Moçambique, Guarda costeira de Moçambique (integrada no Ministério do Interior) e, a cooperação alguns países com capacidade para o efeito, entre eles Portugal.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

As FADM devem primar pela formação e capacitação dos seus recursos humanos (oficiais, sargentos e praças), para permitir a sua profissionalização à medida das novas exigências de defesa da pátria e seus recursos do subsolo, mar, rios e fauna florestal.

G.5.7 – Entrevista ao Coronel Gonçalves Muiambo

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Gonçalves Muiambo

Cargo/Função (Moçambique): Coordenador da área do Ensino de Estratégia do Instituto Superior dos Estudos de Defesa (ISEDEF) em Maputo

Posto/Cargo (Atual): Coronel/doutorando na área das Ciências de Educação na Universidade Lusófona de Lisboa

Data: 20/03/2015, Lisboa

Suporte: Gravação

1. Que estratégias e linhas de ação são levadas a feito no âmbito da Política de Defesa e Segurança da SADC para garantir a segurança regional e, de que modo Moçambique contribui através das FADM?

Moçambique tornou-se membro da então SADCC e atual SADC após a Independência Nacional e, desde lá vem sendo adotadas estratégias com vista a garantir a segurança na região e operacionalização da defesa e segurança mútua. Moçambique tem participado através das FADM fazendo parte das Forças de Defesa da região da SADC e têm participado em várias missões regionais e internacionais no âmbito de manutenção de paz.

2. Quais são os principais desafios e ameaças à segurança em Moçambique e na região da SADC?

Neste momento o principal desafio de Moçambique em termos de segurança é garantir a estabilidade e paz ao nível interno e de seguida ao nível externo com os países vizinhos, na medida em que não há ameaça externa previsível se não ao um conflito interno, “político”.

Ao nível da região os problemas que surgem entre países vizinhos, inclusive dentro da região da SADC devido a posse de terreno ou recursos (por exemplo a situação bem mais recente do Malawi com a Tanzânia pela disputa do Lago Niassa, cuja parte pertence a Moçambique), isto pode eclodir num problema que venha submeter todos países vizinhos e em último caso a região.

Outro desafio prende-se com a falta de meios e recursos humanos e materiais para a fiscalização da costa marítima e espaço aéreo, de forma que se consigam controlar ações ilícitas como o terrorismo, crime organizado, imigração ilegal, etc.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Partindo do princípio de que onde há recursos todos querem lá ir, porque sabem que haverá algo a aproveitar, realmente haverá implicações, sendo uma delas a promoção de conflitos internos por agentes externos interessados em explorar os recursos caso não sejam legitimados a fazê-lo legalmente. A montante e mais especificamente em relação aos recursos, grandes ameaças poderão advir da violação de recursos, exploração inapropriada, furto ou roubo de recursos que por sua vez podem levar a um conflito.

Moçambique deve adotar políticas de prevenção para que esse tipo de situações não aconteçam e ao nível da SADC, deve constituir preocupação para todos países membros porque acontecer num certo país irá afetar a todos certamente.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão advir ou potenciar-se em prol do processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Riscos são vários, um deles prende-se com os apoios em termos recursos financeiros, materiais e humanos que Moçambique necessita para poder avançar com este processo pois, porque o país não dispõe desses meios e em caso de não os ter poderá fracassar. A montante desses apoios podem surgir também conflitos de interesses conflito de interesses dos intervenientes (indivíduos, entidades, organizações, etc.) que se não conseguirem satisfazer seus interesses pelas vias legais, poderão recorrer aos meios ilícitos pondo em causa a segurança do país e da região.

Outro risco que tem de ser acautelado é da economia moçambicana e o desenvolvimento passar a depender apenas do sector de exploração mineira, porque em caso alguma de alguma alteração no mercado petrolífero, o país vai automaticamente a baixo, no entanto, há uma necessidade se investir também noutros sectores.

5. Quais as oportunidades para as FADM, que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

As oportunidades são várias dependendo da vontade política, mas uma das mais importantes seria fortificar as FADM porque agora estão fragilizadas em termos logísticos, de equipamentos, recursos humanos e outras áreas. A título de exemplo as FADM se circula com carros são com base nas ofertas e não de aquisição, o armamento é todo antigo, e mais outras variadíssimas coisas.

Portanto há que mudar essa política de depender dos donativo eternos e investir-se nas FADM, melhorar as condições dos seus recursos humanos em termos de salários, equipamentos e condições sanitárias, porque o militar precisa sentir identificado com a instituição para que serve e para isso deve conferir-lhe as mínimas condições necessárias para cumprir eficazmente as suas missões e contribuir para a segurança, reforçando a sua capacidade combativa e interventiva.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, de que modo Moçambique tem materializado a segurança à sua costa marítima?

Realmente a faixa costeira moçambicana é muito longa mas isto não limita que as FADM consigam controlar essa costa, na medida do possível e com os meios que tem. Há forças distribuídas ao longo de toda costa para garantir a fiscalização embora com

exiguidade dos meios tem sido feito um grande esforço para garantir segurança da costa e das águas interiores através das FADM e mais especificamente pela Marinha.

Recentemente As FADM receberam apoios em barcos com vista a fiscalização da costa marítima. Moçambique também tem contado com o apoio de alguns países no âmbito da cooperação, como Portugal, África do Sul, França, e também dos países que tem acesso ao mar através da costa moçambicana, como o Zimbabwe, Malawi e Zâmbia.

Moçambique não tem meios para controlar a costa marítima permanentemente e isto pode constituir um perigo devido entradas e saídas que não poderão ser controladas ou seja imigração ilegal que esta também é verificada nas fronteiras terrestres.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

A estratégia fundamental é a estabilização da paz, pois só com a paz é que poderão desenvolver quaisquer que sejam as actividades. Segundo, devem se criar condições nas FADM para incentivar jovens e quadros a ficarem nas fileiras e de modo que possam ter capacidade em termos de recursos humanos ao nível das exigências que lhes são feitas, com formação e domínio técnico necessários.

Ao falar das condições a criar há que salientar as questões salariais e em especial para a classe das praças que devem ser melhoradas e adequarem-se ao custo de vida em Moçambique e, criar meios próprios que se adequem as missões que possam surgir em prol desse processo. Para que as estratégias sejam criadas e se materializem, há que criar condições para as FADM.

G.5.8 – Entrevista ao Major Ricardo Cristo

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Ricardo Alexandre de Almeida Gomes Cristo

Cargo/Função (CTM): Assessor técnico do Projecto 3 da Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e a Academia Militar Samora Moisés Machel em Moçambique

Posto/Cargo (Atual): Major, Professor de Geografia, Sistemas de Armas de Manobra e Tiro, Sistemas de Armas de Infantaria, Elementos de Armamento e Estratégia

Data: 19/03/2015, Lisboa

Suporte: Gravação

1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?

A Segurança é um estado de espírito na medida em que as pessoas precisam ter o sentimento de segurança para que possam desenvolver as suas actividades cotidianas livremente. Extrapolando-se o conceito para o universo da SADC, enquanto comunidade que visa a prossecução do interesse geral dos Estados, por sua natureza, vai ao encontro da segurança como sentimento político em que a própria política procura manter a conservação da sociedade política dos Estados membros num sentimento e estado de segurança, progresso e bem-estar.

O sentimento de segurança reside na liberdade de circulação de pessoas e bens, ausência de conflitos e tensões. Analisando a situação atual em Moçambique pode-se dizer que o sentimento de segurança não tem sido bem conseguido por razões políticas nomeadamente as ações levadas a efeito por determinados partidos políticos criando clivagens internas que resultam num estado de insegurança e por sua vez reflectem-se para a região da SADC, mas de forma geral ao nível regional região pode-se dizer que o ambiente é seguro.

Um dos grandes problemas que se tem verificado em quase toda a África Austral e que se reflete na própria segurança, é que não tem havido uma administração judiciosa dos recursos e estes não têm sido utilizados da melhor forma em prol do desenvolvimento da sociedade. Deste universo Moçambique não é exceção na medida em que se segundo os relatórios das Nações Unidas, continua com índices de desenvolvimento humano muito baixos, população com graves carências de infraestruturas e serviços básicos embora seja rico em recursos naturais.

2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?

Uma ameaça é uma ação que pode estar a acontecer ou previsível de acontecer e que possa por em causa a consecução dos objetivos nacionais e, neste caso concreto a exploração dos recursos naturais energéticos. Desta forma, entre várias ameaças para a segurança de Moçambique e da região da SADC, destacam-se as seguintes:

- Dissidências internas ao nível da política
- Imigração ilegal, agregada aos índices de criminalidade. É necessário criar se mecanismos e capacidades para proteger a enorme costa marítima e reduzir a vulnerabilidade das fronteiras terrestres de modo a minimizar o fenómeno de imigração

ilegal, pesca industrial ilegal, pirataria marítima tráfico de drogas, tráfico de órgãos e seres humanos, tráfico de armas, terrorismo, exploração ilegal de mão-de-obra, etc.

- De forma indirecta o tribalismo (diversidade étnica com diferentes hábitos sociais)

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Para poder se fazer a exploração dos recursos em prol duma sociedade tem de haver segurança. Há um grande projecto que está a ser desenvolvido no norte de Moçambique na foz do rio Rovuma com vista a exploração do gás natural por vários países (EUA, Índia, China, etc.). Outro projecto já a operar é o da exploração de carvão mineral em Tete pela empresa brasileira (Vale), produz do melhor carvão que há (carvão que dá para produzir aço), que se pode assumir que é cobiçado pelos países produtores de aço e isto pode trazer ameaças como:

- A cobiça e interesses pelas grandes potências económicas mundiais.
- A má gestão dos recursos em função de benefícios e interesses pessoais
- A ingerência de potências estrangeiras no seio da política interna para defender interesses dessas mesmas potências, depauperando os recursos e não deixar as sociedades locais progredirem socialmente;

Portanto, se houver uma exploração judiciosa dos recursos e os investimentos obtidos deste processo forem bem aplicados em prol do desenvolvimento da sociedade, a segurança por sua vez aparece ou seja, as pessoas deixam de ter necessidade de roubar, ser facilmente influenciáveis e recorrer a esquemas conotados a corrupção porque são bem pagas e as verbas são bem aplicadas. Contudo é enorme a implicação do processo de exploração dos recursos para a segurança pois, desde que seja judiciosamente aplicado por sua vez muda mentalidades

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Imigração ilegal, pirataria marítima, tráfico de seres e órgãos humanos, o bandidismo e o crime organizado, seja externo (grupos armados formados por elementos externos a Moçambique) ou interno (por elementos dentro de Moçambique) que visam os seus lucros pessoais através do roubo e saque dos recursos. Por último, pode ser equacionada a hipótese de mudança de mentalidades e emergência do extremismo islâmico e terrorismo, caso o estado Islâmico entenda que Moçambique está dentro da sua esfera de influência devido o fato do norte de Moçambique ser essencialmente muçulmano.

5. Quais as oportunidades para as FADM que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

Qualquer exploração de recursos, neste caso concreto dos hidrocarbonetos, requer protecção para evitar o saque, o roubo e a pirataria. As FADM têm a incumbência de proteger esses recursos pois é com boa segurança que poderá haver uma exploração judiciosa e benéfica para o país.

Uma das oportunidades e mais importante para as FADM em prol do processo de exploração dos recursos energéticos, é a possibilidade do Governo moçambicano aproveitar os benefícios da exploração dos recursos para investir mais nas FADM, reequipá-las, criar indústrias de transformação da matéria-prima e de defesa para o fabrico de equipamentos (utilizando os recursos que o país tem) para as suas Forças Armadas como também poderá vender para outros países. Desta forma poderá diminuir a dependência externa para obtenção desses equipamentos como também irá potenciar a economia e torna-la mais competitiva com a comercialização dos mesmos.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?

Para começar, a marinha de moçambique é um dos ramos das FADM que esta muito depauperado ou quase inexistente. A marinha necessita de ter meios e equipamentos adequados para garantir protecção da costa marítima (não precisa ter navios de capacidade oceânica de projecção, basta apenas navios de patrulha de costa com armamento ligeiro e técnicos para operarem esses meios) e, um enquadramento jurídico para atuar.

Portanto Moçambique tem adotar medidas para combater a pirataria no alto mar e pesca ilegal, e outro desafio prende-se com a criação mecanismos através da marinha e Força Aérea para garantir a busca e salvamento no alto mar. Moçambique deve aproveitar a capacidade e experiência que outros países têm e em particular Portugal (tem um grande Know how na área de segurança marítima) para adquirir essas ferramentas e conhecimentos através da cooperação.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

As estratégias encontram-se definidas num documento legal que não se pode revelar porque não foi publicado público pelo simples fato de ainda estar em estudo

modificações e ajustamentos, é um documento semelhante ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional em Portugal (Em termos das linhas de ação prendem-se com criação dum quadro legal que permite a atuação das FADM).

Mas, as FADM poderão ter um papel fundamental na proteção das áreas de exploração mineiras, garantir segurança as infra-estruturas e as pessoas que lá trabalham, na medida em que Moçambique não tem forças policiais tecnicamente preparadas e com capacidade de conferir cobertura e segurança para essas áreas, mas as FADM estão preparadas, apenas devem ser treinadas, mentalizadas e orientadas nesse sentido de proteger os recursos.

As FADM poderão também ter uma presença ativa no processo de exploração dos recursos naturais através dos seus engenheiros militares e, esta presença pode também evitar outros problemas como o desvio dos recursos para o mercado negro (mercado paralelo que faz desaparecer clandestinamente vários de minérios).

G.5.9 – Entrevista ao Major Roberto Mariano

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Roberto Martins Mariano

Cargo/Função (CTM): Adjunto do Diretor técnico na acessória permanente do Projecto 3 da Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e a Academia Militar Samora Moisés Machel em Moçambique

Posto/Cargo (Atual): Major/Professor de Tática de Infantaria, Sistemas de Armas de Infantaria, Ética e Liderança e Pedagogia de Educação Física.

Data: 20/03/2015, Lisboa

Suporte: Gravação

1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?

Moçambique é país enorme, com muitos espaços desabitados e difíceis de controlar o que se passa nesses locais. Moçambique tem um Estado que felizmente não é fraco, é presente, funcional e a sociedade aceita-no mas, tem as suas fragilidades resultantes da organização e formação das Forças de Segurança e das próprias Forças Armadas e decorrentes da guerra civil.

A dimensão do país tem imposto sérias dificuldades para o governo moçambicano em garantir a segurança em todo o país através das suas Forças de Segurança e das próprias

FADM associada a escassez de recursos humanos e materiais que o governo moçambicano tem para fazer face a todas as solicitações e, desta forma, torna Moçambique um país onde poderá ser relativamente fácil para grupos, indivíduos ou agentes menos escrupulosos se instalarem de forma clandestina e operarem não necessariamente em Moçambique mas, noutros lugares da região da SADC. Pode-se ponderar também a possibilidade de surgirem dissidências internas devido as diferenças étnicas e por em causa a segurança.

2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?

Devido a permeabilidade das fronteiras e costa marítima, falta de mecanismos para controlá-los torna a imigração ilegal o principal desafio à segurança de Moçambique e regional, na medida em que a entrada de pessoas em busca de novas oportunidades provenientes de países onde não há paz e sossego, pode permitir grupos, indivíduos ou agentes criminosos a se instalarem no país.

A pobreza também constitui um desafio para Moçambique, a falta de infra-estruturas, formação satisfação de necessidades básicas que sujeita as pessoas a viverem em situações muito precárias e isto reflecte-se na segurança, porque pessoas mais esclarecidas são mais susceptíveis as influências corruptas.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

A falta de força do governo dum país faz com que as grandes potências e multinacionais que estão envolvidas no processo de exploração dos recursos, façam esta exploração mas sem fazer a partilha de dividendos de forma igual com o país detentor dos recursos. A presença dos recursos (gás e carvão) pode ser a galinha dos ovos de ouro (fonte de rendimento) e se assim for, irá potenciar a economia e será no sentido de desenvolver o país.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique1?

Poluição, devido a falta de controlo por parte do governo moçambicano que podem resultar no incumprimento das regras por parte das potências e multinacionais envolvidas no processo.

Outra ameaça é a extração desmesurada dos recursos, ou seja fazer uma extração rápida, sem controlo e para além daquela que o governo desejaria devido a falta de fiscalização do governo, ou ainda, a exploração desregulada dos recursos naturais, por

exemplo a exploração de madeira, por organizações e entidades clandestinas resultante da falta de controlo por parte do governo moçambicano.

5. Quais as oportunidades para as FADM que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

As FADM estão neste momento numa fase de crescimento, reestruturação e reequipamento e, uma das grandes dificuldades para a materialização deste objetivo é a insuficiência de oficiais quadros com formação para se adequarem as novas realidades, isto porque maior parte deles têm formação e experiência mas em ambiente muito específico. No entanto tem sido adotadas medidas para contrapor essa situação, por exemplo com a implementação da Academia Militar.

No caso concreto dos recursos, vão reduzir a dependência externa do país e, não vai ser necessário importar esses recursos (carvão e gás) e, o governo moçambicano poderá encaminhar essas divisas que seriam para aquisição desses recursos, para poder investir, desenvolver e modernizar as Forças de Segurança bem como as próprias FADM. Por outro lado a comercialização dos recursos irá potenciar a economia e aumentar as receitas do país.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?

A marinha de guerra moçambicana é quase inexistente, no entanto face a sua enorme extensão costeira, há uma necessidade de ter uma guarda costeira robusta, com meios para garantir protecção contra ações ilícitas e consequentemente garantir a segurança. Moçambique não tem recursos materiais e humanos para a fiscalização da sua costa, e isto torna permeável a exploração ilegal dos recursos hídricos, atos criminosos como o tráfico de drogas, pirataria que por sua vez põem em causa a segurança do país e da região.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

Tem de haver uma sincronização dos meios e esforços das forças de segurança e militares para permitir a rentabilização dos meios de que Moçambique dispõe (que são insuficientes) e, agir em comum de forma a colmatar as falhas uns dos outros e reforçarem-se para conseguirem minimizar os riscos e ameaças que possam surgir para a segurança.

Podem colocar-se as FADM a controlarem as regiões mais apetecíveis a atos criminosos de for que se possam detetar esse tipo de ações o mais precoce possível e, seria também uma forma de dissuadir a exploração dos recursos naturais de forma clandestina.

G.5.10 – Entrevista ao Tenente-Coronel Proença Garcia

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Francisco Proença Garcia

Cargo/Função: Professor convidado do “Instituto de Estudos Políticos” da Universidade Católica Portuguesa e docente no ISCTE

Posto/Cargo (Atual): Tenente-Coronel

Data: 24/04/2015, Lisboa

Suporte: Gravação

1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?

Atualmente a situação em Moçambique é de insegurança, a população vive na incerteza do que poderá ser o desfecho das negociações políticas entre a Renamo e o governo, entretanto há uma necessidade de se estabelecer a paz e estabilidade internas.

2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?

O principal desafio para a segurança em Moçambique é garantir a estabilidade e crescimento socioeconómico, garantindo que a riqueza é equitativamente distribuída pelas populações, criar infraestruturas, escolas, emprego, etc.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Vai tornar mais apetecível a disputa das fronteiras (Zonas fronteiriças com recursos), necessidade de acesso ao mar pelos países da interland (Zimbabwe, Malawi e Zâmbia).

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique1?

Poderão se incrementar tráficos de variada ordem, crime organizado, exploração selvagem dos recursos, fora do controlo do Estado, como acontece atualmente com a madeira, exploração ilegal, do garimpeiro, oque é prejudicial para a população e do Estado e beneficia apenas os grupos criminosos.

5. Quais as oportunidades para as FADM que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

Oportunidades para as FADM, nas suas missões devem colaborar para a segurança humana, garantir a segurança dos pontos e infraestruturas críticos, principais corredores de escoamento dos recursos (carvão e gás) para isso é necessário adquirirem meios navais aéreos para garantir segurança marítima na bacia do Rovuma contra a pirataria marítima. Portanto, o governo Moçambicano poderá aplicar os dividendos resultantes da exploração dos recursos, para reequipar e melhorar condições logísticas e financeiras das FADM. A nível terrestre as FADM podem colaborar com as instituições privadas que lá estão para garantir segurança aos pontos críticos.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?

Ter meios aéreos e navais suficientes de controlo e intervenção. Meios que para a fiscalização da costa marítima e meios que permitam intervir onde houver incidentes. Sendo assim é necessário ter meios aeronavais para vigilância e intervenção na costa marítima, tropa bem treinada e bem paga para não participar em ações criminosas.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

Olhar para o Conceito estratégico e ver o que querem e se é preciso reformula-lo ou não. A grande prioridade é garantir a estabilidade e segurança internas, porque se não houver segurança interna no país poderão criar-se economias vinculadas ou seja, isolarem-se as zonas com recursos e serem explorados de forma irregular e ilegal, enquanto o resto do país está em conflito.

Portanto o grande desafio das FADM é garantir a segurança interna e distribuição da riqueza, garantir que não haja pilhagem dos recursos. A tropa tem de ter o apoio da definição da Ação Estratégica do Estado, o aconselhamento do Comandante em Chefe sobre a segurança, sobre o emprego dos meios militares em benefício da população e da segurança. De maneira que se vai haver mais dinheiro pode se criar mecanismos e recursos para garantir o emprego e colaboração das FADM em benefício da população e desenvolvimento socioeconómico.

Com a exploração dos recursos, passa haver mais dinheiro e, se houver dinheiro tem de se garantir os meios necessários para garantir a estabilidade no país e para que possa crescer. Portanto, tem de haver boa formação dos quadros, dos oficiais, fornecer-lhes boas condições salariais para evitar que estejam vulneráveis a acções de corrupção, evitar que haja instabilidade nas zonas fronteiriças, evitar a pirataria e exploração ilegal e irregular dos recursos.

G.5.11 – Entrevista ao Tenente-Coronel Víctor Cipriano

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Victor Manuel Cipriano

Cargo/Função: Comandante do 1º batalhão de Alunos da Academia Militar

Posto/Cargo (Atual): Tenente-Coronel de Infantaria

Data: 02/05/2015, Lisboa

Suporte: Email

1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?

Em virtude da eterna instabilidade política vivida internamente, com sistemático recurso cíclico à luta armada, o ambiente sentido é de segurança incerta, o que não cativa ao investimento externo no país e, simultaneamente, contrai o investimento particular interno. Além disso, em resultado dessa instabilidade interna fica o próprio país sujeito às ameaças externas que poderão surgir em virtude da descoberta e exploração de novos recursos naturais.

A região do SADC de um modo geral vive um ambiente de segurança aceitável que propicia novos investimentos, porém, os sistemas políticos-sociais nesses países acabam por não cativar de forma generosa o investimento do seu maior parceiro comercial, ou seja, a União Europeia.

2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?

As principais ameaças/desafios de Moçambique são precisamente a sua instabilidade político-social que poderá tornar Moçambique num Estado frágil perante alguns parceiros do SADC que estarão a disputar a exploração dos emergentes recursos naturais, designadamente a Tanzânia na região do Rovuma.

A principal ameaça para a região do SADC como em todo o continente africano é certamente a instabilidade regional do Norte de África.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Como foi dito, o surgimento desses recursos e a impossibilidade de Moçambique em ter capacidade de explorá-los de forma autónoma, torná-lo-ão vulnerável perante outros Estados, nomeadamente, os próprios parceiros do SADC e os países emergentes, tais como, China e o Brasil, que procuram atingir os seus objetivos estratégicos de desenvolvimento.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Já respondido anteriormente

5. Quais as oportunidades para as FADM que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

As FADM deverão estar preparadas para garantir a soberania nacional face às potenciais ameaças externas, assim como, garantir a segurança interna para se atingir a estabilidade política que permitirá ao Estado garantir Segurança e Desenvolvimento. Portanto se bem gerido os benefícios dos recursos poderão contribuir para a criação dessas capacidades das FADM.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?

As FADM deverão ter capacidade de fiscalização e materializar a soberania nacional em toda a sua ZEE, para o efeito a sua marinha deverá ser totalmente reequipada e requalificada. Acresce ainda a necessidade de uma Força Aérea e dum Exército que complementarize toda essa fiscalização e materialização da soberania, quer no mar, quer na faixa costeira.

7. Que estratégias e linhas de ação poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

As FADM devem passar por todo um processo de modernização dos seus quadros, requalificando-os. Devem igualmente reestruturar-se e reequipar-se tornando-se numas FFAA modernas e com elevado nível operacional, condição sem a qual será impossível conter as ameaças e exercer a soberania nacional que lhes é pedida.

G.5.12 – Entrevista ao Coronel Batalha da Silva

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Carlos Manuel Alves Batalha da Silva

Cargo/Função (CTM): Diretor do Núcleo Conjunto de Coordenação na Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Moçambique

Posto/Cargo (Atual): Chefe da Área de Recursos do CCOM/EMGFA

Data: 29/04/15, Lisboa

Suporte: Email

1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?

Não existe uma estabilidade total mas também não existe uma situação de instabilidade declarada.

Existem focos de tensão, quer interna quer em alguns países da sub-região, que poderão evoluir para situações de conflito, inclusivamente armado.

2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?

O Terrorismo, uma vez que a liberdade de acesso e a identidade de Moçambique como uma democracia podem tornar o país um alvo do terrorismo internacional; a proliferação de armas de destruição maciça; a criminalidade transnacional e nacional organizada; a cibercriminalidade; a pirataria, não só pela dependência energética e alimentar e pela importância do transporte marítimo para a economia nacional, mas também pelas crescentes responsabilidades nacionais na segurança cooperativa dos recursos globais; doenças, como o HIV/SIDA; combate às pilhagens de recursos naturais em terra, no subsolo e no mar; a insegurança social, pela falta de emprego e apoio social pode também constituir-se um elemento potenciador de tensões e conflitos.

Estas ameaças e desafios são comuns aos países da região, até porque alguns desses países dependem de Moçambique para terem acesso ao mar.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Se por um lado irá contribuir para o aumento da riqueza do país, estes recursos são, por vezes, fonte potenciadora de cisão entre os que controlam os ganhos da sua exploração e os que o desejavam, facto que poderá originar alguma instabilidade interna e, consequentemente, na sub-região.

4. Que riscos e ameaças à segurança de Moçambique e da Região da SADC poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo de exploração de recursos energéticos em Moçambique1?

Tensões entre os exploradores/controladores dos lucros e os que, não dispondo dessa capacidade, se acham no direito de usufruir desses lucros, o que poderão originar conflitos armados;

As plataformas são alvos remuneradores dos terroristas;

Aumento de cidadãos estrangeiros afectos ao negócio destes recursos, direta ou indiretamente, que irão enfraquecer o controlo da segurança;

Delapidação dos recursos.

5. Quais as oportunidades para as FADM que poderão surgir da exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” de Moçambique?

Afirmação das FADM como garante da segurança nacional e salvaguarda dos seus recursos, designadamente através do desenvolvimento da Marinha de Guerra de Moçambique.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?

Salvaguarda dos recursos piscatórios, designadamente crustáceos e atum, bem como a segurança das plataformas de exploração de hidrocarbonetos, possíveis alvos de atentados; para além do tráfico de armas e estupefacientes face à dificuldade de controlar uma extensa costa apetecível para o desembarque e manuseamento destes produtos.

7. Que estratégias e linhas de acção poderão as FADM delinear e operacionalizar de modo a se adequarem e fazerem face aos possíveis riscos e ameaças à segurança nacional e regional que possam surgir ou potenciarem-se, em prol do processo de exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” em Moçambique?

Potenciar a sua marinha de guerra para vigilância do seu espaço marítimo;

Potenciar a sua Força Aérea para a vigilância do seu território (terrestre e marítimo), bem como para a projecção de forças para as várias zonas do Território Nacional para a

Desenvolver as capacidades de Busca e Salvamento aéreo e marítimo;

Organizar as suas Forças Armadas de forma a possuir adequada presença terrestre dissuasora e forças projetáveis com elevada capacidade de combate e de resposta imediata.

G.5.13 – Entrevista à Embaixadora de Moçambique em Portugal – Fernanda Lichale**Identificação do Entrevistado****Nome Completo:** Fernanda Lichale**Cargo/Função (Atual):** Embaixadora de Moçambique em Portugal**Data:** 7/05/2015, Embaixada de Moçambique em Portugal**Suporte:** Gravação**1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?**

Em termos globais, a avaliação da segurança regional é positiva isso resulta do da coordenação entre países no contexto do órgão de Defesa e Segurança da SADC e, Cooperação bilateral nesta área entre os países da região que partilham a fronteira comum.

Portanto não se vislumbra nenhuma ameaça militar de um Estado da região contra outro. Há esforços conjuntos para estancar as ameaças à segurança protagonizadas por criminosos, como são os tráficos de droga, tráfico de pessoas, tráfico de armas, pirataria, raptos, etc.

Ao nível interno pode-se dizer que há uma relativa estabilidade de segurança se se comparar com o nível de segurança efectiva noutros países. Todavia é de referir que o fato de um partido político na oposição ser detentor de armas, bem como a entrada maciça no país de estrangeiros que atuam fora do controlo do governo e o incremento dos crimes físicos e psicologicamente violentos nas cidades (raptos e assassinatos), constituem uma preocupação do governo do Estado.

2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?

As principais ameaças, quer no país quer na região são de modo geral as seguintes:

- O crescimento demográfico descontrolado e maior concentração populacional nos centros urbanos, a pobreza absoluta e o elevado nível das desigualdades sociais
- O crime organizado transfronteiriço.

Os principais desafios para o país são os seguintes:

- Equipar o país com sistemas de defesa e segurança modernos capazes de identificar as causas e prevenir ou anular as ameaças através de ações integradas que comportam elementos políticos, económicos e sociais;

- Garantir uma melhor coordenação de políticas de segurança entre os países da região da SADC de modo a facilitar a colaboração entre as forças de segurança para responder as ameaças em tempo útil e com meios adequados;

- Desenvolver políticas de inclusão sociais e de desenvolvimento equilibrado com vista a reduzir a pobreza absoluta e as assimetrias regionais quer nos países quer na região no seu todo,

- Promover educação patriótica para a consolidação da unidade nacional e consciencialização sobre a identidade nacional e regional comum, construídas em torno dos países e da região da SADC.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

A exploração dos recursos naturais, em particular os hidrocarbonetos poderão ter as seguintes implicações para a segurança nacional e regional:

- Necessidade de maior controlo do Estado das actividades ao longo da costa para garantir segurança na exploração e transporte dos recursos naturais, bem como avaliar e monitorar os acidentes ambientais no mar;

- Reforço da marinha da guerra moçambicana em meios humanos matérias, em particular tecnologias d informação de informação e comunicação;

- Aumento do número d estrangeiros no país para trabalhar na indústria energética e nos sectores relacionados (restauração, transportes, etc.). Os estrangeiros transportam consigo hábitos que, não fazendo parte da nossa cultura e convivência, podem ameaçar a segurança nacional.

4. Que riscos e ameaças a Segurança de Moçambique e da Região da África Austral poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo da exploração de recursos energéticos em Moçambique1?

Os riscos e ameaças à segurança que podem surgir com a exploração dos recursos energéticos são:

- Surgimento de uma elite egoísta que partilha os lucros da exploração dos recursos com o grande capital (Investidores);

- Instabilidade interna e na região quando a distribuição dos proventos dos recursos não é equitativa ou não promove o desenvolvimento equilibrado;

- Aumento a corrupção e da máquina repressiva do Estado.

5. Até que ponto os recursos naturais e energéticos “hidrocarbonetos” poderão constituir-se em foco de conflitos e, por em causa a segurança nacional e da região da África Austral?

Os recursos podem constituir-se em foco de conflitos no país e na região se:

- Não reduzirem o fosso entre ricos e pobre no país e na região, criando condições básicas para as populações;
- Haver disputa entre países pelo mesmo recurso, principalmente nas zonas fronteiriças (a título de exemplo, a disputa entre Malawi e Tanzânia por causa do Lago Niassa) portanto, para Moçambique poderão surgir disputas onde há enormes jazigos de hidrocarbonetos.
- Não promoverem desenvolvimento nas regiões onde os recursos são retirados;
- Os investidores não pagam as mais-valias ou envolvem-se em esquemas de corrupção para pagarem pouco e de forma clandestina.

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?

Os desafios são:

- Garantir que os recursos do mar não sejam pilhados por estrangeiros;
- Evitar a poluição do mar por navios de passagem e pelas empresas que exploram os hidrocarbonetos no mar;
- Patrulhar a costa contra a pirataria marítima e o crime organizado que também usa as vias marítimas para o transporte de drogas, armas, pessoas, etc.

7. De que modo as FADM poderão contribuir para garantir uma adequada exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” num clima de segurança nacional e regional?

As FADM podem garantir a segurança em prol do processo de exploração dos recursos naturais da seguinte forma:

- Garantir o patrulhamento das fronteiras marítimas e terrestres, bem como dos projetos e zonas circundantes quando tal for necessário e;
- Continuar a fazer análise da situação, dos riscos ameaças à segurança nacional e, partilhar essa informação com outras forças de defesa e segurança dentro e fora do país de forma a garantir a devida atuação em tempo útil.

G.5.14 – Entrevista à Doutora Teresa Cruz e Silva

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Teresa Cruz e Silva

Cargo/Função: Professora e Pesquisadora

Posto/Cargo (Atual): Professora Catedrática (aposentada da UEM) com atividades de docência em part-time na UEM e pesquisa fora da UEM

Data: 25/05/2015, Maputo, Moçambique

Suporte: Email

1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?

Não trabalho com questões de segurança, mas parece-me que não é boa, se quisermos classificar a segurança no seu sentido mais amplo e tomando como exemplo países como o Malawi, Moçambique ou Zimbabwe.

No caso concreto de Moçambique, vive-se uma situação latente de conflito e uma sensação de insegurança permanente dada a situação política que se vive e falta generalizada de respeito pelos direitos humanos em várias esferas. Há outros países da região que vivem em situações semelhantes de instabilidade interna e insegurança militar.

2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?

A ameaça de doenças como HIV/SIDA, a ébola, má-nutrição, pobreza e suas consequências, pirataria, contrabando, tráfico de drogas e pessoas, e para países que são de trânsito mas que são também ameaças.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Primeiro, o crescimento da desigualdade sociais e económica a par e aparentemente contraditório com um crescimento económico rápido e uma economia dependente de recursos cujo preço no mercado internacional pode ditar a flutuação da economia do país, a exemplo do que sucede em Angola.

4. Que riscos e ameaças a Segurança de Moçambique e da Região da África Austral poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo da exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Migrações de populações, a nível interno e de fora para dentro, uma mobilidade populacional legal e ilegal com todos os riscos que isso possa trazer.

5. Até que ponto os recursos naturais e energéticos “hidrocarbonetos” poderão constituir-se em foco de conflitos e, por em causa a segurança nacional e da região da África Austral?

A exploração dos recursos pode ser um ponto de conflito pela desigualdade que a acumulação capitalista pode trazer internamente, os efeitos de um aumento da mobilidade populacional dentro da região onde as fronteiras são frágeis (imigração ilegal e suas consequências).

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?

Todos, já que não temos uma marinha organizada e sistemas de segurança e controle fiáveis para controlar os diversos crimes (no mar) e desastres ecológicos uma vez que o país não está preparado para controlar as multinacionais e o uso abusivo dos recursos naturais. A nível regional, se exceptuarmos a África do Sul, parece não haver meios técnicos e uma frágil cooperação para o controlo marítimo

7. De que modo as FADM poderão contribuir para garantir uma adequada exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” num clima de segurança nacional e regional?

Não posso responder porque não trabalho nestas áreas

G.5.15 – Entrevista ao Doutor Alberto

Identificação do Entrevistado

Nome Completo: Dr. Alberto

Posto/Cargo (Atual): Anónimo

Data: 5/05/2015, Lisboa

Suporte: Gravação

1. Como avalia a atual situação de segurança em Moçambique e na região da SADC?

Em Moçambique, tendo em vista o que tem ocorrido nos últimos anos, a situação é insegura, não há segurança, há uma situação de instabilidade devido aos desentendimentos das forças políticas. Ao nível da SADC pode-se dizer que vive-se numa situação estável.

2. Quais são os principais desafios e ameaças a segurança em Moçambique e na região da SADC?

Os principais desafios prendem-se com a criação da estabilidade interna, liberdade de expressão, irradicação da pobreza, analfabetismo, criminalidade, assaltos, assassinatos, contrabandos, etc. Ao nível da SADC prende-se com o fato dos países não conseguirem criar estabilidade dentro dos seus próprios países.

3. Que possíveis implicações terá a exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” na segurança de Moçambique e da SADC?

Se bem geridos trarão enormes vantagens e benefícios para o desenvolvimento do país contribuindo para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Do outro lado os interesses dos grandes grupos económicos que atuam em Moçambique na exploração dos recursos, podem constituir ameaça à segurança se puserem em causa ou contrariarem os objetivos do governo. Dependência do país dos grupos económicos internacionais para a prossecução do processo de exploração dos recursos.

4. Que riscos e ameaças a Segurança de Moçambique e da Região da África Austral poderão surgir ou potenciar-se devido ao processo da exploração de recursos energéticos em Moçambique?

Os nossos próprios recursos podem contribuir para a nossa insegurança, devido a cobiça, invejas e conflitos de interesses que possam surgir a volto dos mesmos seja ao nível interno como externo pelas grandes potências económicas.

As grandes potências económicas externas em função dos seus interesses podem influenciar e aproveitar dos descontentamentos internos para fomentar a instabilidade de forma a explorarem os recursos sem custos elevados.

5. Até que ponto os recursos naturais e energéticos “hidrocarbonetos” poderão constituir-se em foco de conflitos e, por em causa a segurança nacional e da região da África Austral?

Problemas sociais, má gestão, corrupção, centralização e má distribuição dos rendimentos provenientes do processo de exploração dos recursos, podem gerar descontentamento das populações e sentirem-se excluídos, havendo uma menor percentagem da população a beneficiar-se desses recursos (criação de elites económicas). Para o nível da SADC, poderá sofrer os efeitos da fragmentação que venham a surgir em Moçambique

6. Tendo em conta a extensa faixa costeira moçambicana e a ligação da exploração dos recursos ao mar, quais são os principais desafios à segurança marítima de Moçambique e da SADC?

No caso concreto de Moçambique, é necessário criar-se capacidades (recursos humanos e equipamentos adequados) para a defesa da costa na medida em que as FADM não estão essas capacidades. Também há que fortalecer os laços de cooperação com países que têm um *know-How* na matéria de segurança marítima bem como a colaboração com os países vizinhos e membros da SADC.

Com a criação dessas capacidades visa-se combater os crimes que ocorrem no mar como a pirataria, narcotráfico, tráfico de drogas, imigração ilegal., etc.

7. De que modo as FADM poderão contribuir para garantir uma adequada exploração dos recursos naturais energéticos “Hidrocarbonetos” num clima de segurança nacional e regional?

As FADM podem contribuir com a sua presença em zonas apetecíveis de ocorrer crimes como de furto ou pilhagem dos recursos, fiscalização e controlo das fronteiras e, em colaboração com as forças de segurança pública podem garantir a segurança das infra-estruturas e pessoas que nelas trabalham. Defender os pontos estratégicos, infra-estruturas e centros de aglomeração populacional, etc.

Apêndice H – Sistemas de Forças e os Serviços de Segurança da República de Moçambique

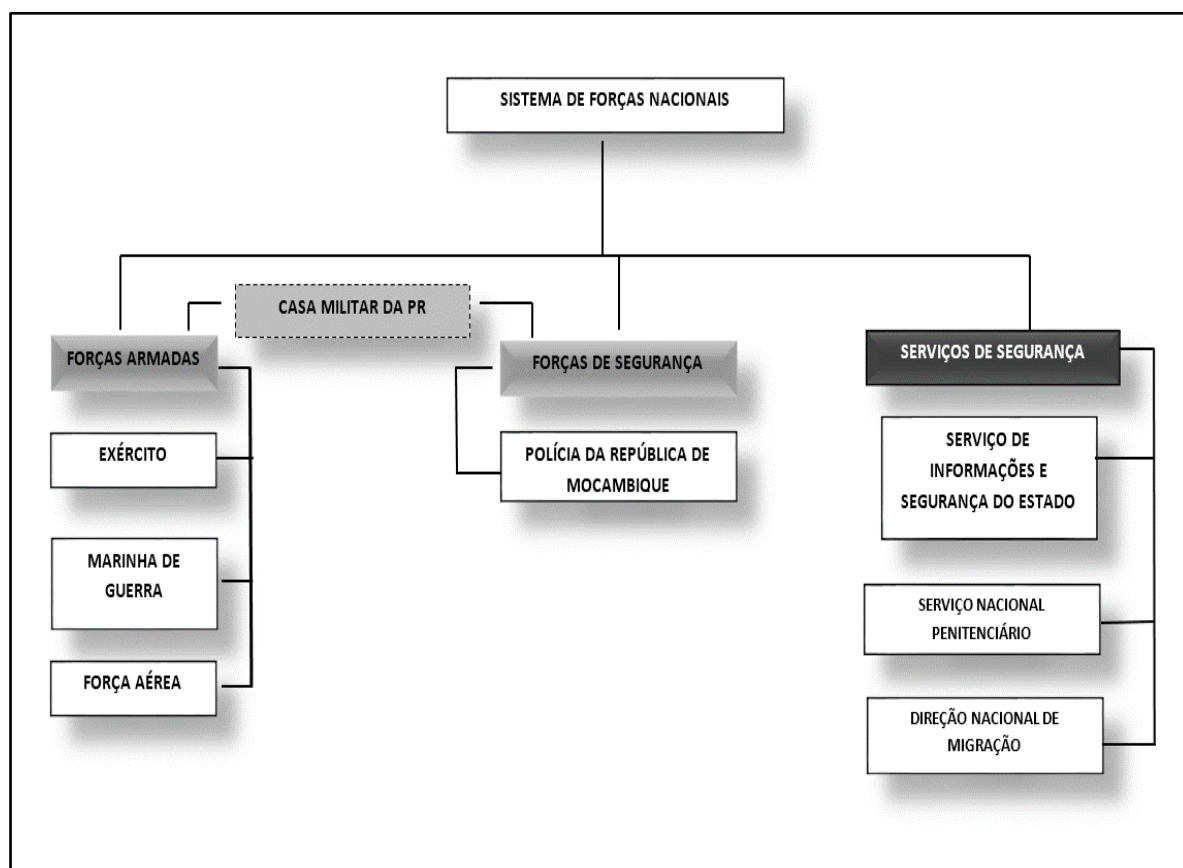


Figura n.º 12 – Apêndice H: Sistema de Forças e os Serviços de Segurança da República de Moçambique.

Fonte: Elaborado pelo autor/Adaptado de Assembleia da República (1997).

Anexos

Anexo A - Credencial do Gabinete do Adido de Defesa a Autorizar a Realização das Entrevistas e Recolha de Informação



EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE EM LISBOA

GABINETE DO ADIDO DE DEFESA

O Gabinete do Adido de Defesa junto a Embaixada da República de Moçambique em Portugal saúda a V. Excia e confere presente credencial ao Aspirante Aluno António Auneto Nhamutole, do 5º ano na Academia Militar de Lisboa, que se encontra no âmbito da Cooperação Técnico-Militar entre Moçambique e Portugal, a frequentar o mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, com vista a recolha de dados didático-pedagógico, legislação e outros documentos com informação que lhe permitam elaborar a sua dissertação para o fim do curso.

O Adido de Defesa

Celestino Ajaas

(Brigadeiro)

Lisboa, 07 de maio de 2015



Anexo B - Países Membros da SADC



Figura n.º 13 - Anexo B – Países Membros da SADC

Fonte: <http://www.sadc.int/member-states/>

Anexo C – Estrutura da SADC

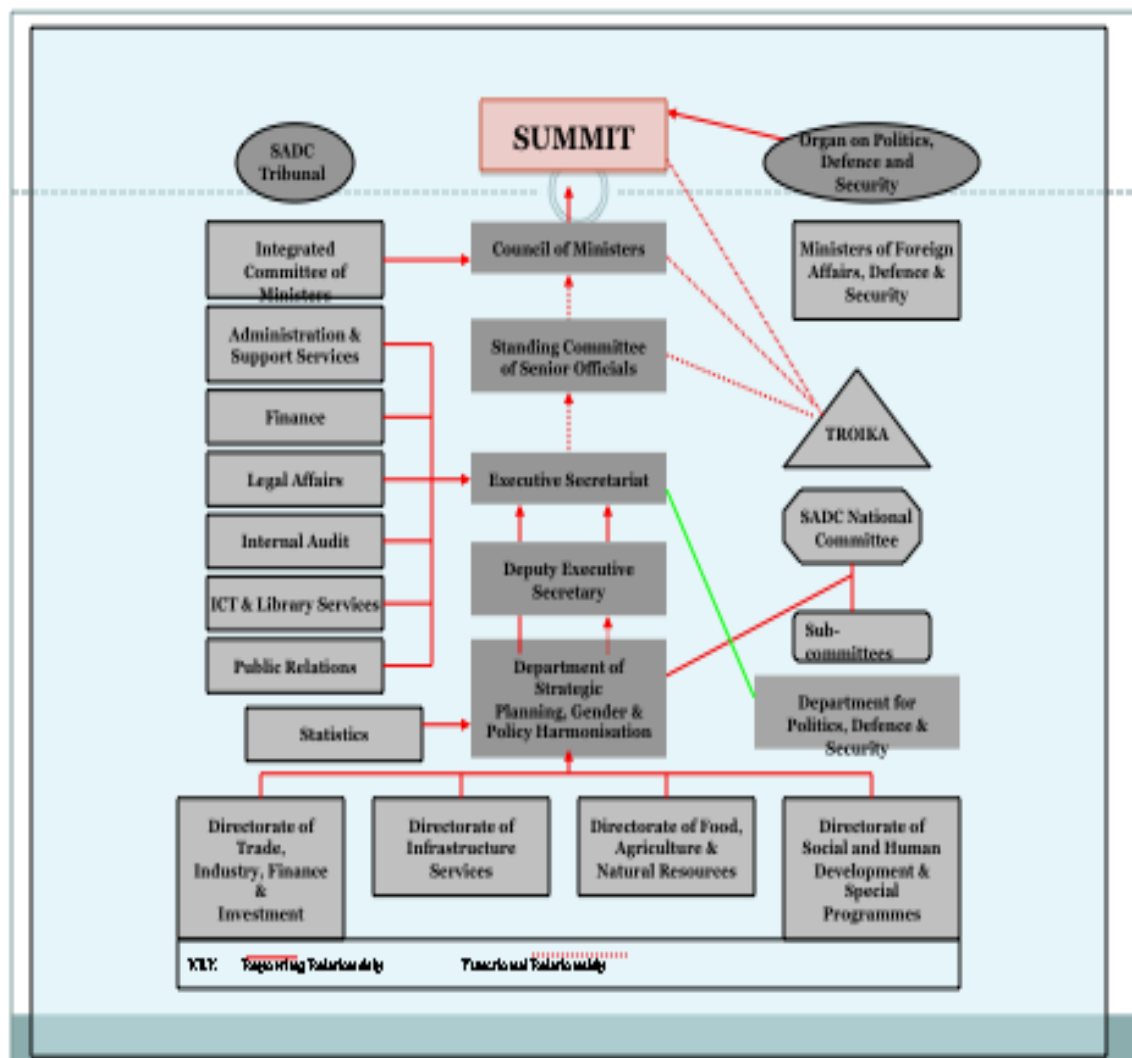
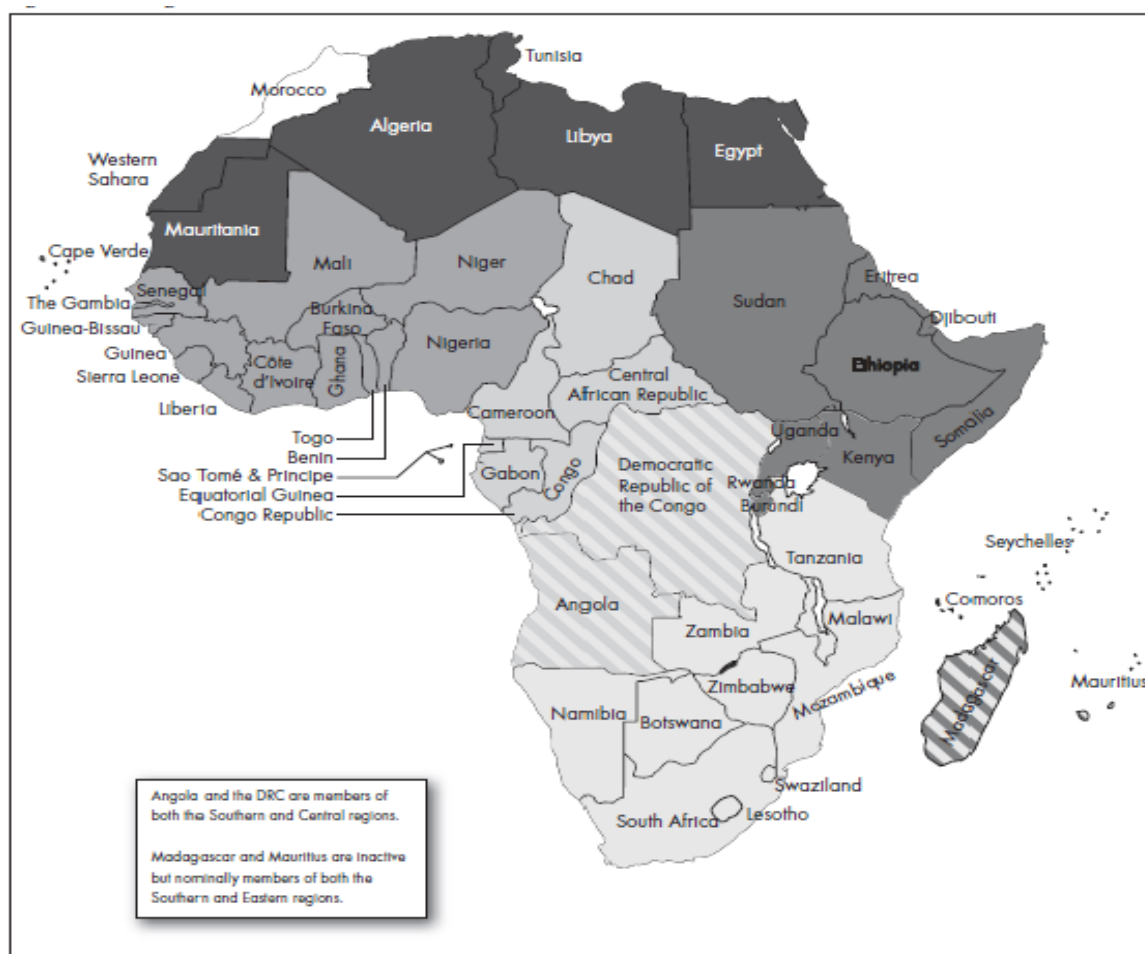


Figura n.º 14 - Anexo D – Estrutura da SADC

Fonte: <http://www.sadc.int/>

Anexo D – A ASF e a Integração das Forças Regionais



Central region (FOMAC)	Southern region (SADCBRIG)	Eastern region (EASF)	Northern region (NASBRIG)	Western region (ESF)
Angola		Sudan	Western Sahara	Mali
Democratic Republic of Congo		Ethiopia	Mauritania	Cape Verde
São Tomé et Príncipe	Malawi	Eritrea	Algeria	Senegal
Equatorial Guinea	Zambia	Djibouti	Tunisia	Gambia
Cameroon	Zimbabwe	Somalia	Libya	Guinea Bissau
CAR	Namibia	Kenya	Egypt	Guinea
Gabon	Swaziland	Uganda		Sierra Leone
Chad	Lesotho	Rwanda		Liberia
Congo (Brazzaville)	Botswana	Tanzania		Côte d'Ivoire
	South Africa	Burundi		Ghana
	Mozambique	Comoros		Togo
	Madagascar			Benin
	Mauritius			Nigeria
	Tanzania			Niger
				Burkina Faso

Figura n.º 15 - Anexo D – A ASF e Integração das Forças Regionais

Fonte: Jakkie Cilliers (2008)

Anexo E – Estrutura do OPDS da SADC

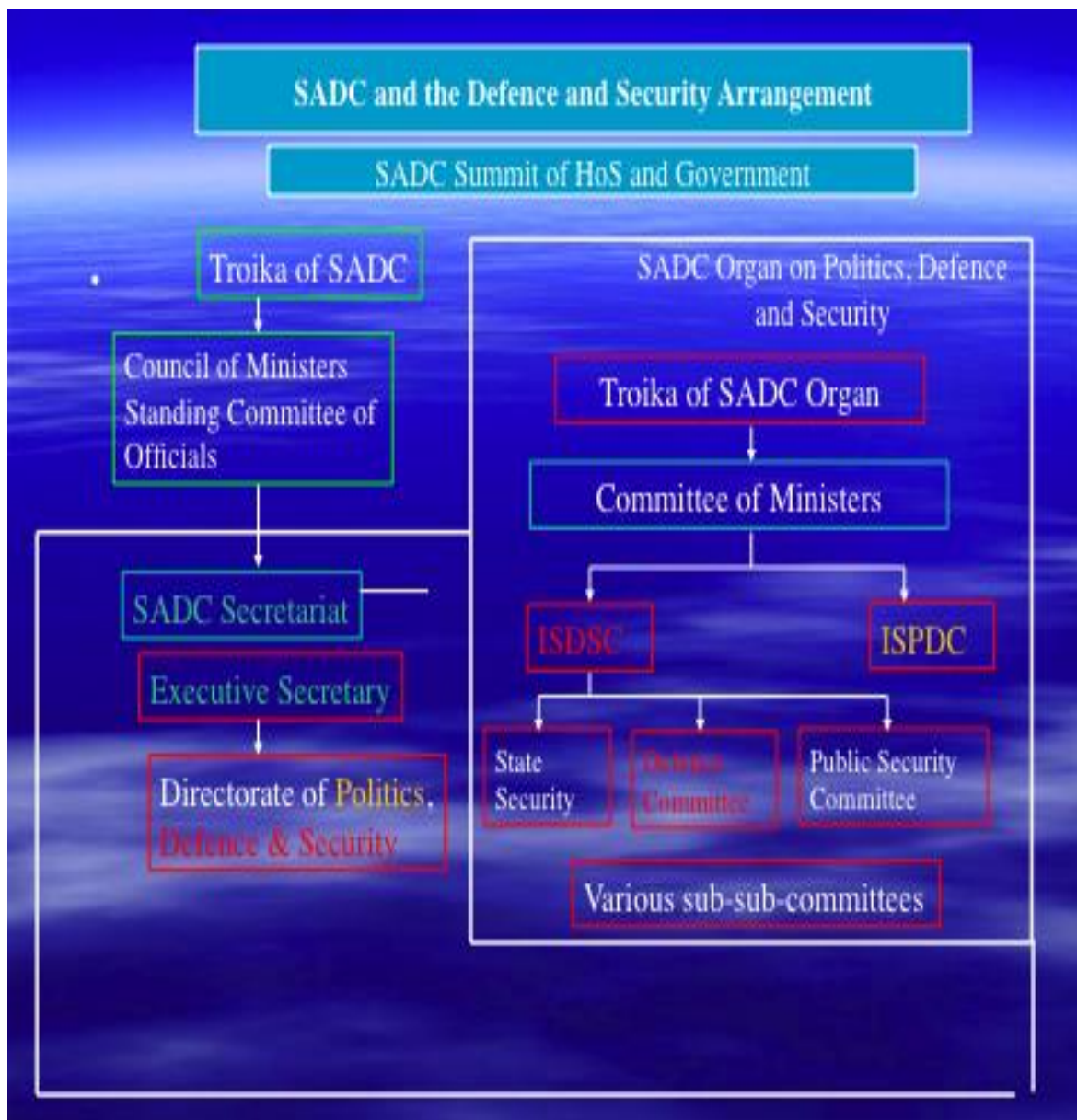


Figura n.º 16 - Anexo E – Estrutura do OPDS da SADC

Fonte: <http://www.sadc.int/>

Anexo F - Principais Frotas Navais e Preocupações de Segurança no Oceano Índico

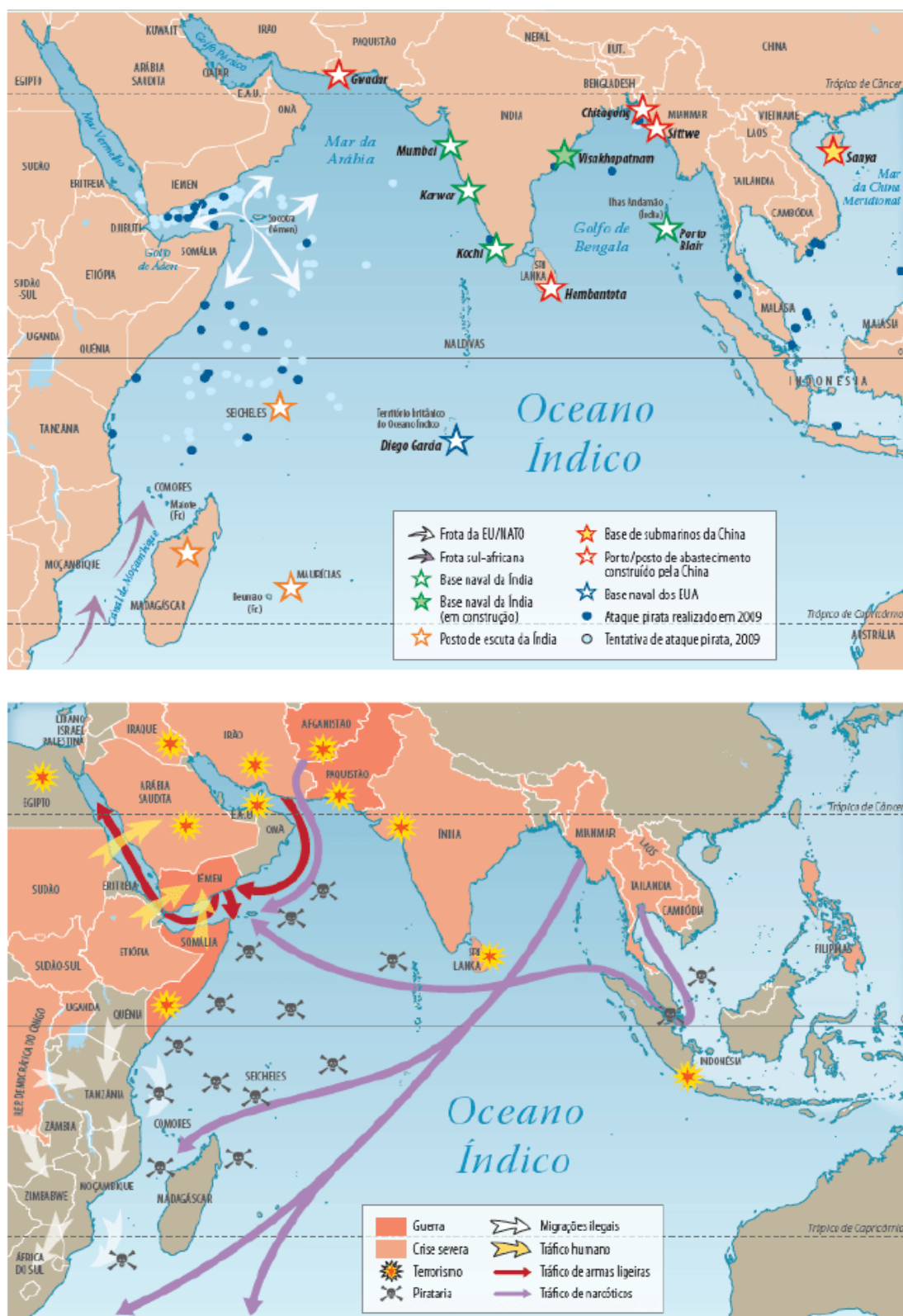


Figura n.º 17 - Anexo F - Principais Frotas Navais e Preocupações de Segurança no Oceano Índico

Fonte: Lopes (2013, pp. 15-16)

Anexo G–Rede Ferro-Portuária e Corredores para a Exportação Carvão via Oceano Índico

Carvão - Corredores de Exportação via Oceano Índico

perspectiva em Novembro 2011

Produto	Exportador origem	2020					Receitas	
		Milhão de Toneladas por Ano (MTPA)					USD bn	
		Maputo	Beira	Chinde	Nacala	Total		
Carvão Metalúrgico								
	Vale Tete		10		10	20	ref USDt	3.74
	Rio Tinto Tete		5	12	6	23	\$187	4.30
	outros Tete		2		2	4		0.75
						47		8.79
Carvão Térmico								
	Vale Tete		2		2	4	ref USDt	0.47
	Rio Tinto Tete		2	0	2	4	\$118	0.47
	outros Tete		2		2	4		0.47
	África de Sul trânsito	10				10	ref USDt	0.15
	BotZim trânsito	2	0			2	\$15	0.03
						24		1.60
Total Carvão	MTPA	12	23	12	24	71	USD biliões	10.39

obsv: (1) As bacias carboníferas de Maniamba/Niassa não foram consideradas como extraíveis antes de 2020
 (2) Eventuais exportações do Botsuana via futuro porto Tschobanane são assumidas como não operacionais antes de 2020.
 (3) Combinação de informações extraídas da web a partir de relatórios das empresas mineradoras e de analistas especializados num cenário "Tanto quanto Sei".



Figura n.º 18 - Anexo G – Rede Ferro-Portuária e Corredores para a Exportação Carvão via Oceano Índico

Fonte: Lopes (2013, pp. 62-63)

Anexo H - Reservas Provadas de Gás Natural na Bacia do Rovuma

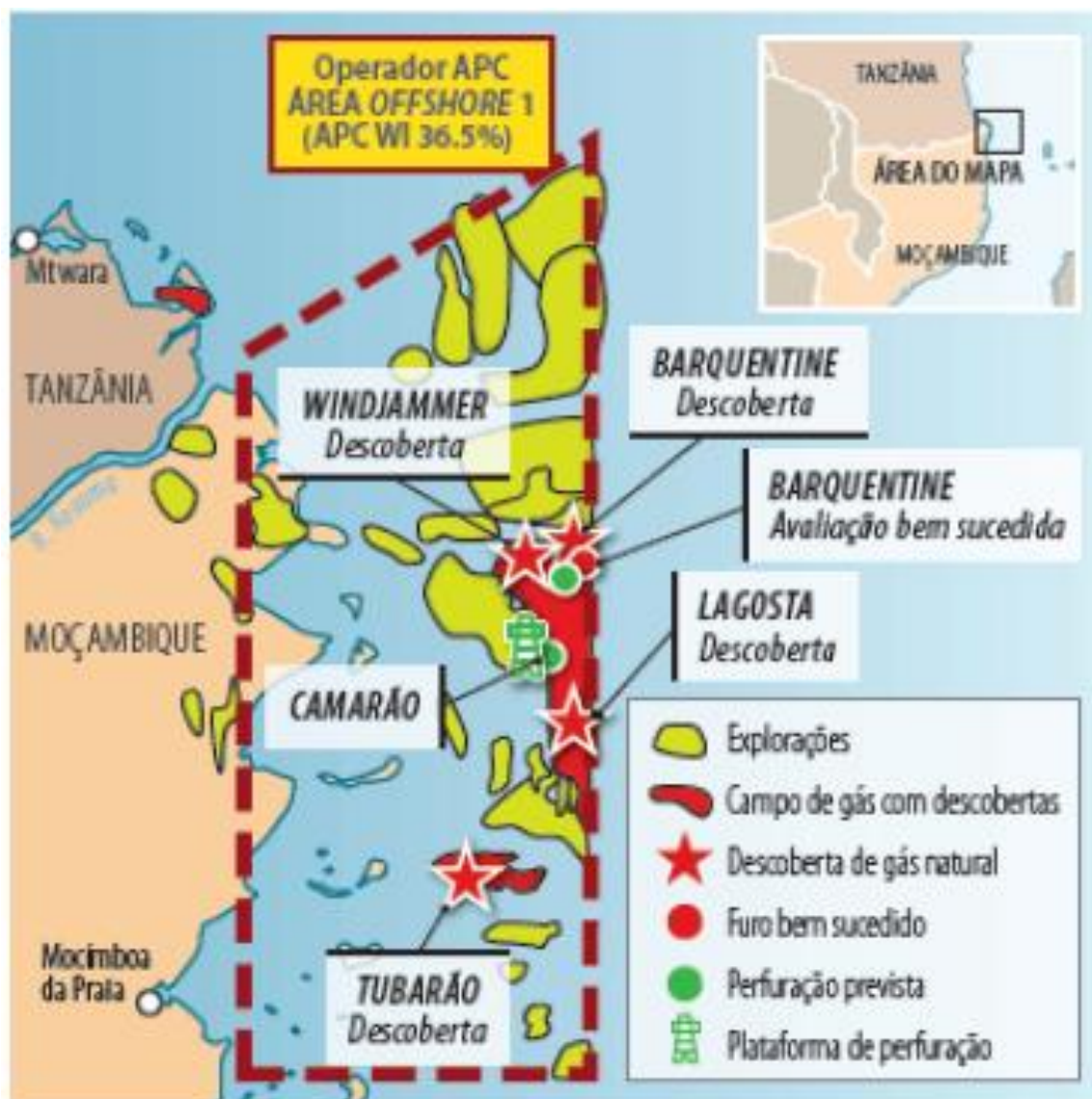


Figura n.º 19 - Anexo H - Reservas Provadas de Gás Natural na Bacia do Rovuma

Fonte: Lopes (2013, p. 69)

Anexo I - Concessões dos Hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma

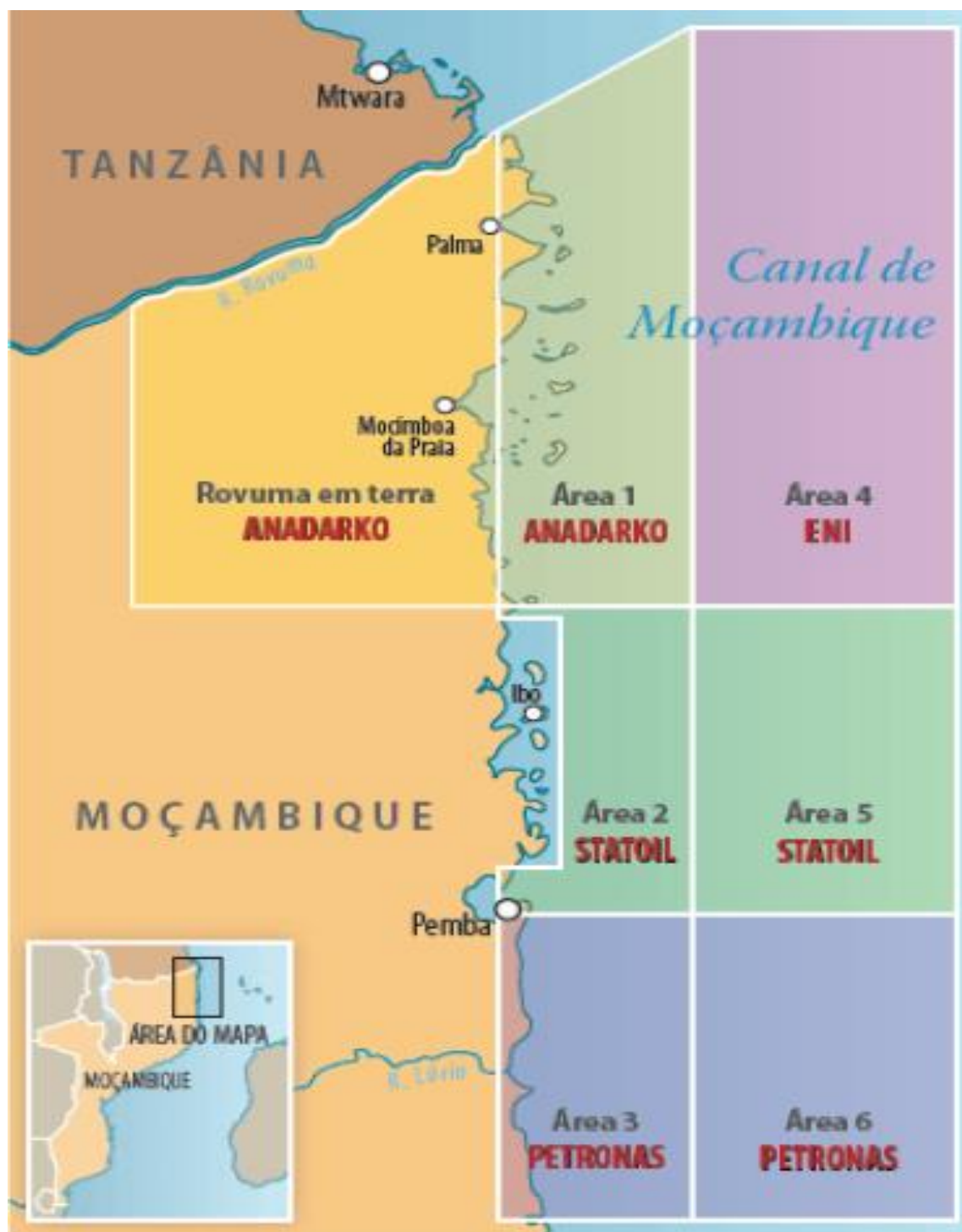


Figura n.º 20 - Anexo I - Concessões dos Hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma

Fonte: Lopes (2013, p. 82)

Anexo J - Expetativas da População Sobre a Descoberta e Exploração dos Recursos e, sua Relação Com a Segurança e os Conflitos

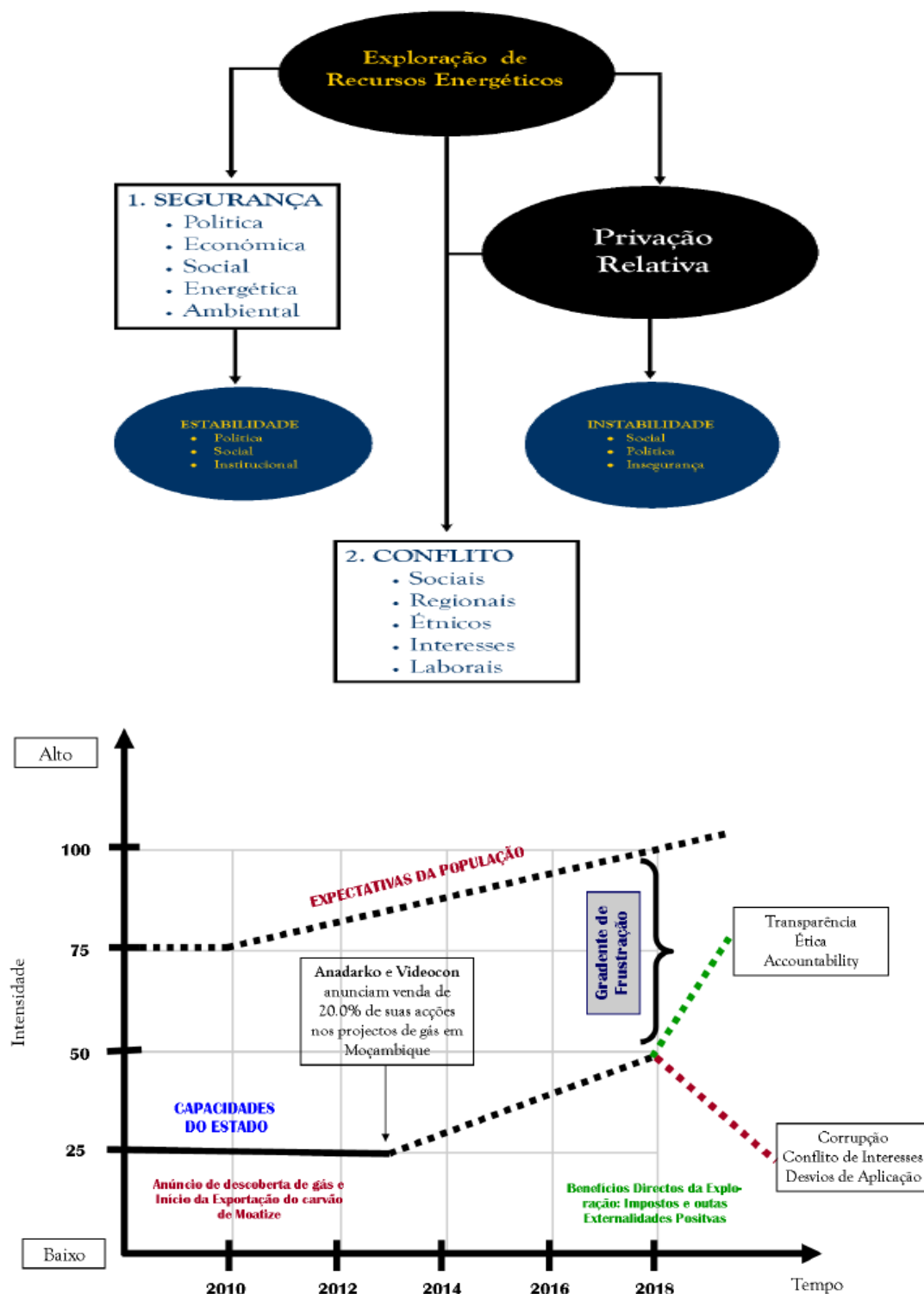


Figura n.º 21 - Anexo J - Expetativas da População Sobre a Descoberta e Exploração dos Recursos e, sua Relação Com a Segurança e os Conflitos

Fonte: Zeca (2011, p. 10-11)

